

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



## **REFUGIADOS ESPANHÓIS EM PORTUGAL (1936-38): O CASO DE ELVAS**

**MOISÉS ALEXANDRE ANTUNES LOPES**

Tese orientada pelo Professor Doutor Sérgio Campos Matos,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em  
História Moderna e Contemporânea

Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea

2017



**Moisés Alexandre Antunes Lopes**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE LETRAS**



**REFUGIADOS ESPANHÓIS EM PORTUGAL (1936-38): O  
CASO DE ELVAS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da  
Universidade de Lisboa como requisito para a conclusão do  
Mestrado em História Moderna e Contemporânea, com orientação do  
Professor Doutor Sérgio Campos Matos e co-orientação do Professor  
Doutor César Rina Simón.

2017

# ÍNDICE

<b>Resumo.....</b>	<b>7</b>
<b>Resumen.....</b>	<b>8</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>9</b>
<b>Siglas e Abreviaturas.....</b>	<b>10</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>I. Conceitos e Contexto</b>	
1. Questões conceptuais	
O significado de refugiado.....	18
Fronteira e raia.....	25
Vivências de fronteira: o Estado e as comunidades fronteiriças.....	31
2. A Guerra Civil de Espanha	
A turbulência pós eleições de Fevereiro.....	35
O domínio da Extremadura e a violência em Badajoz.....	40
Abandono de Espanha: fuga como meio de sobrevivência.....	45
<b>II. O Estado Novo e a Fronteira</b>	
1. O Estado Novo e a Guerra Civil de Espanha	
A solidariedade de Salazar a Franco e apoio militar.....	49
O cerco à Embaixada da República espanhola em Lisboa.....	54
2. Política de fronteira do Estado Novo	
Discurso do Estado Novo sobre a entrada de estrangeiros em Portugal.....	58
As medidas e o controlo de entrada de espanhóis na fronteira.....	62
Republicanos e nacionalistas na área de jurisdição portuguesa.....	65

3. Controlo policial nas zonas fronteiriças	
Preparação e acção nas fronteiras.....	68
As forças policiais e de segurança.....	73
A colaboração entre os militares portugueses e os nacionalistas.....	81
Os cuidados aos refugiados das forças militares portuguesas.....	85
<b>III. Refugiados em Elvas</b>	
1. Refugiados espanhóis: o caso de Elvas	
Os refugiados em Elvas.....	88
Relatório da PVDE (1932-138): o movimento na fronteira de Elvas.....	98
Correspondência entre a Guarda Fiscal de Elvas e o Ministério do Interior.....	103
Campos de detenção: Elvas, Caxias e Barrancos.....	105
Discrepância entre os casos de Elvas e de Barrancos.....	107
2. Memória e mentalidades	
Quotidiano e mentalidades fronteiriças.....	113
Contrabando e delitos: uma questão de sobrevivência.....	117
Donativos da população portuguesa aos franquistas.....	120
<b>Conclusão.....</b>	<b>122</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>129</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>136</b>

À minha namorada e aos meus pais por todos os seus esforços e pela sua dedicação.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado, intitulada de *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-1938): O caso de Elvas*, visa estudar a acção do refugiado, desde o seu conceito à sua intervenção na sociedade. Destacam-se, naturalmente, todos os espanhóis que saíram de suas casas em Espanha para procurarem refúgio em Portugal, tentando escapar às atrocidades da Guerra Civil de Espanha.

Neste trabalho pretende-se responder a algumas questões que servem como ponto de partida à investigação e que são essenciais à dissertação. A pergunta central é: Qual a distância entre o discurso do Estado Novo acerca da política de fronteira e o que se efectivamente passava nas zonas fronteiriças? Outras perguntas fundamentais são: Quais as ordens dadas por Salazar às autoridades portuguesas? Como a população de Elvas recebeu os refugiados espanhóis? Quais foram os cuidados e o tratamento com estes refugiados?

O objecto de estudo foi delimitado numa baliza cronológica entre 1936 e 1938. Foi neste período que ocorreu o maior fluxo de entradas de refugiados espanhóis em Portugal, em virtude da Guerra Civil que deflagrava sem descanso nestes anos em Espanha.

Esta dissertação de mestrado está dividida em três grandes capítulos. O primeiro referente às questões conceptuais, salientando-se o esclarecimento de alguns conceitos, como o de refugiado. O segundo capítulo dedica-se à acção do Estado Novo face à fronteira, tal como as suas políticas e ordens destinadas às autoridades policiais e de segurança. Por fim, na terceira parte, o grande foco é a entrada de refugiados em Elvas e todas as consequências que essas movimentações causaram nesta comunidade raiana.

Este estudo fundamenta-se em inúmeras fontes, essencialmente as presentes no Arquivo Histórico-Militar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Realçam-se, igualmente, alguns autores que abordam esta questão dos refugiados espanhóis em Portugal, como César Oliveira e Iva Delgado.

Palavras-chave: Refugiados, Elvas, Estado Novo, Fronteira.

## RESUMEN

La presente disertación de master, titulada de *Refugiados españoles en Portugal (1936-1938): El caso de Elvas*, busca estudiar la acción del refugiado, desde su concepto a su intervención en la sociedad. Se destaca, naturalmente, los españoles que salieron de sus casas en España para buscar refugio en Portugal, intentando escapar a las atrocidades de la Guerra Civil de España.

En este trabajo hay la pretensión de responder a algunas preguntas que sirven como punto de partida y que son esenciales en la disertación. La cuestión central es: ¿Cuál es la distancia entre el discurso del Estado Nuevo acerca de la política de frontera y lo que realmente se pasaba en las zonas fronterizas? Otras cuestiones clave son: ¿Cuáles son las órdenes de Salazar a las autoridades portuguesas? ¿Cómo la población de Elvas recibió a los refugiados españoles? ¿Cuáles fueron los cuidados y el tratamiento con estos refugiados?

El objeto de estudio se delimitó en un espacio temporal entre 1936 y 1938. Fue el período en que ocurrió el mayor flujo de entradas en Portugal de refugiados españoles, en virtud de la Guerra Civil que se desencadenaba, sin descanso, en estos años en España.

La disertación de master está dividida en tres grandes capítulos. El primer referente a las cuestiones conceptuales, destacándose la aclaración de algunos conceptos, como lo de refugiado. El segundo capítulo se dedica a la acción del Estado Nuevo frente a la frontera, como sus políticas y órdenes destinadas a las autoridades policiales y de seguridad. Finalmente, en la tercera parte, el gran foco es la entrada de refugiados en Elvas, y todas las consecuencias que esas entradas causaron en esta comunidad fronteriza.

Este estudio se fundamenta en innumerables fuentes, esencialmente presentes en el Archivo Histórico-Militar, Archivo Nacional da Torre do Tombo y Archivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Se destacan también algunos autores que abordan esta cuestión de los refugiados españoles en Portugal, como César Oliveira e Iva Delgado.

Palabras clave: Refugiados, Elvas, Estado Nuevo, Frontera.



## AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de Mestrado, apesar da sua parte solitária na investigação, requer um conjunto de pilares que são imprescindíveis. Os orientadores, familiares e instituições têm uma importância enorme na realização de um trabalho desta envergadura. O apoio de todas estas pessoas foi decisivo e o sentimento de gratidão é eterno.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores. Ao meu orientador, Professor Doutor Sérgio Campos Matos, agradeço as suas preciosas intervenções e indicações, assim como o seu incentivo para a elaboração desta investigação. Pelo co-orientador, Professor Doutor César Rina Simón, tenho um sentimento de gratidão pela sua ajuda e disponibilidade neste caminho, pese embora a distância que me separa de Badajoz.

Agradeço, igualmente, a todas as instituições que frequentei para concretizar esta dissertação, assim como aos seus funcionários. Quero destacar o Arquivo Histórico-Militar, o Arquivo Histórico-Diplomático dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Municipal de Elvas que me disponibilizaram grande parte das minhas fontes. A Biblioteca Municipal de Tomar foi também muito importante, uma vez que serviu, em muitas ocasiões, como uma segunda casa para a elaboração da investigação.

Por último, mas não menos importantes, agradeço aos meus familiares, em particular à minha namorada. A ela agradeço a sua disponibilidade, dedicação e paciência ao longo deste último ano. O seu incentivo e apoio foram fundamentais para a realização desta dissertação. Aos meus pais deixo também uma palavra de agradecimento pelo esforço e sacrifício que fizeram nesta longa e complicada caminhada.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

### **Arquivos**

AHDMNE - Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHM - Arquivo Histórico-Militar

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

### **Outros**

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

Coord. - Coordenação

dir. - Direcção

ed.- Edição

GNR - Guarda Nacional Republicana

GVC - Governador Civil

Id. - Idem

MI - Ministério do Interior

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

p./pp. - Página/páginas

s.d. - Sem data

s.l. - Sem local

## INTRODUÇÃO

A questão dos refugiados é uma temática complexa e que provoca discussões internacionais devido à gravidade e ao número muito elevado de refugiados que saiam dos seus países diariamente. A forma como estes tentam entrar noutros países é variada, sendo tanto por via marítima como por via terrestre, de modo a poderem fugir à guerra, à fome e às condições de vida difíceis.

Durante o século XX, a Europa também se confrontou com vários fluxos de refugiados, tendo sido alguns deles muito significativos<sup>1</sup>. A primeira Guerra Mundial iniciou um ciclo complicado, com muitas pessoas a fugirem dos seus países devido a este conflito. A subida de Hitler ao poder e as suas decisões políticas anti-semitas levaram à saída de muitos judeus da Alemanha que chegaram a Portugal. A Guerra Civil de Espanha teve também contornos relevantes em relação ao número de refugiados que deixaram as suas casas e procuraram refúgio em Portugal e França, em virtude da proximidade destes países, mas também procuraram abrigo noutros países da América do Sul, através da fuga em navios. Para concluir a primeira metade do século XX, a Segunda Guerra Mundial veio agravar, ainda mais, a questão dos refugiados. A gravidade do conflito levou à fuga de milhares de refugiados, sendo que Portugal, à semelhança do que aconteceu em outras ocasiões, recebeu uma parte desses refugiados. Devido à grande quantidade e à gravidade de acontecimentos e que marcaram a primeira metade do século XX, as Nações Unidas criaram, em 1950, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) de forma a proteger e assistir as vítimas de perseguição, violência e intolerância.

Para melhor se compreender esta temática é necessário perceber o enquadramento que a Guerra Civil de Espanha teve no contexto histórico do século XX. O número de mortos nesta guerra foi bastante elevado. Segundo a maior parte dos autores, o total de vítimas situa-se entre os 200.000 e 500.000<sup>2</sup>, não havendo uma contagem exacta. A juntar a estas trágicas e numerosas mortes, houve a destruição de grande parte de algumas cidades, como Badajoz e Guernica. Os três anos de conflito foram duros e apesar da forte

---

<sup>1</sup> CHALANTE, Susana, “O Discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)”, in *Análise Social*, volume XLVI, [s.l.], 2011, p.40.

<sup>2</sup> BEEVOR, Antony, *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1982, p.115. Este autor ainda refere que Queipo de Llano, um militar franquista, indicava uma porção de 1 nacionalista morto em cada 10 republicanos. Todavia o total de mortos no conflito varia entre vários investigadores, sendo que Antony Beevor aponta para os 200.000.

investida das forças franquistas logo em 1936, as forças governamentais não se deram por vencidas facilmente o que levou a um grande prolongamento do conflito. A violência extrema da Guerra Civil espanhola levou a um número muito elevado de refugiados, principalmente os apoiantes das forças governamentais em virtude das práticas de violência utilizadas pelos nacionalistas. A proximidade com Portugal fez com que muitos dos refugiados viessem até terras lusas, com particular destaque para o Alentejo, principalmente Elvas, Barrancos e Campo Maior. Deste modo, Portugal serviu como um dos destinos possíveis para sobreviver à violência da guerra que pairava em todas as províncias espanholas que faziam fronteira com Portugal.

Os motivos da escolha da cidade de Elvas para esta investigação prendem-se com o facto de esta ser um território que recebeu muitos refugiados espanhóis que fugiram do conflito em Espanha e de não ter sido objecto de estudo de muitos investigadores, apesar de haver referências de alguns autores como César Oliveira e Maria Candeias. Contudo, não se pode esquecer do contexto em que Elvas está inserido, na região do Alentejo, território onde houve um número expressivo de entrada de espanhóis. A zona de Barrancos, estudada com profundidade por Maria Dulce Simões, serve como outro exemplo a considerar na dissertação devido ao elevado número de refugiados espanhóis que acolheu. As duas áreas serão objecto de comparação ao longo da investigação.

Em relação ao espaço cronológico, este situa-se entre 1936 e 1938. A razão pela qual esta investigação se restringe este espaço temporal é porque as referências e a documentação se cingem a estes anos. A maior vaga de entrada de espanhóis é em 1936. Em 1937 e 1938 os casos são pontuais, sendo que na maioria dos casos a saída de espanhóis do seu país se deve, nestes dois anos, à fuga do serviço militar obrigatório imposto por Franco<sup>3</sup>. A zona da Extremadura, em especial Badajoz, estava dominada pelos nacionalistas nestes anos, razão pela qual houve um número reduzido de entradas em Portugal. Não se incluí o ano do término da Guerra Civil por não encontrar documentação de entrada de espanhóis em 1939, o que se pode explicar pelo facto de o conflito ter terminado cerca de três meses após o início do ano.

É necessário responder a algumas questões ao longo do trabalho de modo a que, no final, se possam tirar conclusões indubitáveis, a fim de esclarecer o objectivo do trabalho e darem sequência às premissas da dissertação. Assim, a pergunta central é a

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, pp.156.

seguinte: Qual a distância entre o discurso do Estado Novo acerca da política de fronteira e o que se efectivamente passava nas zonas fronteiriças? Esta questão é relevante para a investigação desta temática porque num período em que em Portugal vigorava o Estado Novo, com medidas opressivas e rigorosas, é necessário perceber como as populações fronteiriças, em particular a de Elvas, actuava quando os refugiados espanhóis entravam em Portugal. Pretende-se, deste modo, saber se a população ajudava estes refugiados espanhóis ou seguia as medidas do Estado e as denunciava. Outras perguntas pertinentes adjacentes à questão central são: Quais as ordens dadas por Salazar às autoridades portuguesas? Como a população de Elvas recebeu os refugiados espanhóis? Quais foram os cuidados e o tratamento com estes refugiados? Neste âmbito, tópicos igualmente relevantes se colocam como o conceito de refugiado e exilado. É com o foco nestas questões que a investigação avançou.

As fontes utilizadas nesta dissertação são diversas, tendo em conta que as balizas cronológicas adoptadas neste trabalho se situam nos anos de 1936 e 1938. Pertencem, na grande maioria, ao Arquivo-Histórico-Militar, ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Arquivo Nacional Torre do Tombo. A documentação presente nestes arquivos é, na sua totalidade, referente à perspectiva do Estado Novo, em que as trocas de correspondência são muitas e as informações também. Recorri igualmente aos jornais locais, destacando-se o *Jornal de Elvas* e o *Novidades*, que serviam de meios de divulgação do regime. Estes jornais relatavam o dia-a-dia dos acontecimentos em Espanha, com especial foco na cidade de Badajoz fruto da sua proximidade com Elvas. Por fim, há alguns relatos de pessoas que vivenciaram a Guerra Civil de Espanha e que procuraram refúgio em Portugal, como é o caso de Barrancos, o que ajuda também a perceber a acção dos refugiados e o modo como eram tratados. Estes relatos ajudam a elucidar a perspectiva dos refugiados espanhóis, visto que grande parte da documentação tem ligação ao Estado Novo. Também a preciosa obra de Mário Neves, *A Chacina de Badajoz* (1985), mostra a gravidade dos acontecimentos em Espanha, nomeadamente em Badajoz, através dos relatos, no local, deste jornalista português. Mário Neves descreveu, diariamente, os acontecimentos mais relevantes, desde os bombardeamentos em Badajoz, até à passagem de espanhóis rumo a Elvas e outras terras circundantes<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> NEVES, Mário, *A Chacina de Badajoz. Relatos de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da Guerra Civil de Espanha*, 1ª Edição, Lisboa, Edições «O Jornal», 1985, p. 25.

A maioria da correspondência que foi trocada entre a repartição da Guarda Fiscal e o Ministério do Interior encontra-se no Arquivo Histórico-Militar. Este Arquivo possui uma vasta documentação sobre a entrada de refugiados em Portugal, em toda a zona do Alentejo, destacando-se aí inúmeros documentos da repartição da Guarda Fiscal de Elvas, mas também de outras zonas fronteiriças onde entraram refugiados<sup>5</sup>.

Também no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é possível encontrar alguma documentação sobre a troca de correspondência entre os postos fronteiriços e o Ministério do Interior, tutelado em 1936 por Mário Pais de Sousa continuando nesse cargo até 1941<sup>6</sup>. Contudo, a documentação sobre a entrada de refugiados em Elvas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é escassa, ao contrário da quantidade avultada que está presente no referido Arquivo Histórico-Militar.

Aponta-se igualmente o facto de haver múltiplas referências à existência de inventários que contabilizavam o material apreendido aos refugiados espanhóis quando estes entraram em Portugal, como o número de espingardas, carabinas e de cartuchos<sup>7</sup>. Além desta lista feita pelas diversas repartições e quartéis, há também listagens com os gastos das múltiplas repartições que estão relacionados com as despesas em material, deslocações e reparações. Os referidos custos estavam directamente ou indirectamente associados à entrada ou à permanência dos refugiados espanhóis em território português, pelo que se pode afirmar que a presença dos cidadãos espanhóis em Portugal traduzia uma despesa adicional para o governo, além da possibilidade de que estes, ao entrarem em contacto com o povo português, poderiam dar aso a alguma instabilidade política.

A bibliografia usada baseia-se essencialmente em obras de teor historiográfico ou de reflexão conceptual e teórica. Existem, assim, obras de carácter geral e monografias. Em relação aos investigadores desta temática, destacam-se César Oliveira, Iva Delgado, Maria Dulce Simões e Maria Fernanda Sande Candeias, em virtude das suas investigações nos mais diversos arquivos, abrangendo um conjunto significativo de documentação. A obra *Salazar e Guerra Civil de Espanha*, de César Oliveira, aborda as mais variadas questões relacionadas com a Guerra Civil espanhola, como a entrada de refugiados em Portugal, as ordens de Salazar na fronteira e o auxílio do governo português às forças

---

<sup>5</sup> Arquivo Histórico-Militar (AHM), 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8 e nº10.

<sup>6</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938).

<sup>7</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8 e nº10.

franquistas. Iva Delgado escreve, igualmente, sobre o tema dos refugiados espanhóis em Portugal, com base em diversos documentos presentes no Arquivo Histórico-Militar. O caso de Barrancos é estudado intensivamente por Maria Dulce Simões, que relaciona os aspectos históricos e sociológicos. Por fim, a dissertação de mestrado de Maria Fernanda Sande Candeias intitulada *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças* visa, essencialmente, o estudo da vigilância na zona do Alentejo, dando ênfase à acção da Guarda Fiscal e restantes forças policiais e de segurança. Não obstante, aborda também a entrada de refugiados em toda a zona Alentejana.

Em relação à estrutura do trabalho, este encontra-se dividido em três capítulos principais. O primeiro capítulo é referente ao esclarecimento de conceitos, que irão ser utilizados ao longo do trabalho, e serve para se entender o contexto na qual a Guerra Civil de Espanha se inseriu. Do ponto de vista conceptual há a necessidade de esclarecer, naturalmente, o conceito de refugiado mas não só. A distinção entre fronteira e raia é objecto de muitas investigações e como tal é necessário esclarecer igualmente estes conceitos. Também emigrado, refúgio e exilado são conceitos com uma pertinência significativa e devem ser considerados neste capítulo. A Guerra Civil de Espanha tem uma relevância enorme para os países ibéricos. Devido à complexidade deste conflito espanhol existe a necessidade de ter em conta o seu contexto, desde as eleições de Fevereiro de 1936 até às atrocidades cometidas em Badajoz, cidade que se situa muito perto da fronteira com Portugal.

O Estado Novo, na segunda parte, é o centro da investigação. É neste capítulo que é indispensável perceber quais foram as medidas que o governo de António Oliveira Salazar implementou de modo a travar o número de espanhóis que entravam em Portugal para fugir ao conflito armado em Espanha, assim como as decisões que tomava e as ordens que dava às autoridades policiais e de segurança, destacando-se a acção da Guarda Fiscal e da PVDE na fronteira. A forma como os refugiados foram tratados pelas autoridades portuguesas também é uma questão básica que é necessário explicar. Neste capítulo, tendo em conta a abrangência da intervenção do Estado Novo, destaca-se o apoio que Portugal deu aos nacionalistas espanhóis, tal como a acção de Claudio Sánchez-Albornoz, nomeado embaixador de Espanha em Lisboa depois da vitória da Frente Popular nas eleições de 1936.

O terceiro capítulo dedica-se, sobretudo, à entrada e à permanência de refugiados espanhóis em Elvas entre os anos de 1936 e 1938, período em que há relatos da entrada de espanhóis nesta cidade portuguesa. Elvas é um centro de entrada de refugiados, devido não só à proximidade da sua fronteira com Espanha, mas também por se localizar perto de Badajoz, cidade que foi arrasada durante a Guerra Civil de Espanha. É neste capítulo que se vai dar ênfase aos refugiados espanhóis, às suas características e ao modo como tentaram viver em Portugal. A comparação entre Elvas e Barrancos também se revela oportuna neste trabalho, pois estes territórios foram os principais polos onde os espanhóis se deslocaram e onde existem relatos de refugiados que contam a sua versão dos acontecimentos.



## I. Conceitos e Contexto

## 1. Questões conceptuais

### O significado de refugiado

No âmbito do tema desta dissertação é fundamental esclarecer e interpretar vários conceitos adjacentes à investigação. Por estar na génese desta investigação, a palavra refugiado tem um carácter preponderante e central em toda a construção da investigação. Como se pretende ir do geral ao particular torna-se, portanto, imprescindível perceber o lado teórico antes do lado prático. O conceito de refugiado foi, ao longo da história, ganhando uma dimensão relevante que levou a debate a política internacional, afectando inclusive relações entre Estados. Com a Primeira Guerra Mundial, a questão dos refugiados começou a ser discutida com maior seriedade, no entanto, foi no período entre as duas Guerras Mundiais que o número de refugiados subiu de maneira exponencial. A primeira razão para este aumento foram as constantes mutações dos Estados-Nação, assim como o da Rússia bolchevique<sup>8</sup>. A segunda razão para este aumento dos refugiados no período entre guerras é a Guerra Civil de Espanha que, como se irá perceber ao longo desta investigação, teve um número considerável de refugiados que se repartiram entre Portugal, França e alguns países da América do Sul.

Desde os tempos mais remotos, a história da Humanidade tem encontrado registo de situações relacionadas com o deslocamento de populações ou de grupos individualizados que procuram refúgio e ajuda noutro país ou região. Estas são pessoas que sofrem a violação dos seus direitos fundamentais, sendo privadas do direito de viver na sua própria pátria. As pessoas que, por temor de perseguição por motivos étnicos, religiosos, de nacionalidade, por participação em grupos sociais específicos, ou por opiniões políticas, estão fora dos seus países de origem, e não podem, ou não querem a protecção dos mesmos, são denominadas de refugiados.

Ao longo do tempo, este contingente humano tem vivenciado situações dramáticas e suas necessidades tornam-se mais urgentes e de grande complexidade, sendo certo que qualquer questão relacionada com os refugiados se traduz num grande desafio e significa um acto de carácter humanitário<sup>9</sup>. Nenhum ser humano gosta ou escolhe ser refugiado,

---

<sup>8</sup> CHALANTE, Susana, “O Discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)”, in *Análise Social*, volume XLVI, [s.l.], 2011, p.42.

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*, p.43.

morar no exílio e depender de outras pessoas para a satisfação das suas necessidades básicas.

O *Diccionario Etymológico, Prosódico e Orthographe da Lingua Portuguesa*, elaborado por Silva Bastos em 1928, sobre o conceito de refugiado e refugiar-se, diz o seguinte:

“Aquelle que se refugiou. (De refugiar)”<sup>10</sup>

“Retirar-se; esconder-se ou abrigar-se; expatriar-se; procurar abrigo, protecção.”<sup>11</sup>

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, o conceito de refugiado não é muito diferente ao apresentado da década de 1920:

“[...] aquele que anda fugido; expatriado, ou emigrado, especialmente para evitar perseguições ou condenação: refugiados políticos; acolher familiarmente um refugiado [...].”<sup>12</sup>

Esta resposta vai de encontro, em grande medida, à realidade do refugiado em geral mas também daqueles que tiveram de procurar refúgio em Portugal, aquando da eclosão da Guerra Civil de Espanha, visto que a maioria dos refugiados eram perseguidos pelas forças franquistas por apoiarem os elementos governamentais.

É precisamente nestes pressupostos que se destaca o conceito de refúgio, que é importante neste contexto e que forçosamente está ligada ao refugiado. A palavra refúgio tem relevância porque é o local para onde o refugiado foge de modo a ficar em segurança. A busca pelo refúgio não é um fenómeno novo, embora tenha havido um crescimento gradual desde o início do século XX, por várias razões, principalmente pela instabilidade socio-política em alguns países que levou a perseguições de várias formas e desrespeito aos estatutos dos Direitos Humanos.

Os refugiados são indivíduos paradoxais como sugere o seguinte texto:

“Etimologicamente, o termo refugiado, em inglês, deriva de *réfugé* – termo francês em uso na França desde o período medieval (...). Historicamente, o termo refugiado em inglês, surgiu, de certa maneira,

---

<sup>10</sup> BASTOS, J. T. da Silva, *O Diccionario Etymológico, Prosódico e Orthographe da Lingua Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Editora, 1928, p.1169.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*, p.1169.

<sup>12</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXIV, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, p. 754.

abruptamente para referir-se a um evento específico de deslocamento, o afastamento e fuga [de pessoas] (...). Refugiados são apenas indivíduos. Movem-se nos interstícios do que Liisa Malkki (1992) chama de "ordem nacional de coisas", afectando a sua disposição habitual e as suas configurações de inúmeras maneiras. Concomitantemente, os refugiados são cada vez mais fontes e agentes de mudança e transformação na política local e global. A sua subjectividade parece ser paradoxal. Por um lado, é definido pela capacidade de efectuar mudanças nos locais de governança. Por outro lado, é interpretado por relações de desigualdade que se manifesta através da vulnerabilidade do cenário contemporâneo, que é desfavorável aos seus movimentos.”<sup>13</sup>

Os conceitos de exilado e de emigrado devem ser, igualmente, esclarecidos. O exilado é um indivíduo que sofre a pena de exílio, isto é, que vive fora da sua pátria voluntária ou involuntariamente. Este conceito indica que a pessoa foi banida ou desterrada<sup>14</sup> do seu país originário, tendo que se deslocar obrigatoriamente para o território de outro Estado. O exílio reduz fortemente o acesso dos indivíduos aos seus direitos políticos e a outras acções pertencentes à sua cidadania. A partida para o exílio confirma não só a suspensão, mas a perda total de tais direitos, aumentada pela ruptura do contacto com a pátria, a vida quotidiana e, muitas vezes, a própria língua.

O exílio é dinâmico e modulado pelo futuro da acção política, mas também pelos processos de institucionalização, crises e reformulação dos parâmetros da política internacional. O recurso ao exílio foi um recurso persistente em regimes autoritários. A exclusão de actores políticos, sociais e culturais foi, por isso, no século XX, uma constante.

Tendo em consideração a relevância do conceito de exilado, começaram a surgir estudos, na sua maioria sob a forma de obras coletivas, que foram realizados por diferentes académicos dos campos das humanidades e das ciências sociais<sup>15</sup>. Nessas obras existem propostas teóricas que permitem compreender o desenvolvimento de pesquisas sobre o exílio visto de novas perspectivas. A partir delas, surgiu a análise do exílio como

---

<sup>13</sup> SOGUK, Nevzat, *States and Strangers. Refugees and Displacements of Statecraft*, London, 1997, p.27.

<sup>14</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XX, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, p.732.

<sup>15</sup> RONIGER, Luis, YANKELEVICH, Pablo, *Exilio y política en América Latina: nuevos estudios y avances teóricos*, [s.l.], Guest Editors, 2009, p.9.

parte de um universo mais amplo que inclui migrantes e diásporas, hibridização cultural e múltiplas modernidades<sup>16</sup>.

Os debates em torno de uma variedade de tópicos teórico-metodológicos foram surgindo<sup>17</sup>. A diferença entre o deslocamento político e a migração económica é questionada, refletindo sobre a importância de estudar os conceitos de exilado e refugiado como parte de uma migração política. Na mesma direção, analisa-se os vínculos entre as categorias de exilados e refugiados, cuja comparação leva a diferentes significados discursivos e pragmáticos. Essas categorias também são investigadas nas suas manifestações diárias dentro das diferentes comunidades<sup>18</sup>.

Relativamente ao conceito de emigrado, este pode ser considerado comum ou político. O emigrado comum tem como único objetivo a construção de uma nova vida, onde tem a possibilidade de querer ou não voltar ao país de origem livremente<sup>19</sup>. No *Diccionario Etymológico, Prosódico e Orthográphico da Lingua Portuguesa*, este conceito significa:

“Aquelle que emigrou (De emigrar)”<sup>20</sup>

Para o emigrado político, o exilado ou o refugiado, a partida do país de origem é sempre algo imposto, fruto de um acto de hostilidade declarada contra o poder de um Estado, ou ainda, pela própria incapacidade de sobrevivência dadas as condições de perseguição política impostas por um regime. O emigrado político é aquele que sai do seu país de origem por não concordar com o regime, ainda que não seja forçado legalmente a sair<sup>21</sup>. Para os refugiados e exilados a saída é inevitável, podendo ser a única medida possível, em muitas ocasiões, para a sobrevivência de quem parte. Apesar de existirem algumas diferenças entre a definição de refugiado e exilado, a saída obrigatória é o ponto comum que une as duas designações.

Durante a Guerra Civil de Espanha, quando as autoridades portuguesas capturavam os espanhóis na fronteira, designavam-nos como “emigrados políticos”,

---

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p.9.

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p.9.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*, p.10.

<sup>19</sup> HELOISA, Paulo, “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política” in GOMES, Alda Mourão Angela de Castro (Coord.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp.455-456.

<sup>20</sup> BASTOS, J. T. da Silva, *O Diccionario Etymológico, Prosódico e Orthográphico da Lingua Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Editora, 1928, p.529.

<sup>21</sup> HELOISA, Paulo, “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política” in GOMES, Alda Mourão Angela de Castro (Coord.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p.455.

“refugiados” ou “vermelhos”<sup>22</sup>. A última denominação, utilizada frequentemente pelas autoridades portuguesas, era uma alusão evidente aos elementos apoiantes da Frente Popular. Esta coligação de vários partidos com ideologia sobretudo republicana e de esquerda tinham vencido as eleições em Espanha em Fevereiro de 1936.

Apesar da existência de refugiados se ter verificado ao longo da História desde os seus primórdios, a discussão entre Estados só se tornou mais séria e relevante a partir do século XX. Como tal, a primeira ideia que se pretende sublinhar acerca deste conceito de refugiado é que não foi apenas a Guerra Civil de Espanha que fez com que fosse discutida esta questão. O conflito espanhol foi um acontecimento muito importante neste âmbito, com um fluxo muito significativo de refugiados, mas que se somou a outras situações anteriores. No século XX, a década de 20 foi problemática no que respeita ao número de refugiados. Em 1930, houve um aumento relevante, tanto devido à Guerra Civil de Espanha, como também à ascensão de Hitler na Alemanha, que levou à saída de judeus e comunistas deste país<sup>23</sup>. O aumento deu-se, de igual forma, em virtude das Leis de Nuremberga que visavam as questões raciais, de modo a evidenciar a superioridade da raça ariana e a desconsiderar totalmente os judeus.

Ainda no primeiro quartel do século XX surgiu na Europa um número sem precedentes de refugiados e exilados resultantes da Primeira Guerra Mundial, que viviam por esta altura com uma qualidade de vida muito abaixo do aceitável e onde a fome e a doença eram questões centrais. Destaca-se o problema dos refugiados, que devido à mobilidade das fronteiras, ao desaparecimento dos impérios e a alguns confrontos, acabavam por não ter qualquer enquadramento legal, muitas vezes durante longos períodos<sup>24</sup>. Esta situação foi um problema crescente que as grandes potências procuraram resolver com os tratados de paz de 1919 e 1920, assim como com a criação da Sociedade das Nações.

O Tratado de Paz de Paris de 1919 admitia a regulamentação do princípio da nacionalidade. Este ponto do tratado significava que os indivíduos tinham o poder e a possibilidade de definir a sua própria fidelidade nacional, tal como ter a possibilidade de

---

<sup>22</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8 e nº10. Nos diversos relatórios da Guarda Fiscal, os espanhóis que transpunham a fronteira eram denominados por “refugiados”, “emigrados políticos” e “vermelhos”.

<sup>23</sup> ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão, (dir.), *Dicionário de história do Estado Novo: 1926-1974*, Volume II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp.823-824.

<sup>24</sup> CHALANTE, Susana, “O Discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)”, in *Análise Social*, volume XLVI, 2011, p.43.

decidir em que locais pretendiam viver<sup>25</sup>. Todavia, o problema centrou-se nos 800.000 refugiados russos<sup>26</sup>, sendo essa a razão pela qual a Sociedade das Nações criou de urgência uma comissão para os refugiados na Europa. Essa comissão foi presidida pelo norueguês Fridtjof Nansen<sup>27</sup>, que teve uma importante acção nesta problemática dos refugiados.

A posição de Portugal face ao tratado não foi muito clara, tendo assinado apenas as convenções sobre a concessão de bilhetes de identidade aos refugiados russos e arménios, dos oito pactos e convenções elaborados ao longo das décadas de 1920 e 1930 pela comunidade internacional. Portugal aderiu, igualmente, às recomendações votadas na 3.<sup>a</sup> Conferência Geral de Comunicações e Trânsito, reunida em Genebra, alusivas aos títulos de identidade e de viagem. Em 1931, o ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís António de Magalhães Correia, partilhavam a mesma opinião quanto à limitação da entrada em Portugal de pessoas sem nacionalidade. Para os ministros, todos os indivíduos que fossem providos de passaportes naquelas condições, seriam detidos para averiguações e eram apenas restituídos à liberdade depois de esclarecida a sua identidade<sup>28</sup>.

Em Janeiro de 1933, com a ascensão de Hitler ao poder, iniciaram-se as primeiras perseguições na Alemanha que afectaram grande parte do continente europeu. Em Maio de 1933, o embaixador em Amesterdão, Júlio Augusto Borges dos Santos, informou o Ministério dos Negócios Estrangeiros portugueses deste êxodo alemão e alertou para as características daqueles que pretendiam entrar em Portugal. O embaixador alertou ainda que a entrada destas pessoas em Portugal era perigosa, podendo mesmo ser nefasta, visto que não estando num ambiente cómodo no país, poderiam criar um mau estar dentro da população portuguesa. O embaixador Júlio Augusto Borges dos Santos propôs a limitação do ingresso destes indivíduos em território nacional, através da exigência aos requerentes de documentos que comprovassem a sua profissão, as suas capacidades morais e económicas e a exigência de um cheque de valor elevado que servisse como garantia para

---

<sup>25</sup> MARRUS, Michael, *The Unwanted. European Refugees from the First World War Through the Cold War*, Philadelphia, Temple University Press, 2002, p.69.

<sup>26</sup> CHALANTE, Susana, “O Discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)”, in *Análise Social*, volume XLVI, 2011, p.43.

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, p.44.

<sup>28</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Ofício do MNE para Carlos de Barros, cônsul-adjunto de Portugal em Hamburgo, datado de 14-12-31, 2.º P, A. 43, M. 38 B, pasta “Passaportes de indivíduos sem nacionalidade”.

a sua entrada em Portugal<sup>29</sup>. Assim, a possibilidade de entrada destas pessoas no país tornou-se cada vez mais difícil.

---

<sup>29</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, carta do embaixador português em Amesterdão para o ministro do MNE, José Caeiro da Mata, de 12-5-1933, 2.º P, A. 43, M. 38 B, pasta “Passaporte de indivíduos sem nacionalidade”.



## Fronteira e raia

Uma das condições para um Estado existir é o facto de ter um território próprio. Como tal, é necessário existir uma fronteira de modo a separar o que é de um Estado e o que é de outro ou de outros Estados. Teoricamente, uma das especificidades da fronteira passa pela diferença clara entre duas identidades, relativas a duas nações diferentes.

Além de se constituírem como linhas e espaços de relações e conflitos entre duas soberanias, as fronteiras são também elementos imaginários que articulam as identidades em função de uma alteração geográfica, a partir da representação simbólica do mapa. Apesar desta complexidade, a linha de fronteira estipula as relações diplomáticas, tal como os limites do poder e a questão da fiscalidade entre os Estados.

A fronteira é um limite que marca o final de uma individualidade geográfica, distribui a soberania, a autoridade e a competência de executar as leis. A nível das relações internacionais, circunscreve o fim de um território e o começo de outro. Ela define um “nós” e um “outro”, como expressão geográfica de uma ideologia de Estado, de uma comunidade e de um sistema cultural<sup>30</sup>. Por isso, sofre processos de composição e recomposição discursiva inscritos em estratégias narrativas de afirmação dos mesmos<sup>31</sup>.

As fronteiras também obedecem, por vezes, a impulsos de auto e hetero-marginalização<sup>32</sup>. Remetem para a ideia e o pressuposto de margens e limites. Em virtude de todas estas situações, a análise e o estudo das fronteiras implica, igualmente, o estudo das vertentes económicas, políticas e culturais. É impossível desligar ou autonomizar os processos. Exemplos dessas situações são os eventos que são realizados nas zonas fronteiriças das economias nacionais e transnacionais, das políticas sectoriais relativas à saúde, educação, trabalho e fiscalidade.

A temática da identidade é outro aspecto importante quando se refere a fronteira, uma vez que esta e o seu espaço nacional têm uma capacidade impulsionadora e identitária relevante que não pode ser ignorada. O melhor exemplo desta situação é uma

---

<sup>30</sup> MARTINS, Humberto, “Nótulas sobre a vida dos indivíduos em zonas fronteiriças e sobre o conceito de fronteira [e outras margens]”, in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 140.

<sup>31</sup> BHABHA, H., *Nation and Narration*, London and New York, Routledge, 1990, p.120.

<sup>32</sup> SIMÕES, Maria Dulce, “Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola” in *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 229-230.

pessoa que vive num determinado Estado e tem o sentimento de pertença a essa determinada nacionalidade. Isto faz com que haja a percepção das diferenças entre o seu meio, a sua realidade e a sua identidade face a outras pessoas com uma identidade diferente. Esta ideia remete para a solidificação de uma fronteira que intrinsecamente divide aquilo que é seu e aquilo que é do estrangeiro de maneira clara e diferenciativa<sup>33</sup>.

Em virtude do sentido patriota, os territórios situados junto das fronteiras transformam-se no retrato significativo da singularidade do Estado, em bandeira de defesa e marco dos limites nacionais em contraposição às povoações estrangeiras, localizadas do outro lado da fronteira. Com a marcação da fronteira, os Estados-nação forçaram os territórios raianos a definir-se em função do modelo do país, como a língua, os símbolos e a justiça, de modo a reforçar e a sublinhar os contrastes da sua identidade face aos outros Estados<sup>34</sup>. Assim, as fronteiras foram realizadas com o intuito de serem linhas marcadoras de uma caracterização própria e distintiva do governo nacional perante outros governos.

O estudo cultural da fronteira faz refletir as histórias dos Estados e discutir os marcos identitários geográficos, do que é próprio ou estrangeiro. A nível jurídico, a fronteira implica o limite do exercício da soberania estatal e, em termos políticos, marca os limites de uma comunidade diferenciada. Relativamente ao plano estratégico, representa o espaço a defender e a ambição expansionista e no diz respeito plano económico constitui o limite da acção do Estado em matéria fiscal e a articulação do espaço administrativo e punitivo. Por fim, em termos simbólicos, a linha fronteiriça delimita um horizonte simbólico identitário, articulado a partir de narrativas raciais, civilizacionais e históricas.

O reconhecimento das linhas de posicionamento, mais do que limitadoras de uma outra e renovada abordagem, afigura-se estimulante a um repensar crítico sobre o que são as fronteiras nacionais entre Estados soberanos, em especial num momento no qual se assiste a emergentes fenómenos que tentam restaurar fronteiras simbólicas e reais entre Estados nacionais e, num certo sentido, recuperar uma Europa de Estados-Nação concorrenciais.

---

<sup>33</sup> RINA SIMÓN, César, *La demarcación de la frontera ibérica. Procesos de nacionalización y prácticas de frontera en la segunda mitad del siglo XIX*, [s.l.], [s.d], p.2. Texto inédito.

<sup>34</sup> Idem, *Ibidem*, p.2.

O processo de desconstrução de fronteiras e limites não é apenas necessário como um simples projecto intelectual contemporâneo. Esta situação remete o indivíduo para a investigação antropológica, que deriva da necessidade de perceber como a realidade social é vivida e percebida em constante dinâmica de processos e interações dos quais vamos participando. Olhar a fronteira a partir dos processos político-administrativos e diplomáticos que estão na base da sua própria constituição e negociação, é diferente de olhar a fronteira a partir, por exemplo, das trocas comerciais existentes em determinada zona de fronteira ou mesmo do arrendamento de terras para cultivo entre indivíduos de dois países diferentes. Deste modo, ao nível das relações sociais nas povoações fronteiriças, verifica-se que as múltiplas linhas de fronteira, pontos de fronteira e zonas de fronteira mostram que as decisões macro-políticas não são tradutoras reais das relações sociais que nelas têm lugar<sup>35</sup>.

A fronteira entre Portugal e Espanha, apesar de ter a sua origem desde a Idade Média, não conseguiu ao longo dos séculos permanecer totalmente imaculada, sendo os vários casos de conflito por Olivença um exemplo disso<sup>36</sup>.

Ao longo de cerca de mil e duzentos quilómetros de fronteira, mais de metade da raia, aproximadamente sessenta por cento, é húmida, ou seja, os limites são desenhados por rios. A percentagem que resta pertence à raia seca, e apresenta vários problemas históricos de delimitação e existência de contrabando<sup>37</sup>. O facto de faltar marcadores naturais fez com que os laços fronteiriços fossem criados entre portugueses e espanhóis. Com esta situação, há um espaço de contacto entre as duas populações, que faz com que se torne complicado marcar limites exactos onde decorre a linha de nacionalidade.

Portugal e Espanha, ao demarcarem e intervirem sobre a fronteira, pretendiam baixar a heterogeneidade das práticas fronteiriças a partir de dois princípios<sup>38</sup>. O primeiro princípio estava relacionado com a soberania. Todos os cidadãos que pertencessem a um

---

<sup>35</sup> MARTINS, Humberto, “Nótulas sobre a vida dos indivíduos em zonas fronteiriças e sobre o conceito de fronteira [e outras margens]”, in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 141.

<sup>36</sup> DIAS, Maria Helena, *Finis Portugalliae. Nos confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2009, p.8.

<sup>37</sup> GARCÍA, Eusebio Medina, “Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal”, in FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda e FONSECA, Inês (Coords), *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memória e patrimónios*, Lisboa, Nelson de Matos, 2009, pp.131-132.

<sup>38</sup> RINA SIMÓN, César, *La demarcación de la frontera ibérica. Procesos de nacionalización y prácticas de frontera en la segunda mitad del siglo XIX*, [s.l.], [s.d.], p.7. Texto inédito.

Estado tinham que pagar impostos, assim como submeter-se à justiça. O segundo princípio remete para a questão da identidade. Tanto os cidadãos de Portugal como os cidadãos de Espanha tinham o seu imaginário, a sua cultura, assim como a sua memória histórica que forçosamente era diferente. Esta situação faz colocar as duas nações numa posição de oposição. Contudo, as análises às práticas raianas integram a supervivência de critérios de proximidade e vizinhança, solidariedade e conflitos. Ao longo da sua história, as comunidades definem-se por critérios nacionais e fizeram-no de modo a defender objectivos locais ou individuais a partir de reivindicações patriotas. Por tudo isto, as fronteiras constituem espaços de tensão entre os processos de nacionalização e recepção, assimilação ou rejeição das práticas raianas. Todavia, a elevada possibilidade da prática de aculturação das populações, devido à sua enorme proximidade geográfica, não foi prejudicial à convivência, os conflitos e miscigenação das populações junto da fronteira<sup>39</sup>.

Porém, os homens e mulheres que foram contemporâneos de António Oliveira Salazar e Marcello Caetano, em Portugal, e de Franco, em Espanha, viviam em fronteiras não só espaciais mas também existenciais, principalmente em períodos de vigilância apertada. Toda esta enorme complexidade elevou, naturalmente, a leitura ao nível de uma antropologia dos indivíduos, entendendo os processos sociais e culturais como feitos em acção e transmitidos em história<sup>40</sup>.

Em relação às questões que envolvem o Estado, o território da nação representa-se nos mapas como um marco singular sem fissuras, produto da história, da natureza, de acordos internacionais. Este espaço aparece uniformizado pela acção do Estado que homogeneíza e sintetiza dialectos, tradições, usos e costumes. Esta ideia de Estado territorial não é estritamente contemporânea, pois surgiu no Estado moderno para facilitar a administração fiscal do espaço da monarquia. Devido a esta situação, torna-se inevitável conhecer e delimitar a fronteira dos reinos a partir de meados do século XIX. Estes formam um território discutido, faz com que os Estados resolvam as suas desavenças e os seus desejos expansionistas, estabeleçam controlo e lutem pela sua inclusão na comunidade nacional<sup>41</sup>.

---

<sup>39</sup> MARTINS, Humberto, “Nótulas sobre a vida dos indivíduos em zonas fronteiriças e sobre o conceito de fronteira [e outras margens]”, in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp.145-146.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*, p. 143.

<sup>41</sup> JIMÉNEZ, Miguel Ángel Melón, *Las fronteras de España en el siglo XVIII*, [s.l.], 2010, p.164.

Até meados do século XIX a fronteira entre Portugal e Espanha não obedecia a um tratado conjunto, apesar de haver mais de mil quilómetros de espaço partilhado uma vez que as fronteiras não são, no caso luso-espanhol, linhas vedadas. A delimitação da fronteira foi feita através de acordos históricos e consensos de fronteira<sup>42</sup>.

O conceito de fronteira não significa apenas falar de demarcações, divisões ou separações. É importante abordar também as passagens e encontros, ou seja, implica falar de territórios, campos e domínios de partilha. Ao contrário da fronteira que é fechada, a raia é considerada um espaço de trânsito, de continuidade, assinalada pela existência de uma rivalidade fronteira superada por intercâmbios naturais. Assim, implica vivências partilhadas, de hibridação linguística, nacional e familiar. Em comparação com a fronteira, a raia não é um muro nem uma barreira, sem espaço de experiências e contactos<sup>43</sup>. Se isso é o espaço jurídico de soberania dos Estados e os limites da nação, a raia desagrega-se e aproveita-se desse espaço de enfrentamento e de colisão de soberanias.

Uma especificidade distintiva e importante da raia são as designadas línguas de transição, onde se inserem, por exemplo, a familiaridade da Serra da Jálama, localizada em Cáceres, com a Serra da Estrela<sup>44</sup>. Por exemplo, em San Martín de Trevejo, Eljas e Valverde del Fresno fala-se uma variedade linguística denominada, “a fala”. A variedade linguística “a fala” é esclarecida pelos filólogos como uma variedade galaico-portuguesa, que dura desde a Época Medieval<sup>45</sup>. Destaca-se, igualmente, o mirandês, de Miranda do Douro como língua de transição.

A população das aldeias e zonas de fronteira movimenta-se num território onde outros indivíduos de outras localidades mais centrais têm dificuldade em chegar. Além da acessibilidade reduzida, os contrastes face a outras realidades nacionais são muitas vezes significativos. Deste modo, as desigualdades económicas, culturais e sociais podem ser mais sentidas quando comparados os dois lados da fronteira. As fronteiras são dimensionadas pelo espaço físico e também pelas competências e capacidades dos indivíduos mobilizarem recursos materiais e simbólicos, isto é, pela possibilidade de

---

<sup>42</sup> RINA SIMÓN, César, *La demarcación de la frontera ibérica. Procesos de nacionalización y prácticas de frontera en la segunda mitad del siglo XIX*, [s.l.], [s.d.], p.5. Texto inédito.

<sup>43</sup> TORRE, José Ramón Alonso De La, *La frontera que nunca existió*, Mérida, Editora Regional da Extremadura, 2007, p.12.

<sup>44</sup> RINA SIMÓN, César, *La demarcación de la frontera ibérica. Procesos de nacionalización y prácticas de frontera en la segunda mitad del siglo XIX*, [s.l.], [s.d.], p.11. Texto inédito.

<sup>45</sup> Idem, *Ibidem*, pp.11-12.

negociarem pertenças circunstanciais entre dois lados da fronteira. Assim sendo, a população pode aproveitar um território juridicamente dividido e utilizá-lo de modo a beneficiar do aspecto económico e também efectuar escolhas diárias, como abastecer combustível, comprar bens de primeira necessidade, fazer passeios ou outros momentos de lazer<sup>46</sup>.

A raia é historicamente um escapatório para os exilados políticos de diferentes revoluções, guerras e contra-revoluções. Uma pessoa ao exiliar-se em Portugal ou Espanha, por um lado tinha o objectivo de fugir à perseguição política mas, por outro lado, na maioria das vezes tinha a possibilidade de continuar a exercer a oposição. Os laços de amizade fronteiriços ganhavam maior importância com o aumento das migrações, principalmente os galegos, pela proximidade e da língua, e os castelhanos, das províncias da Extremadura e da Andaluzia<sup>47</sup>. Os laços de amizade foram uma constante na Guerra Civil de Espanha, transformando-se os povos das zonas de fronteira em receptores de refúgio das perseguições políticas, das vítimas do conflito.

Por fim, é relevante destacar a localização de Elvas e da sua fronteira. Elvas localiza-se no sul do distrito de Portalegre e faz fronteira com a Espanha, nomeadamente com a província da Extremadura, estando portanto muito próximo da cidade de Badajoz. Se seguirmos a fronteira de norte para sul, do Minho ao Algarve, verifica-se que quer do lado espanhol, quer do lado português, não existem muitos centros urbanos, sobretudo, cidades muito próximas da linha de fronteira. Apenas Elvas e Badajoz estão cerca de dez quilómetros, em linha recta, uma vez que todas as outras se encontram mais afastadas. A fronteira de Elvas com Espanha marca, por isso, o fim da jurisdição portuguesa e o início da espanhola, tendo os seus habitantes uma ligação de amizade com os indivíduos das povoações localizadas próximas à fronteira, mesmo antes da eclosão da Guerra Civil de Espanha. Por toda esta situação, não é surpreendente o facto dos espanhóis de Badajoz e de outras regiões circundantes terem procurado refúgio em Elvas durante o conflito espanhol e os habitantes de Elvas tenham, dentro do possível, ajudado essas pessoas a sobreviver<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> MARTINS, Humberto, “Nótulas sobre a vida dos indivíduos em zonas fronteiriças e sobre o conceito de fronteira [e outras margens]”, in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 140.

<sup>47</sup> Idem, *Ibidem*, p.141.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, pp.158-159.

## **Vivências de fronteira: o Estado e as comunidades fronteiriças**

No quadro de estudo de comunidades fronteiriças é importante perceber que estas, mesmo estando afastadas do centro de poder e de decisão do Estado, estão ligadas pela língua, pela moeda, pelos costumes e outros elementos culturais. Todavia, há diferenças entre o ponto de vista do Estado e o ponto de vista das populações fronteiriças. O primeiro olha para a fronteira como um espaço periférico, que delimita um território político-administrativo. A visão das populações fronteiriças é contrária ao Estado porque, para estas comunidades, é um espaço central, de interação social e com um posicionamento estratégico.

As diferentes formas de apropriação do espaço fronteiriço implicam igualmente variadas perspectivas de análise, permitindo identificar uma “fronteira política” e uma “fronteira quotidiana”, conjugando, de modo peculiar, o processo histórico da sua delimitação, com o processo social de negociações e conflitos entre a ação estatal e as populações locais<sup>49</sup>. As fronteiras simbolizam lugares de trocas materiais e simbólicas entre populações. Estes espaços fronteiriços são também locais de elementos diferenciadores entre Estados. Neste âmbito, também é importante referir que as relações de vizinhança ultrapassam muitas vezes o cumprimento das regras impostas pelos Estados, uma vez que as populações fronteiriças, independentemente de desempenharem os seus papéis na construção da fronteira nacional em determinadas circunstâncias, não sacrificam os seus interesses ou abandonam os seus sentimentos de pertença local<sup>50</sup>.

Os estudos referentes às questões históricas e antropológicas da raia luso-espanhola mostram uma convivência cultural. Além da ligação cultural, há igualmente que se destacar a convivência económica e demográfica entre os povos dos dois lados da fronteira e uma tradição de amizade e conflitos que sempre estiveram presentes durante toda a contemporaneidade, apesar de todas as leis do Estado português e espanhol e das barreiras fronteiriças.

Ao falar deste conceito de fronteira, é importante afirmar que, tanto de um lado, como de outro, as comunidades orientam-se em função dela mesmo e a partir do

---

<sup>49</sup> SIMÕES, Maria Dulce, “Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola” in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 225.

<sup>50</sup> Idem, *Ibidem*, p.225.

sentimento de pertença a uma identidade. Conceitos como os de identidade, património, cultura, etnicidade, nação, país ou região são teoricamente reconstruídos como conceitos, não a partir de traços uniformizadores e vedados, mas com traços que passam e são reinventados em processos de inclusão e exclusão desejados e não-desejados. O movimento associado aos modos e processos contemporâneos de vida têm como uma das suas dimensões referenciais a possibilidade dos indivíduos fazerem escolhas. Por isso, por exemplo, têm a possibilidade de equacionarem pertenças assentes em bases de criatividade e liberdade, de auto definirem identidades, de se construírem e reconstruírem cultural e socialmente identidades e pertenças nacionais.

O processo de construção nacional baseou-se na educação primária obrigatória como elemento agregador da população e que culminou na aceitação dos limites nacionais. Com a crescente difusão de novos meios de comunicação, em que se destaca a rádio e a televisão, consegue-se enraizar e expandir o carácter identitário nacional fazendo assim o aproveitamento do território e reduzindo distâncias do centro para as periferias.

Sobre a intervenção do Estado nas zonas fronteiriças, destaca-se a presença dos seus representantes nestas zonas limítrofes. A fronteira política em Portugal constituía uma das grandes preocupações de Salazar e culminou com a reorganização da Guarda Fiscal e da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Em 1933, com a criação da Secção Internacional, a PVDE teve como objectivo primordial ser a polícia política, deste modo controlando a circulação de pessoas<sup>51</sup>. Relativamente à Guarda Fiscal, a missão passou, essencialmente, por controlar a circulação de bens. A reorganização da PVDE fez com que fosse necessário aumentar a rede de delegações, de postos e de sub-postos em populações fronteiriças<sup>52</sup>. No novo contexto delineado por António de Oliveira Salazar, a Guarda Fiscal, que tinha uma importância significativa em localidades fronteiriças, viu reduzido os seus poderes. A juntar a estas situações, a Guerra Civil Espanha fez alterar o discurso ideológico e a prática repressiva do regime, alertando acerca do perigo republicano e fazendo dessa situação o centro das preocupações da PVDE. Como tal, o método de vigilância e controlo da fronteira ganhou novos contornos em 1936.

A Guerra Civil de Espanha teve um impacto muito relevante na política portuguesa, tal como na fronteira, tendo, por isso, o comandante Geral da Guarda Fiscal

---

<sup>51</sup> Idem, *Ibidem*, pp.226.

<sup>52</sup> Idem, *Ibidem*, pp.226.



manifestado a Salazar a sua apreensão face aos acontecimentos políticos em Espanha, que segundo ele, podiam trazer como resultado a entrega do poder em todos os sectores à corrente extremista e, como consequência, a implantação do comunismo. Neste mesmo documento informou, com preocupação, o reduzido número de efectivos da Guarda Fiscal, assim como os meios antiquados de que dispunham. O comandante Geral da Guarda Fiscal exigiu, deste modo, a cooperação com outros elementos armados, em particular o exército, de forma a assegurar a eficácia da vigilância na fronteira<sup>53</sup>.

Contudo, também é necessário ter uma noção dos momentos dramáticos que viveram os refugiados espanhóis. A situação nas várias cidades espanholas era de completa destruição e em muitas das situações chegava-se mesmo a assistir ao fuzilamento de alguns familiares e amigos. O medo estava no centro das vidas daquelas populações, assim como o sofrimento causado por todo o impacto da Guerra Civil espanhola. Se nesta primeira fase tudo foi difícil para os refugiados, a segunda revelou-se ainda pior. A grande maioria destes refugiados foi presa, passando inclusive dias em trânsito sem saber para onde ia<sup>54</sup>. A sua principal preocupação era sobreviver, tentando proteger-se como podia e alimentando-se sempre que conseguia.

Cercados de um lado pelas forças militares portuguesas e por outro lado pelas forças nacionalistas, várias centenas de refugiados foram aconselhados pelos militares no terreno a atravessar a fronteira, entregando as armas e sujeitando-se às determinações impostas pelo governo de Salazar. Os militares portugueses sugeriram aos refugiados espanhóis a possibilidade destes regressarem a suas casas por livre iniciativa, o que originou alguma indecisão naqueles que tinham deixado para trás as suas famílias. O medo e a insegurança permaneciam e, muitas das vezes, chegavam aos campos informações contraditórias, trazidas por familiares, de que podiam regressar a suas casas em segurança, mas todos aqueles que o fizeram foram fuzilados.

Neste contexto, a acção dos representantes do Estado Novo revela que o poder na fronteira era exercido a partir de uma multiplicidade de pontos, através de um mecanismo de relações de desigualdades mutáveis, não representando uma instituição ou uma estrutura, mas uma situação estratégica complexa perante um determinado acontecimento

---

<sup>53</sup> MARTINS, Humberto, “Nótulas sobre a vida dos indivíduos em zonas fronteiriças” in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 144.

<sup>54</sup> Idem, *Ibidem*, p.145.

concreto. Neste sentido, as relações de poder não são exteriores a outros tipos de relações sociais, representando os efeitos das partilhas, das desigualdades e dos desequilíbrios produzidos, reflectindo reciprocamente as condições internas dessas diferenciações<sup>55</sup>. Além disso, as relações de poder funcionam com uma função produtora, gerando simultaneamente resistências.

---

<sup>55</sup> SIMÕES, Maria Dulce, “Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola” in *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p. 228.

## 2. A Guerra Civil de Espanha

### A turbulência pós eleições de Fevereiro

A Guerra Civil de Espanha é um tema complexo que só é mais facilmente entendido com o conhecimento do conjunto de antecedentes que ocorreram no período imediatamente anterior ao conflito.

Na década de 1920, a economia espanhola era, fundamentalmente, agrária e exportadora. Como tal, a Espanha não sofreu um impacto relevante na crise de 1929 porque o desemprego era baixo e o salário médio por dia de trabalho tinha aumentado significativamente nos primeiros anos da Segunda República<sup>56</sup>. O fervilhar da economia mexia com as tensões sociais já existentes e agudizava-se, ainda mais, a divisão político-ideológica da sociedade, que já vinha desde o século anterior.

Deste modo, em Maio de 1931, os anarquistas incendiaram a Igreja dos Jesuítas na Calle de la Flor, no centro de Madrid. Em Agosto de 1932, o general monárquico Sanjurjo tentou executar um golpe, mas fracassou<sup>57</sup>. Assim, foi condenado à morte e depois indultado, continuando a conspirar na prisão. Um ano depois, em 1933, a recusa dos anarquistas em dar apoio aos partidos de esquerda e a sua propaganda pela greve do voto permitiram a vitória eleitoral da direita, representada pela Confederação Espanhola das Direitas Autónomas de José María Gil-Robles. Seguiu-se uma insurreição da esquerda, que foi mal sucedida em toda a Espanha, com a excepção das Astúrias, onde os operários dominaram Gijón por 13 dias. Esta situação ficou conhecida como a Comuna das Astúrias.

A situação em Espanha, na década de 1930, tornou-se cada vez mais grave e a tensão mais acentuada. Com milhares de militantes feitos prisioneiros, os anarquistas decidiram apoiar a esquerda nas eleições de 1936<sup>58</sup>. Esperava-se que o novo governo lhes concedesse amnistia. A 16 de Fevereiro, esquerda venceu as eleições com 4 645 116 votos, contra 4 503 524 da direita e 500 mil votos do centro, mas as particularidades do

---

<sup>56</sup> JACKSON, Gabriel, *A República Espanhola e a Guerra Civil (1931-1939)*, volume I, [s.l.], Publicações Europa-América, 1965, pp. 36-37.

<sup>57</sup> SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, *Nova História de Portugal*, volume XII, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.33.

<sup>58</sup> TAMAMES, Ramon, *A Guerra Civil de Espanha. 50 anos depois*, Lisboa, Edições Salamandra, 1986, pp. 32-33.

sistema eleitoral, que favorecia as maiorias, deram à esquerda a maioria das cadeiras no parlamento. Em maio de 1936, o presidente Alcalá Zamora, em funções desde 1931, foi destituído e Azaña assumiu a Presidência da República tendo como seu primeiro-ministro o socialista Largo Caballero<sup>59</sup>. A tensão em Espanha começou a aumentar com esta situação e a direita começou a preparar um golpe militar que se concretizou a 17 de Julho.

É precisamente no dia 17 de Julho de 1936 que os militares espanhóis em Marrocos se insurgiram e, de uma forma bastante rápida, esse movimento chegou e espalhou-se por Espanha. Foi a ocasião para que toda a polarização política e ideológica, todos os conflitos de classe e as inimizades características da Espanha se pudessem confrontar. A intenção dos militares era de que o golpe de Estado fosse breve, como acontecia anteriormente quando as forças armadas intervinham na vida política do país. Porém, este golpe desencadeou a Guerra Civil, uma vez que houve resistência da população espanhola, especialmente dos sindicatos, partidos e organizações de trabalhadores. O relato de Orwell, um escritor inglês, espelha bem o sucedido em Espanha naquela altura:

“Não é exagero dizer que praticamente toda a resistência, nos primeiros meses, foi uma acção dirigida e consciente das pessoas comuns nas ruas, através de seus sindicatos e organizações políticas. Os transportes e as indústrias mais importantes passaram directamente para as mãos dos trabalhadores; as milícias, que tiveram de aguentar o rojão da luta, eram organizações nascidas dos sindicatos.”<sup>60</sup>

Logo na primeira semana de guerra, Espanha ficou dividida em duas áreas. Uma delas era controlada pelo governo republicano, enquanto a outra era dominada pelos insurgentes<sup>61</sup>. Marrocos, onde se iniciou a insurreição, e vários territórios importantes de Espanha como Sevilha, Oviedo, Salamanca e Corunha passaram para as mãos dos insurgentes no momento do golpe.

O domínio republicano fixou-se sobretudo na capital Madrid e em importantes territórios como Málaga, Valência, Barcelona, mas também nos centros industriais do

---

<sup>59</sup> JACKSON, Gabriel, *A República Espanhola e a Guerra Civil (1931-1939)*, volume I, [s.l.], Publicações Europa-América, 1965, pp. 36-37.

<sup>60</sup> ORWELL, George, *Homenagem à Catalunha*, [s.l.], Antígona, 2007, p. 362.

<sup>61</sup> GUILHERME, Henrique, *A Influência da Política Internacional na Guerra Civil Espanhola: Uma análise da presença nazi-fascista e soviética (1936-1939)*, Santo André, Centro Universitário Fundação Santo André, 2011, p. 41.

País Basco e da Catalunha. Essa divisão nos territórios foi semelhante à divisão eleitoral de Fevereiro de 1936, como relata Francisco Romero Salvadó, historiador espanhol:

“A 20 de Julho, a Espanha estava efectivamente dividida em duas zonas bastante similares ao mapa eleitoral de Fevereiro de 1936. Os rebeldes militares, conhecidos pela história como nacionalistas, mantiveram com firmeza, sob seu controlo, as áreas tradicionalmente conservadoras e católicas (...). Essas regiões, que cobriam aproximadamente um terço do país, votaram a favor dos partidos de direita nas eleições de Fevereiro de 1936 e agora enfrentavam a insurreição com entusiasmo. (...) No resto do país, uma combinação de acção rápida, determinação dos sindicatos e lealdade das forças policiais e de muitos oficiais veteranos resultou na supressão do movimento aliciador.”<sup>62</sup>

No lado nacionalista, a característica centralizadora e de pulso firme dos militares garantiu uma certa unidade de forças. No lado republicano, as mais variadas ideologias e modos de acção das organizações de trabalhadores tornavam a república extremamente plural.

Alguns nacionalistas seguiam a ideia de que a guerra era o objetivo máximo e que, para isso, se devia abdicar da revolução, colaborar com o governo republicano e unir-se a um bloco anti-fascista único, representado pela Frente Popular. Outros, porém, diziam que a revolução e a guerra contra o golpe eram indissociáveis. Essa divisão fez surgir um enorme debate sobre a actuação das organizações e sobre como as influências externas causaram efeito nessas actuações, principalmente no que diz respeito à influência da União Soviética e à sua importância perante os “comunistas” e o governo espanhol<sup>63</sup>.

No dia 21 de Julho, os nacionalistas já controlavam o Marrocos Espanhol e as Ilhas Canárias, com excepção da ilha de La Palma e as Baleares. Por outro lado, as Astúrias, Cantábria, o País Basco e a Catalunha, assim como a região de Madrid e Múrcia, estavam nas mãos dos republicanos<sup>64</sup>. No entanto, os nacionalistas conseguiram apoderar-se das cidades mais importantes da Andaluzia, nomeadamente Sevilha. O rápido avanço de Sevilha a Toledo, chefiado pelo tenente-coronel Yague, que nesta

---

<sup>62</sup> SALVADÓ, Francisco J. Romero, *A Guerra Civil Espanhola*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2008, p. 95.

<sup>63</sup> GUILHERME, Henrique, *A Influência da Política Internacional na Guerra Civil Espanhola: Uma análise da presença nazi-fascista e soviética (1936-1939)*, Santo André, Centro Universitário Fundação Santo André, 2011, p.55.

<sup>64</sup> VILAR, Pierre, *História de Espanha*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizontes, 1992, p.115.

situação fez aplicar as técnicas alemãs de Blitzkrieg, com avanços rápidos de tropas de infantaria apoiadas por artilharia e aviação, possibilitou aos nacionalistas tomarem Badajoz, em Agosto de 1936, o que lhes permitiu organizar uma frente coerente contra o campo republicano, estratégia esta adoptada por Francisco Franco. Este preferiu apoiar-se primeiro sobre a fronteira de Portugal, visto que tinha o apoio inequívoco de António de Oliveira Salazar, a tentar um avanço directo até Madrid, a partir do Sul.

A lentidão dos nacionalistas e a acção das milícias populares na defesa republicana fizeram com que o conflito assumisse, assim, um carácter ideológico e potencialmente revolucionário<sup>65</sup>. Conquistado Badajoz pelas forças nacionalistas, iniciou-se o avanço sobre Madrid, procurando acabar com a campanha o mais rápido possível. No dia 28 de Setembro, as forças nacionalistas romperam o cerco republicano ao Alcazar de Toledo, defendido por José Moscardó, um militar nacionalista, desde 22 de Julho. Esta foi uma conquista sem muito significado estratégico, porém, revestida de características lendárias, visto que o filho de Moscardó foi fuzilado após ter pedido ao pai que se rendesse, deste modo, tornando-se o mito fundador do regime franquista.

As interferências externas na Guerra Civil espanhola foram de uma enorme riqueza do ponto de vista da análise das relações internacionais. A guerra colocou frente a frente as forças e ideologias que se enfrentaram, posteriormente, na Segunda Guerra Mundial. Também antecipou as tácticas de algumas dessas forças e contou com inúmeros exemplos do internacionalismo no sentido empregado classicamente pelos “marxistas”<sup>66</sup>.

Além das repercussões da entrada de pessoas em Espanha, com a finalidade de participar no conflito e apoiar alguma das partes, não se pode deixar de citar os reflexos ocasionados pela saída de pessoas do país, em grande parte, refugiados.

Pode ter-se uma ideia de toda a abrangência internacional desse conflito, por algumas passagens dos relatos de George Orwell que, por si só, contribuiu para a pluralidade de nações envolvidas na guerra, pelo facto de ser inglês. O relato descrito por Javier Rubio é completamente esclarecedor da problemática dos refugiados:

“La contienda de 1936-1939 dio lugar, como casi todas las guerras civiles, a que um importante contingente humano del bando perdedor

---

<sup>65</sup> BEEVOR, Antony, *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1982, p. 112.

<sup>66</sup> GUILHERME, Henrique Guilherme, *A Influência da Política Internacional na Guerra Civil Espanhola: Uma análise da presença nazi-fascista e soviética (1936-1939)*, Santo André, Centro Universitário Fundação Santo André, 2011, p. 56.

se viera obligado a exiliarse. Las especiales circunstancias de la posguerra civil, y de la mundial, hicieron que la expatriación de los españoles que defendieron a la Segunda República fuera singularmente amarga. Y larga.”<sup>67</sup>

O primeiro e maior impacto causado pela vaga de refugiados foi sentido na França. A Catalunha era o território com o maior número de sindicalistas, partidários e milicianos que lutavam contra os nacionalistas. Este foi um dos últimos territórios republicanos a ser invadido pelos franquistas. Por ficar próximo à fronteira com a França, muitos militantes entraram em território gaulês, mas muitos outros fugiram para variados destinos como Portugal ou a América do Sul. No entanto, foi em França que numa primeira fase se sentiu uma maior vaga de refugiados, havendo mesmo campos de concentração no sudoeste do país.

Devido ao grande número de pessoas que procuravam abrigo e devido à falta de logística e preparação dos franceses para recebê-las, houve refugiados que foram acolhidos em campos em que não havia condições mínimas de sobrevivência. O seguinte relato mostra as evidentes dificuldades:

“Esta es la época que hace tristemente famosos los nombres de Argeles y Saint Cyprien [territórios ao sul da França], donde se encierran casi doscientos mil españoles [nessa conta só estão incluídos os que fugiram da Catalunha] sin más instalaciones que las alambradas que acotan las playas, ni más servicios que la brisa marina.”<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> RUBIO, Javier, *Asilos y Canjes durante la Guerra Civil Española*, Madrid, Editorial Planeta, 1979, p.290.

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*, p.295.

## O domínio da Extremadura e a violência em Badajoz

Sobre a temática da barbárie em Badajoz destacam-se os relatos de Mário Neves, jornalista que esteve presente quando se iniciou o confronto em Badajoz, e de Pedro Teotónio Pereira, que era embaixador de Portugal em Espanha<sup>69</sup>, que através da troca de correspondência com António de Oliveira Salazar fez um panorama da realidade espanhola em 1936, em particular em Agosto, quando as duas forças em conflito mediam forças em Badajoz e noutros territórios da província da Extremadura.

Um dos primeiros relatos a chegar sobre o início da Guerra Civil espanhola é precisamente a carta de Pedro Teotónio Pereira a António de Oliveira Salazar. Nesta carta, o embaixador de Portugal em Madrid relata os episódios de autêntico terror em Badajoz. Pedro Teotónio começou por perguntar ao Presidente do Conselho de Ministros se este se encontrava a par da atrocidade em Badajoz. O embaixador, posteriormente, também enviou uma declaração onde afirmou que os portugueses estavam a assistir, com uma dor sincera, aos momentos que se tinham passado em Espanha, esperando que a harmonia e a paz entre os cidadãos regressassem em breve<sup>70</sup>.

As forças governamentais conseguiram manter o controlo e a ordem durante o mês de Julho em grande parte do território espanhol. As milícias mantiveram a acalmia devido às detenções e ao trabalho de vigilância em muitas áreas da Extremadura. Em Badajoz, em particular, não houve uma repressão contra os indivíduos que estavam contra a República. Os elementos do Governo foram, em todos os momentos, dignos perante aqueles que estavam contra a sua ideologia.

Outra das questões que os historiadores abordam e debatem é o local de fuzilamento. Apesar de alguns defenderem que este foi na Praça de Touros, o historiador espanhol José Luis Gutiérrez Casala afirma que a praça serviu de prisão, tendo sido as ruas da cidade o local onde aconteceram os acontecimentos mais dramáticos<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. Da 1ª Legislatura à visita Presidencial aos Açores (1935-1941)*, volume XIV, 1ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 2000, p.411.

<sup>70</sup> COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol I (1931-1939)*, Mem Martins, GráficaEuropam, 1987, pp. 46-47.

<sup>71</sup> CASALÁ, José Luis Gutiérrez, *La Guerra civil en la provincia de Badajoz. Represión Republicano-Franquista*, Badajoz, Universitas editorial, 2003, p.771.



O exército africano de Franco comandado pelo tenente-coronel Juan Yague, um veterano das guerras de Marrocos, avançava de Sevilha em direcção a norte, com o objectivo de chegar a Madrid. Em cada cidade ou vila em que este exército passasse, espalhava um clima de medo e terror, visto que violavam as trabalhadoras locais e saqueavam as suas casas<sup>72</sup>. No dia 10 de Agosto de 1936, as forças de Yague chegaram até Mérida, cidade próxima de Cáceres que tinha sido conquistada no princípio do conflito pelas forças nacionalistas, comandadas pelo militar Emílio Mola<sup>73</sup>.

Cumprido este objectivo, o exército liderado por Yague tinha a missão de conquistar Badajoz, capital da Extremadura que está localizada muito perto da fronteira com Portugal e, portanto, muito próximo de Elvas. A decisão de Franco em tomar Badajoz fez atrasar um pouco as colunas do tenente-coronel, que invés de rumar para norte direccionou-se afinal para oeste rumando até Badajoz. Apesar desta cidade não estar sob domínio dos nacionalistas, não constituía uma ameaça séria. Todavia, Franco não queria correr riscos e pretendia consolidar a unificação dos segmentos da zona nacionalista.

O conflito em Badajoz iniciou-se depois da artilharia pesada e dos bombardeiros abrirem brechas nas muralhas da cidade, começando uma repressão sem paralelo, onde foram assassinadas milhares de pessoas<sup>74</sup>, entre os quais civis inocentes. Nas ruas havia sangue e corpos espalhados por toda a parte. Segundo o relato do jornalista Mário Neves, Badajoz estava mergulhado num completo terror. Este massacre era uma mensagem violenta aos cidadãos de Madrid sobre o que podiam esperar, caso não se rendessem antes da chegada das colunas africanas. Todo este clima de terror e de medo só fez com que aumentasse o número de refugiados em Portugal, visto que era a única maneira, na maioria dos casos, de sobreviver a todo este conflito. Após a batalha terminar, Yague permaneceu na cidade vários dias, de modo a poder organizá-la, segundo a correspondência com Franco<sup>75</sup>.

A 23 de Agosto de 1936, houve rumores sobre a fuga de alguns indivíduos da prisão Modelo de Madrid, o que levou ao assassinato de setenta reclusos, onde se incluíam Melquíades Álvarez, que era amigo de Azaña, e muitos ultra-nacionalistas. Esta foi uma

---

<sup>72</sup> PRESTON, Paul, *La Guerra Civil española*, Barcelona, Debate, 2008, p.131.

<sup>73</sup> SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Nova História de Portugal, volume XII, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.32.

<sup>74</sup> PRESTON, Paul, *La Guerra Civil española*, Barcelona, Debate, 2008, p.131.

<sup>75</sup> VÁSQUEZ, Gonzalo Cebrián, *Los Sucesos de Badajoz: 77 años de historiografía*, Extremadura, Revista de História, Tomo I, Número I, 2014, pp. 230.

forma de represália pela chacina de Badajoz, que foi contada por alguns fugitivos vindos da Extremadura que conseguiram chegar até Madrid.

O massacre de Agosto de 1936 faz reflectir todos os investigadores que tratam do tema, devido à violência extrema usada nesse acontecimento. A estimativa do número de mortos em Badajoz varia entre os investigadores, visto que uns se baseiam nos registos da época, outros no número de desaparecidos e outros na historiografia franquista. Há também quem se baseie nas fontes vindas dos correspondentes da imprensa estrangeira da época<sup>76</sup>. O número de vítimas mortais poderá ter sido de cerca de 4.000<sup>77</sup>, tendo em conta a maioria dos autores, porém, outros defendem que o número de mortes foi superior e outros que referem que o massacre em Badajoz teve menos mortes do que o número indicado. Contudo, desde o início da conquista da cidade, foi difícil diferenciar as vítimas de operações militares e as mortes causadas pela repressão.

Nem toda a província da Extremadura estava nas mãos dos nacionalistas em Maio de 1937, apesar de Badajoz ter sido conquistada em Agosto do ano anterior. Em 1937, na região de Don Benito, município da província de Badajoz, ainda estavam aproximadamente 6.000 espanhóis reforçados com uma Brigada Internacional. Segundo o governador militar de Elvas, a situação era militarmente bastante preocupante, sendo necessário um aumento substancial no número de efectivos, nomeadamente do Batalhão de Caçadores nº8 e na unidade de artilharia<sup>78</sup>.

O governador considerava que tanto as forças republicanas como as nacionalistas eram um perigo elevado para Portugal, embora por razões díspares. Segundo este governador, a Guerra Civil iria terminar com o triunfo dos franquistas. A vitória da facção republicana representava um revés no regime português, porque poderia dar aso a uma união das Repúblicas Ibéricas<sup>79</sup>. O triunfo dos nacionalistas seria, naturalmente, menos perigoso mas esta ameaça continuava presente. A sua ambição imperial, principalmente sobre a União Ibérica, era conhecida. De acordo com o governador, esta situação estava confirmada devido à existência de tropas italianas e alemãs na facção nacionalista. Além disso, o governador militar de Elvas afirmava que as relações entre Inglaterra e Itália não

---

<sup>76</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 228-229.

<sup>77</sup> Idem, *Ibidem*, p.225.

<sup>78</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Nota confidencial do Governo Militar de Elvas ao Comando da 4ª região militar de 15 de Maio de 1937.

<sup>79</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p.70.

eram convergentes e, como tal, Portugal poderia servir de ponte de passagem para a Inglaterra<sup>80</sup>. As tropas alemãs que estavam em Espanha não pretendiam regressar visto que se encontravam nas costas da França e, por isso, estavam bem posicionados para alguma eventualidade. Por fim, o governador concluiu alertando para uma vigilância rigorosa nas fronteiras, visto que as posições que lutavam em Espanha não proporcionavam segurança de obedecer à soberania portuguesa.

O comandante da 4ª região militar, concordando com o governador, solicitou ao Ministro da Guerra a aprovação para que um representante da região militar de Elvas e o governador dessa região procedessem a uma visita a Don Benito, região de Badajoz, para se inteirarem dos planos das forças nacionalistas e do possível risco, para Portugal, dos cerca 6.000 republicanos espanhóis naquela área<sup>81</sup>.

O relatório remetia para uma fragilidade da linha nacionalista mas era o suficiente para vencer os republicanos. Estes tinham como objectivo ir até Mérida, acabar com as ligações ferroviárias e chegar à fronteira portuguesa, de modo a desunir os exércitos do norte dos do sul. Contudo, o tenente era da opinião de que as forças republicanas não constituíam um perigo sério para a fronteira portuguesa porque se encontravam a cerca de 85 Km. Apesar do conhecimento mais pormenorizado, a vigilância na fronteira deveria continuar rigorosa e atenta para travar qualquer tipo de ameaça.

Esta situação ocorreu na área da 21ª Divisão espanhola comandada pelo general Cañizares quando, em Setembro de 1938, a linha defensiva dos nacionalistas sofreu uma ruptura. De acordo com o cônsul de Portugal em Badajoz, existiram fortes ataques em Cabeza del Buey, situada na província de Badajoz, em Agosto de 1938, tendo participado cerca de 4.0000 republicanos espanhóis, tanques e aviação<sup>82</sup>. Com esta ofensiva dos republicanos, estes recuperam cerca de 15 Km. De acordo com o cônsul, a ofensiva encontrou as forças nacionalistas desatentas e desprotegidas, tendo havido 5.000 baixas do lado nacionalista<sup>83</sup>.

---

<sup>80</sup> Idem, *Ibidem*, p.70

<sup>81</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Ofício confidencial do Comando da 4ª região militar de 19 de Maio de 1937.

<sup>82</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Nota confidencial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 14 de Setembro de 1938.

<sup>83</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p.72.

Com as informações oriundas de Espanha, o Ministério de Guerra solicitou uma confirmação por parte da Missão Militar Portuguesa em Espanha. Esta desempenhou um papel importante no país vizinho, principalmente como fonte de informações no local. A Missão tinha objectivos específicos, como observar o material e a organização militar. Tinha, igualmente, o objectivo de criar uma mística militar e elevar a moral do Exército português, tendo em conta as observações em Espanha<sup>84</sup>. A ideia principal foi que esta Missão Militar Portuguesa, em articulação com o Ministério de Guerra, acabou por desempenhar um papel importante ao divulgar informações necessárias às autoridades portuguesas sobre os acontecimentos da Guerra Civil espanhola.

---

<sup>84</sup> Idem, *Ibidem*, p.73.

## **Abandono de Espanha: fuga como meio de sobrevivência**

Foram inúmeros os motivos que levaram à saída de espanhóis das suas casas e os incentivaram a procurar refúgio e paz em território português. Os constantes confrontos militares entre os nacionalistas espanhóis e as forças governamentais, levaram a que estas se aproximassem das zonas fronteiriças tentando, deste modo, escapar e fugir às perseguições nacionalistas.

O desenrolar dos acontecimentos fez com que os republicanos ficassem numa situação de desvantagem e não conseguissem reverter a sua inferioridade face à força dos nacionalistas espanhóis. Esta situação tornou insustentável a manutenção de posições militares, face à rápida conquista de pontos estratégicos fundamentais, como é o caso de Badajoz. As perseguições que os nacionalistas faziam às forças governamentais eram inúmeras e permanecer em Espanha era, de modo geral, escolher uma das facções em guerra<sup>85</sup>, uma vez que os confrontos resultaram na ocupação gradual do território espanhol por parte dos nacionalistas. Desta forma, a fuga era encarada como uma situação difícil e de último recurso mas, para muitos, seria mesmo a única opção.

Até ao término do ano de 1936, a área fronteiriça foi alvo de particular fiscalização por todas as forças presentes nas fronteiras, visto que a guerra em Espanha estava numa situação de extrema violência, repleta de acontecimentos de enorme gravidade. Em Outubro deste ano, toda esta situação fez com que os espanhóis tentassem, de todas as formas, forçar entrada em Portugal. No entanto, as ordens das autoridades que fiscalizavam as fronteiras eram claras, visto que o Ministério de Guerra ordenava que fossem disparados tiros para o ar, de modo a assustar e demover estes espanhóis de entrarem em Portugal<sup>86</sup>. Os republicanos que fugiam de Espanha eram apelidados de criminosos políticos pelas autoridades nacionais.

Em Badajoz, mesmo antes da vitória final, civis e carabineiros já se apresentavam na fronteira do Caia<sup>87</sup> assumindo, desde logo, a derrota da facção governamental neste território espanhol. No dia anterior à conquista de Badajoz, a 13 de Agosto de 1936, a Guarda Fiscal de Elvas comunicou ao comando geral português que já estavam nomeadas

---

<sup>85</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, pp.155-156.

<sup>86</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p.28.

<sup>87</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

as novas autoridades de Badajoz, encontrando-se precisamente nesse dia no posto Fiscal de Galegos alguns oficiais espanhóis que assumiram o comando das tropas franquistas naquele território<sup>88</sup>. Nesta comunicação da Guarda Fiscal de Elvas, afirma-se que as forças governamentais se tinham rendido no Caia e entregue todo o armamento<sup>89</sup>.

Outro aspecto importante e que está directamente relacionado com a Guerra Civil de Espanha é a convocação de civis para as forças militares franquistas, a partir de Janeiro de 1937. Nesta mobilização participavam jovens, designados por mancebos, e homens que se apresentavam nas autoridades<sup>90</sup>. Esta convocação exigida pelos nacionalistas foi decretada para todo o espaço espanhol. Contudo, nem todos os civis quiseram integrar as forças de Francisco Franco. Esta situação fez com que houvesse uma nova vaga de refugiados em Portugal, dado que era a forma de contornar a participação militar exigida pelas forças nacionalistas. Assim, esta situação foi transmitida, também, ao governo liderado por António de Oliveira Salazar. A razão da divulgação a Portugal deveu-se ao facto dos franquistas se aperceberem que havia quem contornasse esta convocação e fugisse para Portugal, de modo a procurar fixação em território nacional. A imprensa portuguesa também relatou estes acontecimentos, dando conta dos prazos de incorporação no exército franquista.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros conjuntamente com o Ministério do Interior reconhecia o regime especial daqueles que se encontravam em Portugal, no entanto, também mantinham o alerta, visto que era estritamente necessário manter a tranquilidade pública<sup>91</sup>. O governo de António de Oliveira Salazar informou os governadores civis, nomeadamente através do Ministério do Interior, que sempre que se verificassem casos de indivíduos espanhóis que se encontravam sujeitos ao serviço militar, estes não teriam consigo documentos pessoais, uma vez que os consulados negavam passá-los, tendo em vista a expulsão de Portugal.

Em 1938, a situação destes civis sem documentos foi alterada. Esta mudança de paradigma surgiu por indicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, por esta

---

<sup>88</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>89</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Telegrama do Batalhão nº1 da Guarda Fiscal, no dia 13 de Agosto de 1936.

<sup>90</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.156.

<sup>91</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 31.

altura, tencionava proteger Portugal e a sua população de possíveis agitadores. Neste mesmo ano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estipulou o seguinte:

“A todos os súbditos espanhóis, vindos para Portugal após Julho de 1936 e a quem os consulados recusassem a documentação com fundamento de estarem abrangidos pela lei militar de seu país, não seria concedido visto de residência em qualquer documento, devendo ser feita documentação detalhada à PVDE depois de devidamente identificados por meio de quaisquer documentos que possuissem”<sup>92</sup>.

Apesar deste decreto, havia situações de excepção, sendo exemplo os indivíduos que já se encontravam em Portugal antes do início da Guerra Civil de Espanha. Neste caso específico, apesar de se encontrarem em idade militar, não tendo por isso qualquer documento passado por consulados ou vice-consulados, não era declarado de maneira explícita que tinham de sair de Portugal, no entanto teriam de pagar uma taxa. Não é defendido, nesta situação, uma perseguição em relação aos que entraram em Portugal antes de Julho de 1936 e que tinham procurado refúgio em território português.

---

<sup>92</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Circular do Governo Civil de Évora dirigida às Câmaras Municipais do distrito a 3 de Janeiro de 1938.

## II. O Estado Novo e a Fronteira



## 1. O Estado Novo e a Guerra Civil de Espanha

### A solidariedade de Salazar a Franco e apoio militar

No início da Guerra Civil de Espanha, António de Oliveira Salazar tomou todas as precauções e cautelas a fim de estar preparado para qualquer que fosse o desfecho que o conflito armado espanhol tivesse. Assim, o presidente do Conselho colocou todos os recursos possíveis ao dispor do general Francisco Franco, de modo a que este garantisse a vitória frente aos republicanos. Os apoios que os militares sublevados receberam para combater o poder legítimo da República espanhola foram de toda a ordem e natureza.

Salazar tinha a convicção que a vitória de Franco iria facilitar a governabilidade do Estado Novo. Deste modo, não hesitou em facilitar a entrada de pessoas e material no território português, assim como empréstimos financeiros e apoios logísticos. Outro ponto relevante foi o apoio político, com destaque para o Comité de Londres<sup>93</sup>, onde Portugal prestou apoio aos sublevados sem que, no entanto, perdesse a aliança com a Inglaterra. Também houve ajuda através da imprensa e nas estações de rádio, assim como facilidades no recrutamento de voluntários. Por todas estas razões é perentório afirmar que Salazar fez tudo para tornar realidade a vitória de um projecto político em Espanha, que seria um regime idêntico ao do Estado Novo. Como também é possível constatar-se na série documental *Dez Anos de Política Externa*, a questão espanhola ocupou o centro das preocupações de António de Oliveira Salazar entre Fevereiro de 1936 e finais de Março de 1939.

Todavia, o apoio de Salazar ao general tinha forçosamente de estar dentro dos limites impostos pela aliança luso-britânica, visto que o Presidente do Conselho sabia que era fundamental a preservação do império colonial português, no quadro de uma Europa cada vez mais dominada pelo expansionismo agressivo dos regimes totalitários<sup>94</sup>. O apoio aos militares espanhóis sublevados teve de ser concretizado sem que se pudesse pôr em causa a aliança portuguesa e, paralelamente, sem que a aliança inglesa não constituísse um travão que impedisse os esforços do Estado Novo para favorecer a implantação em Espanha de um regime que não constituísse uma ameaça. Não há dúvidas de que Salazar

---

<sup>93</sup> NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo [1933-1974]*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 165.

<sup>94</sup> Idem, *Ibidem*, p.166.

soube conjugar estas duas necessidades e, apenas com a crise de Munique, esta dupla estratégia correu riscos.

António de Oliveira Salazar e os seus ministros nunca questionaram a primazia da aliança britânica. O apoio diplomático dado aos nacionalistas de Franco não colocou, em nenhum momento, em causa a enorme importância da aliança inglesa. Todavia, esta foi a primeira vez que Portugal concordou em apoiar uma força política que, em alguns momentos, poderia ser hostil aos interesses do império britânico.

No que respeita à diplomacia, Portugal teve também um importante papel na ajuda às forças nacionalistas, principalmente perante os aliados ingleses. Nos organismos de regulação da ordem política do Tratado de Versalhes, tal como na Sociedade das Nações, os nacionalistas não tinham qualquer representação, pois o governo de Madrid era considerado legítimo junto de potências como a Grã-Bretanha e a França, estando representado na Sociedade das Nações e no Comité de não-intervenção londrino. Por não ter representação nem força no panorama internacional, Portugal foi o porta-voz dos interesses de Franco nestas instituições<sup>95</sup>.

No início da Guerra Civil de Espanha, Portugal tentou prolongar até ao limite as negociações de um acordo de não-intervenção, arrastando a situação enquanto os nacionalistas não conquistassem localidades no litoral e encontrassem alternativas ao abastecimento de equipamento militar que passava pelo porto de Lisboa. No momento em que as forças de Franco se encontrassem plenamente abastecidas de armamento e munições e conseguissem dominar alguns pontos estratégicos do litoral de Espanha, Portugal poderia aceitar a ficção da não-intervenção no conflito.

Oliveira Salazar defendeu as vantagens de apoiar a Junta de Burgos, junto da Grã-Bretanha. Deste modo, tentou afastar as pressões que tanto a Grã-Bretanha como a França faziam para que o Presidente do Conselho subscrevesse o acordo de não-intervenção na Guerra Civil de Espanha.

O apoio logístico dado por Portugal foi fundamental para o sucesso de Franco. O Estoril foi o local escolhido como base da conspiração espanhola na antecâmara do conflito, tendo os membros da “colónia espanhola” plena liberdade de actuação<sup>96</sup>. Os hotéis Vitória e Avis serviram como embaixadas franquistas em Lisboa, exemplo que demonstra a importância de Portugal para a facção nacionalista. Sebastião Ramirez foi

---

<sup>95</sup> DELGADO, Iva., *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979, pp. 56-58.

<sup>96</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.142.

nomeado coordenador do envolvimento português na Guerra Civil de Espanha, havendo a preocupação por parte de Salazar de acompanhar todas as questões relativas ao conflito. A ajuda prestada por Portugal teve diversas vertentes, sendo a financeira uma das mais relevantes. A abertura de créditos no Banco de Portugal e no Banco Espírito Santo foi um importante apoio financeiro dado pelo Estado português ao esforço da guerra nacionalista<sup>97</sup>.

Em relação ao apoio financeiro, há a destacar a abertura de linhas de crédito pelo governo português, essencialmente para comprar material de guerra, adquirido ou transitado em Portugal, sendo que esta foi uma das principais ajudas para as tropas nacionalistas de Franco. A utilização de empresas e instituições bancárias portuguesas pela representação da Junta de Burgos em Lisboa facilitou o fornecimento das necessidades materiais da facção nacionalista. Os bancos tiveram um papel relevante no apoio aos nacionalistas, pois foram abertos créditos no Banco de Portugal, na Caixa Geral de Depósitos e Banco Lisboa e Açores.

A economia portuguesa foi redireccionada para permitir consolidar o esforço de guerra franquista, sendo fabricadas munições e armamento nas fábricas portuguesas para fornecer à frente de guerra. O governo facilitou a passagem de material de guerra italiano e alemão, dado que a força aérea espanhola ficou sob controlo das forças leais aos republicanos. Salientam-se os aviões desmontados que os alemães fizeram passar pelo porto de Lisboa<sup>98</sup>,

Portugal contribuiu de uma maneira muito activa no desenrolar dos primeiros meses do conflito. A ajuda prestada pelo governo português permitiu a entrada de munições e armamento pelo porto de Lisboa, visto que os principais portos de Espanha estavam sob domínio das forças republicanas. A posição ambígua do Estado Novo no comité de não intervenção londrino, ao qual Salazar aderiu de forma contrariada, e na Sociedade das Nações, permitiu aos nacionalistas de Franco ter uma voz que defendesse os seus interesses e a sua causa perante a comunidade internacional<sup>99</sup>. Houve críticas da imprensa inglesa ao facto de Portugal estar a prestar auxílio consentido no fornecimento de armamento aos espanhóis.<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> NEVES, José Manuel Viegas, *O corpo do estado-maior nos anos 30*, Dissertação Mestrado, [s.l.], [s.d.], p.61.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.145.

<sup>99</sup> OLIVEIRA, César, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p.41.

<sup>100</sup> *Jornal de Elvas*. 29 de Novembro de 1936 “Portugal perante os acontecimentos em Espanha”, p.1.

Na primeira fase do conflito foi fundamental a permissão da passagem de armamento por Portugal, de modo a reforçar as tropas sublevadas. Uma parte importante do apoio bélico alemão aos nacionalistas passou, no dia 22 de Agosto, pelo porto de Lisboa, através dos navios Kamerun e Wigbert, carregados com aviões, bombas e munições para abastecer as tropas de Franco<sup>101</sup>. Em sentido contrário, António de Oliveira Salazar impediu que navios mexicanos, carregados de munições, armamento e aviões com destino ao governo republicano, chegassem nas condições desejadas. Portugal tornou-se o território privilegiado para o fornecimento do apoio bélico e material nazi a Franco, principalmente em meios de transporte e de combate aéreos que davam passagem a tropas instaladas em Marrocos para a Península Ibérica.

O exército português não colaborou directamente na guerra, havendo espaço para que voluntários portugueses combatessem junto dos seus congéneres nacionalistas. A intervenção militar de Portugal foi insignificante, procurando manter o normal funcionamento nas relações externas com as principais potências europeias, em particular com a Inglaterra.

Em relação aos voluntários portugueses que se juntaram às forças nacionalistas espanholas, denominados de Viriatos, a historiografia encontra contradições no seu envolvimento na guerra. Em Maio de 1937, constituiu-se a Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha que tinha como objectivo aprender as novas formas de conduzir e conceber a guerra, estando em contacto com as inovadoras técnicas de conflito de massas experimentados na Guerra Civil de Espanha, assim como de assegurar um estatuto político vantajoso para Portugal no quadro peninsular e europeu e enquadrar os voluntários portugueses que combatiam ao lado dos nacionalistas<sup>102</sup>. A Missão serviu igualmente como elemento de propaganda interna, de modo a promover o governo liderado por Salazar.

Os portugueses que eram voluntários na frente de batalha nunca formaram unidades autónomas, estando integrados nas unidades que já existiam e estavam formadas. Uma parte dos voluntários foi integrada nas Bandeiras da “Légion Etrangère”, nas milícias da “Falange” e dos “Requetés”, em unidades regulares do exército e até nos serviços médicos<sup>103</sup>. A Missão Militar Portuguesa de Observação em Espanha teve uma

---

<sup>101</sup> NEVES, José Manuel Viegas, *O corpo do estado-maior nos anos 30*, Dissertação Mestrado, [s.l.], [s.d.], p.69.

<sup>102</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.149.

<sup>103</sup> NEVES, José Manuel Viegas, *O corpo do estado-maior nos anos 30*, Dissertação Mestrado, [s.l.], [s.d.], p.70.

acção múltipla tendo enquadrado a sua missão, colaborado nas unidades do exército nacionalista e realizado visitas a Espanha, envolvendo-se na frente de batalha.

As consequências do levantamento militar espanhol em Portugal foram muito acentuadas. Os motivos políticos estiveram sempre presentes, o que levou a que se refugassem em Portugal um grande número de espanhóis de ambas as facções. Mas também houve muitos portugueses que foram presos pelo facto de se manifestarem pró-republicanos. Não há dúvidas da enorme ajuda que o regime português prestou às tropas do general Franco, seja no transporte de homens, no fornecimento de alimentação e também de armas<sup>104</sup>. As facilidades com que outros países, através de Portugal, fizeram chegar abastecimentos aos nacionalistas era evidente, sendo que o governo português não colocou nenhum entrave nessa situação.

---

<sup>104</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.147.

## O cerco à Embaixada da República espanhola em Lisboa

De modo a melhor entender este tema, é pertinente perceber quem foi Claudio Sánchez-Albornoz. Nasceu em Madrid no dia 7 de Abril de 1893, falecendo em 1984. Era originário de uma família de militares, intelectuais e políticos e desde jovem que se intitulou de republicano, democrata, liberal e católico<sup>105</sup>. Teve uma enorme importância nas causas sociais, sendo decano da Faculdade de Filosofia e Letras de Madrid e Reitor da Universidade Complutense. A partir de 1931, foi deputado e teve o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1933 e 1934, sendo que passado dois anos, em 1936, foi embaixador em Portugal durante os meses de Maio e Outubro.

No dia 15 de Maio de 1936, chegou a Lisboa como embaixador da República Espanhola. Passados dez dias da sua chegada, a 25 de Maio, apresentou as cartas credenciais ao Presidente da República Portuguesa, o general Óscar Carmona. Claudio Sánchez-Albornoz teve, posteriormente, uma missão complicada em terras lusas.

Apesar de ter tido uma recepção relativamente adequada ao momento, esteve longe de ser efusiva. Isto sucedeu-se devido ao facto de a situação política em Espanha não ser muito favorável no ponto de vista de António de Oliveira Salazar. Tudo se complicou a 17 de Julho de 1936 com a eclosão da Guerra Civil de Espanha. As autoridades, que queriam a vitória dos nacionalistas, pretendiam que o embaixador regressasse ao seu país por sua iniciativa, apesar de não o quererem expulsar<sup>106</sup>. Esta situação levou a que as autoridades montassem um cerco à embaixada, com o intuito de isolá-lo, depois da saída de praticamente todos os seus diplomatas. O objectivo era retirar as fontes de informação e os contactos ao Embaixador. Claudio Sánchez-Albornoz aguentou até ao limite a sua permanência em Portugal, tendo inclusive deixado um relato desses fatídicos dias da sua saída.

Em Março de 1936, o governo liderado por António de Oliveira Salazar e o encarregado de Negócios de Portugal em Madrid partilhavam da ideia que as relações entre Portugal e Espanha iriam ser bastante conturbadas. Outra situação que começava a preocupar o Estado português era o crescente número de emigrados políticos espanhóis

---

<sup>105</sup> VICENTE, António Pedro, *Espanha e Portugal: Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p.115.

<sup>106</sup> Idem, *Ibidem*, p.88.

que passavam a fronteira luso-espanhola, e que até à data tinham relativa facilidade de movimentação concedida pelo regime Salazarista.

No mesmo ano, em Setembro, foi criada a Legião Portuguesa, com o objectivo de proteger Portugal do perigo vindo do país vizinho<sup>107</sup>. Tinha-se, por isso, de organizar a resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria<sup>108</sup>. A Mocidade Portuguesa e a Legião completavam-se como organizações ao serviço de defesa dos princípios políticos do regime. A diferença entre ambas prendia-se com o facto da Legião Portuguesa ser em regime de voluntariado, que só os homens maiores de 18 anos podiam integrar.

A acção e movimentação dos republicanos em Portugal foram limitadas por uma vigilância apertada por ordem do governo português. Em alguns casos estes foram presos e noutros foram entregues aos nacionalistas, que em muitas situações, posteriormente, foram alvo de fuzilamento. Claudio Sánchez-Albornoz informou, em Agosto de 1936, a entrada de espanhóis em Portugal, assim como a intervenção do governo português. Afirma o embaixador:

“Súpose anoche Lisboa que milicias Badajoz habían entrado Campomaior, território portugués, y apresado allí y herido Teniente coronel español y familia. (...) Recibimos amenazas muerte quienes seguimos serenosy leales. Gobierno portugués sigue hostil”<sup>109</sup>.

Em virtude destes acontecimentos, o consulado espanhol em Elvas estava num quadro de abandono. Claudio Sánchez-Albornoz redigiu no dia 30 de Agosto um telegrama, onde abordava não só o caso do consulado espanhol de Elvas, mas também diversos outros temas e onde fez um balanço da situação vivida em terras portuguesas, com particular destaque para o caso de Elvas:

“Informándome del abandono en que se encuentra aquella oficina a los efectos de la delicadísima misión de la defensa de los intereses y aun

---

<sup>107</sup> SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Nova História de Portugal, volume XII, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p.35.

<sup>108</sup> VICENTE, António Pedro, *Espanha e Portugal: Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p.107.

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, p.165 (Apêndice Documental nº14). Telegrama do Embaixador de Espanha em Portugal, Claudio Sánchez-Albornoz, ao Embaixador espanhol em Londres. Este telegrama é assinado por Albornoz e é datado de Agosto de 1936.

de las vidas de la multitud de españoles que procedentes de Badajoz se refugiaron en aquella ciudad.”<sup>110</sup>.

Além da informação do Embaixador espanhol ao Ministro de Estado, há menções à entrega de refugiados na fronteira. Existe também um caso descrito, em que o chefe militar do Batalhão de Elvas não entregou à PVDE os refugiados, poupando a vida. Claudio Sánchez-Albornoz tinha como missão conseguir prender os refugiados, de modo a que a polícia política não os devolvesse na fronteira e estes conseguissem fugir em direcção a França ou para outras zonas republicanas<sup>111</sup>.

Neste contexto, não há dúvidas que o Embaixador de Espanha em Lisboa tinha cada vez menos meios humanos ao seu redor. Praticamente todos os funcionários diplomáticos e outros elementos ligados à Embaixada espanhola passaram para a facção dos nacionalistas. Há alguns elementos que justificavam esta atitude, contudo havia outros que deixaram o Embaixador completamente desprevenido. Claudio Sánchez-Albornoz foi perdendo a confiança nos seus colaboradores, que estavam a ser constantemente vigiados pelas autoridades portuguesas. A situação era tão grave para o Embaixador que até as comunicações que realizava com o Governo de Madrid eram interceptadas pelo Governo de Lisboa<sup>112</sup>. Há também a salientar a enorme pressão que o governo português exerceu contra o Embaixador, recorrendo inclusivamente a métodos violentos, como ameaças de morte, tanto a Claudio como às suas filhas, como se queixou por diversas vezes<sup>113</sup>. A manobra do governo português contra o Embaixador foi visível inclusivamente em pormenores de pouca atenção, mas que eram de enorme relevância. Exemplo disso foi a oferta do governo a Sánchez-Albornoz, onde possibilitava a vinda dos seus pais para Portugal. Contudo, a proposta foi rejeitada pelo Embaixador pois este percebeu que iria enfraquecer a sua posição de firmeza face ao governo português<sup>114</sup>.

Num telegrama datado de 1 de Setembro de 1936, Claudio Sánchez-Albornoz mostra-se desesperado e visivelmente transtornado com a atitude do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, fruto de várias pressões. O objectivo das pressões do

---

<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*, pp.165-182 (Apêndice Documental nº15). Telegrama redigido em Lisboa, pelo Embaixador Claudio Sánchez-Albornoz ao Ministro de Estado. Assinado igualmente pelo Embaixador de Espanha em Portugal, foi datado de 31 de Agosto de 1936.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.198.

<sup>112</sup> DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979, p.98.

<sup>113</sup> VICENTE, António Pedro, *Espanha e Portugal: Um olhar sobre as relações peninsulares no século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p.129.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, pp.127-129.



governo português para com o embaixador espanhol era fazer com que o Governo de Madrid rompesse as relações institucionais com Portugal. Todavia, o Embaixador resistiu a todo o tipo de pressão, mostrando uma enorme coragem e persistência. Este facto levou António de Oliveira Salazar a tomar a iniciativa de romper a relação com o governo de Madrid, a 23 de Outubro de 1936<sup>115</sup>. Aliás, já anteriormente, e logo após a insurreição de 28 de Julho, Sánchez-Albornoz recebeu de Burgos, assinado por Miguel Cabanellas, presidente da Junta de Defensa Nacional, um telegrama tendo em vista a sua destituição. Contudo, foi apenas a 28 de Abril de 1938 que António de Oliveira Salazar reconheceu formalmente o governo insurreccional, mostrando também muitas preocupações devido às fracturas espanholas.

No momento em que foi obrigado a deixar Portugal, Claudio Sánchez-Albornoz deslocou-se para França, onde lecionou na Univerisdade de Bordéus. Ainda regressou a Espanha, para Valência, após a queda de Largo Caballero. Partiu para o exílio para Buenos Aires, via Marrocos e Lisboa, onde pediu a Salazar para deixar a Europa. Todavia, o seu exílio só acabou completamente com a morte do general Franco, em Novembro de 1975.

---

<sup>115</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. Da 1ª Legislatura à visita Presidencial aos Açores (1935-1941)*, volume XIV, 1ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 2000, p.410.

## **2. Política de fronteira do Estado Novo**

### **Discurso do Estado Novo sobre a entrada de estrangeiros em Portugal**

A vaga de refugiados espanhóis em Portugal, em virtude da Guerra Civil espanhola não foi a única, uma vez que a entrada de refugiados em Portugal já fora uma realidade antes desse período e uma questão que, desde inícios do século XX, pairou sobre os países europeus. Esta presença de estrangeiros em Portugal foi um tema seriamente considerado pelo governo de Salazar, principalmente na década de 1930, podendo-se, por isso, considerar que havia discurso preparado por parte do Estado salazarista perante o que eles consideravam o indesejável<sup>116</sup>. Como tal, o governo português não ficou imune às diversas convulsões políticas internacionais verificadas nas primeiras décadas do século XX. As respostas dos Estados ao fenómeno crescente dos refugiados foram um reflexo das pressões e soluções consagradas no direito privado internacional.

A partir da primeira grande vaga de refugiados em 1933, os ministros do Interior e dos Negócios Estrangeiros e o director da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) estiveram de acordo em limitar a entrada de indivíduos, tais como judeus, polacos, alemães e, mais tarde, austríacos. Os ministros tinham como linha de orientação a proibição de todos aqueles que não tivessem meios para subsistir em Portugal e que pretendessem trabalhar no nosso país.

Em 1934, a PVDE chamou a atenção do gabinete do Ministério do Interior para a passagem de polacos suspeitos que, sem dinheiro, conseguiam uma autorização para exercer o ofício de vendedores ambulantes. Para além de negócios lícitos, estes polacos dedicavam-se também ao comércio ilegítimo e, como tal, a polícia solicitou ao Ministério do Interior que impedisse os funcionários administrativos de conceder licenças de vendedores a estrangeiros<sup>117</sup>. A direcção da PVDE tinha como objectivo que o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviasse uma circular aos cônsules portugueses, de modo a dificultar os vistos nos passaportes, principalmente, polacos e judeus alemães que não

---

<sup>116</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.23.

<sup>117</sup> Um ofício de 1935 do MI vincula os polacos ao tráfico de drogas e de mulheres. Ver Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ofício do Ministério do Interior para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 05-1-1935, 2.º P, A. 43, M. 38 B, pasta “Passaporte de indivíduos sem nacionalidade”.

provassem possuir bens e capital necessário para se estabelecerem em Portugal<sup>118</sup>. O objectivo por parte da PVDE foi cumprido e o Ministério do Interior informou o governador civil de Lisboa (GVCL) que tinham, nos últimos meses, dado entrada em Portugal grande número de polacos e judeus alemães, tendo a polícia de executar um trabalho de vigilância. O Ministério do Interior tornou formal que o governador civil de Lisboa dificultasse a permissão de autorizações de vendedores ambulantes a não nacionais<sup>119</sup>. Em Abril, surgiu ainda um acordo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Interior para que a concessão de vistos a judeus polacos ficasse dependente da consulta prévia à PVDE.

A Guerra Civil de Espanha voltou a fazer soar os alarmes no que toca à entrada de refugiados em Portugal. A fiscalização nas fronteiras durante este período foi mais rigorosa deixando os refugiados espanhóis sujeitos a más condições de vida na zona fronteiriça.

Em primeiro lugar torna-se claro que no período aqui considerado, o governo de António de Oliveira Salazar não seguiu uma política específica relativa à imigração. O quadro normativo regulador da admissão dos estrangeiros seguidos em Portugal remontava a 1916, embora a legislação em vigor tivesse sido adoptada em Janeiro de 1929. Todavia, a intervenção estatal era muito pouca, não havendo um controlo efectivo da imigração. A abundância de circulares de diferentes ministérios e o seu teor reflectem uma visão conjuntural perante a evolução do número de refugiados<sup>120</sup>.

Depois da tomada de poder por Hitler, os diplomatas portugueses relatam a situação de instabilidade dos judeus na Alemanha, reproduzindo muitas vezes um discurso anti-semita. Apesar de se considerar que falar de anti-semitismo no Estado Novo é abordar uma questão que não teve amplitude nacional, que não foi secundada pelas chefias e nas antipatias ou entraves colocados aos judeus estrangeiros, deve interpretar-se uma tendência política mais que ideológica, excesso de zelo de cariz pessoal, residual

---

<sup>118</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ofício confidencial n.º 16/A/934, do secretário-geral da PVDE para o gabinete do MI, de 11-1-1934, fundo do Ministério do Interior, Gabinete do ministro, Secretaria-geral, Maço. 469, Pt. 1/3.

<sup>119</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Circular confidencial n.º 72, do MI para o GVC de Lisboa, de 15-1-1934, fundo do Ministério do Interior, Gabinete do ministro, Secretaria-geral, Maço. 469, pt. 1/3.

<sup>120</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p.62.

e nunca estrutural. Deste modo, consta-se que o principal alvo da política conjuntural estatal foi o judeu, apesar de não ter sido o único grupo a ser rejeitado<sup>121</sup>.

A legislação de 1930 e a de 1933 teve como missão travar a onda de imigração de trabalho, traduzindo-se mais numa resposta do que um resultado de um programa concertado e ideológico. A lei de 1933, para além de traduzir as inquietações proteccionistas, veio ao encontro das normas promulgadas por outros países, especialmente da legislação espanhola e francesa, produzida nos inícios das décadas de 1930.

A primeira norma a regular e a proteger o mercado laboral surgiu a 16 de Janeiro de 1931, com continuação em 1932 e em 1935. O governo espanhol instituiu que todas as explorações comerciais, industriais e agrícolas substituíssem os trabalhadores estrangeiros por nacionais e criassem a carta de identidade. Este documento era obrigatório para todos os estrangeiros que exercessem uma actividade por conta própria, ou por sua iniciativa, e servia ainda como título de residência.

O segundo momento foi entre 1935 e os inícios da Segunda Guerra Mundial. Durante este período, observou-se uma diminuição dos direitos dos judeus na Alemanha, na Polónia e na Hungria e, em consequência, o aumento de exilados. A este facto também não é indissociável um reforço e uma reorganização da PVDE, e a constatação de que as directivas administrativas estavam a falhar na sua função de conter os designados “indesejáveis”<sup>122</sup>. Assim, com o aumento do fluxo de refugiados, com o desenrolar da Guerra Civil espanhola e com o reforço dos poderes da polícia que tinha como função impedir a entrada no território de estrangeiros “indocumentados ou indesejáveis”, foram criadas as condições para que se registasse, também em Portugal, um aumento dos impedimentos administrativos à entrada de determinados estrangeiros.

O Estado Novo teve a sua consolidação através do seu carácter nacionalista, havendo uma consciencialização do perigo que o outro representava para os valores que o regime de António de Oliveira Salazar pretendia instituir. O discurso oficial dominante veio reputar o outro como o potencial portador dos ideais da revolução, sobretudo da “revolução comunista”<sup>123</sup>. Para o presidente do Conselho de Ministros, o comunismo era

---

<sup>121</sup> Idem, *Ibidem*, p.62.

<sup>122</sup> Idem, *Ibidem*, p. 62.

<sup>123</sup> Idem, *Ibidem*, p. 62.

entendido como uma filosofia inconciliável com a dignidade da pessoa humana e inadaptável às exigências da civilização ocidental. Os outros eram não só os nacionais que discordavam da ideologia salazarista, mas também os refugiados, apresentados muitas vezes como criminosos e invasores.

## **As medidas e o controlo de entrada de espanhóis na fronteira**

O controlo de entrada na fronteira portuguesa era um tema relevante para o Presidente do Conselho. Com a agregação da pasta do Ministério da Guerra, em Maio de 1936, Salazar reforçou a importância de ter controlo detalhado ao longo da fronteira luso-espanhola, tentando dar condições às forças militares que estavam destacadas nestes locais. A função militar de maior importância desempenhada pelo exército era, justamente, de auxiliar como rectaguarda de segurança as outras forças presentes na fronteira sempre que estas se revelassem insuficientes para resolver os mais variados incidentes. Nesta medida, recomendava-se o fornecimento frequente de todas as informações relevantes por parte das guarnições militares, de forma a chegarem ao conhecimento dos comandantes das Regiões Militares. Não obstante do pedido de ajuda aos comandantes dos destacamentos mais próximos ser formulado pelas forças policiais, a intervenção daqueles era, de qualquer forma, dirigida pelos Comandos das Regiões Militares que assim coordenavam o mapa de intervenção dos diferentes destacamentos presentes na zona<sup>124</sup>.

Com o início da Guerra Civil de Espanha houve a detenção de espanhóis e os cuidados com estes foram intensificados. Promoveu-se, posteriormente, a concentração de forças militares e de segurança em todas as localidades ou campos especiais para refugiados, assim como se procedeu à fiscalização de todo o território de modo a que os emigrados não tivessem qualquer contacto com os soldados portugueses.

Para o Estado Novo, era fundamental que as fronteiras e zonas fronteiriças estivessem devidamente organizadas e sob controlo das autoridades<sup>125</sup>. Em primeiro lugar, porque não seria benéfico para o regime os republicanos espanhóis entrarem em contacto com as populações portuguesas e difundirem as suas ideologias. Em segundo lugar, porque as autoridades portuguesas colaboravam com os militares de Franco e, como tal ajudavam na perseguição dos republicanos, para depois em grande parte dos casos os devolverem ao seu país de origem.

---

<sup>124</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p.65.

<sup>125</sup> MADROÑERO, Manuel Burgos, “A Fiscalização da Fronteiras Portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha”, *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, volume I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1986, p.366.

As informações referentes ao processamento em caso de entrada de refugiados espanhóis através das fronteiras terrestres circularam pelos comandos militares de Elvas, Estremoz e Beja nos finais de 1936, apesar de terem sido formulados em finais de Julho do mesmo ano. A expectativa inicial era certamente diferente da realidade que acabaria por se desenrolar. A dimensão da Guerra Civil espanhola, assim como a sua durabilidade estavam longe de ser as esperadas. O período mais problemático para as autoridades foi o início do conflito. Foi, sobretudo, entre Agosto e Outubro de 1936 que um grande número de espanhóis atravessaram a fronteira portuguesa obrigando as autoridades a intensificar a vigilância e a fiscalização de toda a zona raiana<sup>126</sup> e a endurecer as medidas que visavam atenuar as consequências das entradas dos espanhóis, que eram perigosas para o regime português.

A intensificação dos confrontos preocupou as autoridades nacionais. Foram frequentes as informações que antecipavam problemas para Portugal sempre que as localidades fronteiriças espanholas eram atingidas pelos confrontos. Nos primeiros dias de Agosto, as colunas sob o comando de Yague partiram em direcção a Badajoz e Mérida. A conquista destas cidades por parte dos franquistas não foi fácil, visto terem encontrado, a partir de Sevilha, uma forte resistência por parte das forças governamentais<sup>127</sup>. No entanto, Mérida por ser conquistada a 12 de Agosto de 1936 e Badajoz dois dias depois, a 14 de Agosto, fazendo com que o governo português vigiasse de uma forma constante as suas fronteiras, em especial a zona de Elvas devido à sua proximidade geográfica com a cidade de Badajoz.

Badajoz representava, praticamente, a última barreira junto à fronteira com Portugal e para os franquistas a sua conquista permitiria por um lado, o domínio das fronteiras, e por outro lado as junções das forças do Norte e do Sul. As vitórias sucessivas dos nacionalistas espanhóis mostravam de uma maneira clara as fragilidades organizacionais dos republicanos<sup>128</sup>. Com a queda de Mérida para as mãos franquistas, estes conseguiram uma vitória importante, que era de cortar as comunicações entre Badajoz e Madrid, tanto por estrada como por caminhos-de-ferro. Portugal ajudou esta caminhada vitoriosa através do transporte de material que chegou a Sevilha.

---

<sup>126</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.24.

<sup>127</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, pp.65-67.

<sup>128</sup> Idem, *Ibidem*, p. 67.

Por outro lado, com o início dos confrontos, a fronteira do Caia assistiu a uma verdadeira fuga maciça de espanhóis, obrigando a um reforço de fronteira. O governador militar de Elvas tomou todas as medidas de forma a controlar as entradas em território nacional contando com a presença na fronteira de uma Companhia de Caçadores nº8 e três pelotões de Cavalaria 1, sob o comando do capitão Mário Mendes. A colaboração entre as autoridades era a única solução para conter o verdadeiro êxodo que se assistia sobretudo a partir de dia 7 de Agosto de 1936, de Badajoz para a cidade de Elvas<sup>129</sup>. Por sua vez, a fronteira portuguesa era patrulhada por aviões do Grupo Independente de Aviação de Bombardeamento. Apesar de Badajoz já estar nas mãos dos franquistas, ainda se assistia a alguns bombardeamentos por parte de aviões governamentais, o que preocupava, naturalmente, as autoridades nacionais. O patrulhamento da fronteira abrangia toda a área entre Elvas e as Minas de S. Domingos<sup>130</sup>.

A situação vivida na zona fronteira de Elvas era o exemplo do que se passava nas restantes zonas fronteiriças existentes em Portugal. Na zona de Barrancos, o governo português também teve uma particular atenção devido ao grande fluxo de refugiados espanhóis o que requereu muito cuidado por parte das forças policiais e militares portuguesas. As medidas e controlo de entrada de espanhóis em Portugal durante o conflito também incidiram em pontos estratégicos como Monção, Melgaço, Campo Maior e Alcoutim. Estes exemplos de segurança nos postos de fronteira demonstram que o Estado Novo não facilitou a entrada de refugiados republicanos espanhóis em Portugal e revela que Salazar pretendeu preservar o regime português daqueles que considerava que eram seus inimigos e contrários à sua ideologia.

---

<sup>129</sup> *Jornal de Elvas* a 20 de Agosto de 1936. Número especial dedicado à Guerra Civil de Espanha, concretamente à vitória dos Nacionalistas em Badajoz.

<sup>130</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Ofícios confidenciais de 18 e 20 de Agosto do Governo Militar de Lisboa.



## **Republicanos e nacionalistas na área de jurisdição portuguesa**

A passagem e estadia de espanhóis em Portugal não tiveram origem com a Guerra Civil de Espanha ou na antecâmara da mesma. Este fenómeno não começou no início do século XX, sendo anterior. Segundo o censo de 1911, viviam em Portugal 28517 espanhóis, e em 1930 o número desceu para os 13092 espanhóis, menos de metade<sup>131</sup>.

Apesar do decréscimo do número de espanhóis em 1930, nos meses antecessores à Guerra Civil espanhola e durante a mesma, houve um aglomerado significativo de espanhóis em Portugal. Nos anos da Guerra Civil de Espanha, os espanhóis residentes em Portugal representavam cerca de 45% dos estrangeiros, o que demonstra a importância desta comunidade. Por existir cumplicidade e semelhanças entre os dois povos vizinhos, a situação de migração era encarada com normalidade.

Os espanhóis que procuravam refúgio em Portugal, entre 1936 e 1939, eram na grande maioria republicanos, que tentavam de todas as formas fugir dos nacionalistas. Havia também uma percentagem, ainda que não muito elevada, de civis que também buscavam em Portugal paz em virtude da turbulência existente em Espanha. Nos primeiros meses de 1936, houve um número muito relevante de nacionalistas espanhóis em Portugal, em virtude de factores como a vitória de Manuel Azaña, em Fevereiro do mesmo ano, da comodidade e da protecção que Portugal oferecia a elementos que ideologicamente eram mais conservadores e portanto apoiantes do nacionalismo espanhol.

Em Janeiro de 1936, um mês antes das eleições, entraram em Portugal por via terrestre 1776 espanhóis. Contudo, o mês de Fevereiro elevou o número de refugiados para um patamar preocupante, visto que entraram em Portugal 9503 espanhóis<sup>132</sup>. Após as eleições de 1936, onde a Frente Popular venceu, e tal como se sucedeu em 1931 e 1932, Portugal recebeu muitos espanhóis que se refugiaram principalmente em Lisboa e Estoril<sup>133</sup>. Entre os meses de Janeiro e Julho de 1936, cerca de 2600 espanhóis ficaram legalmente em Portugal, isto sem contabilizar a comunidade espanhola que habitualmente residia em Lisboa.

---

<sup>131</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, pp.172-173.

<sup>132</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.40.

<sup>133</sup> Idem, *Ibidem*, p.114.

Embora estes dados sejam os oficiais e contabilizados no relatório da PVDE, o número de espanhóis foi mais elevado, uma vez que muitos não se registavam nos consulados espanhóis nem nas autoridades portuguesas, visto que em muitos casos passavam clandestinamente a fronteira.

Neste contexto, questiona-se a razão dos emigrados espanhóis virem até Portugal procurar refúgio, no momento em que se formou o governo da Frente Popular. Por um lado, uma percentagem relativamente significativa tinha como objectivo permanecer em Portugal, procurando acolhimento e permanecer, do ponto de vista social e político, mais estável do que em Espanha, não tendo como principal missão fazer um combate político activo contra o governo de Manuel Azaña<sup>134</sup>.

Por outro lado, um número, superior àqueles que queriam só acolhimento, tinha objectivos políticos e de combate à Frente Popular. Estes espanhóis que vieram para Portugal e que cá residiram durante alguns meses, tinham como objectivo desenvolver acções e planos contra o governo republicano e tornar a Espanha nacionalista. Estes espanhóis tiveram a protecção do governo português porque o chefe de Estado português nunca levantou nenhum problema relativo à sua presença, em virtude da sua ideologia ser de direita<sup>135</sup>. Como tal, era benéfico para o governo de Salazar que a Espanha fosse nacionalista em vez de republicana.

Na primeira metade de 1936, os espanhóis que estavam na área de jurisdição portuguesa eram, em grande maioria, elementos nacionalistas. Na segunda metade do referido ano houve uma inversão completa da situação, devido sobretudo à eclosão da Guerra Civil de Espanha.

A entrada de refugiados republicanos foi constante em todos os troços fronteiriços correspondidos entre Caminha e Vila Real de Santo António. Os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro foram de forte entrada de refugiados no país, havendo uma redução do número de entradas a partir de Dezembro de 1936.

As razões que levaram à fuga de tanto civis republicanos como de militares e membros de forças militarizadas, de onde se destaca os “Carabineiros”, “Guardia Civil”

---

<sup>134</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 38.

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*, p.40.

e “Guardia de Asalto”<sup>136</sup>, foram variadas. Uma das razões é o domínio e a ocupação dos de aldeias, vilas e cidades pelos nacionalistas espanhóis. Outro dos motivos relaciona-se com as medidas repressivas dos nacionalistas face aos elementos que apoiavam a república. Por fim, outra razão tem a ver com convocatória e mobilização de mancebos e reservistas para as forças militares de Franco, situação esta que levou a uma fuga de homens e rapazes para Portugal. Este último motivo constitui, a partir de 1937, a principal razão da fuga para território luso, visto que muitos espanhóis tentavam de todas as formas evitar o cumprimento do serviço militar. Exemplo desta situação é o surgimento de notícias de operações de recrutamento, com recurso à força, dos mancebos e dos homens para se juntarem às forças militares<sup>137</sup>.

No decurso da Guerra Civil de Espanha, as autoridades portuguesas dividiam os refugiados em duas categorias, os civis e os militares e militarizados. De acordo com o que estava pré- estabelecido, os civis eram entregues à secção internacional da PVDE caso transpusessem a fronteira sem documentos ou caso houvesse suspeita de serem apoiantes do republicanismo. Em relação aos militares, seriam entregues à unidade militar mais próxima da captura. Há ainda casos de refugiados que eram apoiantes dos nacionalistas e que tinham como missão fazer investigações. Com a filiação ao nacionalismo comprovada, fruto da documentação passada pelos consulados espanhóis, as autoridades deixavam-nos em liberdade<sup>138</sup>. Estes são exemplos claros da diferença de tratamento que as autoridades e governo português davam aos refugiados espanhóis.

---

<sup>136</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, pp.155-156.

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*, p. 156.

<sup>138</sup> Idem, *Ibidem*, p. 156.

### 3. Controlo policial nas zonas fronteiriças

#### Preparação e acção nas fronteiras

Em 1916, a vigilância nas fronteiras portuguesas competia à Polícia de Emigração<sup>139</sup>. Em caso de ausência desta autoridade, a responsabilidade passava para as autoridades administrativas, aduaneiras ou para a Guarda Fiscal. Esta controlava os passaportes e avisava os órgãos políticos dos locais de permanência de todos os que passassem na fronteira. Por lei, os funcionários eram obrigados a registar no passaporte a duração de permanência no país assim como o local para onde estes se encaminhavam. Os governadores civis e os administradores de concelho também tinham obrigações na fiscalização dos estrangeiros. Estes eram obrigados a elaborar, num livro, um registo numerado com os títulos de residência concedidos nos respectivos distritos, sem exceção e suas prorrogações. No registo de estrangeiros a elaboração era realizada por nacionalidades e com indicação dos nomes e respectiva fotografia. Outros dados como a filiação, a naturalidade, o estado civil, a profissão, a procedência e o local de residência estavam igualmente presentes<sup>140</sup>.

Depois do decreto de 1916, foi fixado o conjunto de fronteiras terrestres com o objectivo de as autoridades policiais terem um controlo facilitado da emigração e imigração clandestinas<sup>141</sup>. A entrada ou saída de Portugal só poderia ser feita em Valença, Chaves, Vilar Formoso, Marvão, Elvas e Vila Real de Santo António. Portugueses e estrangeiros eram obrigados a passar nesses postos sendo que era aí que as autoridades fronteiriças se concentravam. Em 1920, os postos foram alargados a outras regiões, como Caminha, Monção, Bragança e Barca da Alva. Em Maio de 1919, o Ministério do Interior e a Direcção Geral de Segurança promulgaram disposições de carácter tutelar, a fim de reprimir a emigração clandestina e ilegal e regulamentar as agências de emigração de passagens e passaportes. Em Junho foi criado o Serviço de Emigração.

A partir de 1926 e depois da vitória do golpe militar de 28 de Maio houve um aumento cada vez maior do aparelho repressivo policial da ditadura portuguesa e também

---

<sup>139</sup> Decreto-lei n.º 2.313, de 4.04.1916, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1916, 1.º Semestre, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 206-207.

<sup>140</sup> CHALANTE, Susana, *Estado, Estrangeiros e Fronteiras nos Inícios do Estado Novo (1927-1939)*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 2008, p.77.

<sup>141</sup> Decreto-lei n.º 4.146 e 4.147 de 24.04.1918, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1918, 1.º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 336-337.

a montagem de estruturas fiscalizadoras nos mais diversos aspectos da vida do país. Um caso muito particular desta situação foi a fiscalização das fronteiras terrestres, que a partir da Segunda República em Espanha se converteram num corredor para o Estado Novo, que teve como auge a sublevação militar ocorrida em Julho de 1936. Por esta altura, havia cerca de 30 mil portugueses residentes em Espanha<sup>142</sup>, muitos deles emigrados políticos, desde “comunistas, anarquistas, sindicalistas”<sup>143</sup> até outros que estavam contra o regime que vigorava em Portugal e que tinham como pensamento derrubar o regime encabeçado por Salazar. Deste modo, a fronteira tornou-se um elemento muito importante para o regime.

Em 1931, a coordenação da Polícia Internacional passou para função do Ministério do Interior, deixando de ser realizada pelo Ministério da Justiça e dos Cultos. A troca de tutela veio regular, novamente, a sua jurisdição e competência<sup>144</sup>. Os governadores civis eram obrigados a enviar para a Polícia Internacional uma cópia de todos os de títulos de residência de estrangeiros, assim como as revalidações e fotos. Era também enviado para a Polícia Internacional a relação dos estrangeiros que embarcassem ou desembarcassem nos portos, elaborada pela Intendência Geral de Segurança Pública<sup>145</sup>. Com este conjunto de medidas, procurava-se organizar um registo central de estrangeiros. A reorganização da polícia deu-se pela implantação da República em Espanha, assim como o auxílio que o novo regime proporcionava aos exilados políticos portugueses. Era essencial, deste modo, uma vigilância atenta nas fronteiras e o reforço das competências do organismo encarregado dessa tarefa<sup>146</sup>.

A simpatia de Salazar pelos regimes totalitários e autoritários que se estabeleceram e triunfaram na Europa, nas décadas de 1920 e 1930, levou a que houvesse uma modificação relativamente à política externa portuguesa, desde logo com a sua assunção ao Ministério da Guerra e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1936. Com as dúvidas de alguns dos políticos que colaboravam com o regime, Salazar decidiu

---

<sup>142</sup> MADROÑERO, Manuel Burgos, “A Fiscalização da Fronteiras Portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha”, *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, volume I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1986, p.367.

<sup>143</sup> Idem, *Ibidem*, p. 367.

<sup>144</sup> Decreto-Lei n.º 20.125, de 28.07.1931, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1927, 2º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 337 -338.

<sup>145</sup> CHALANTE, Susana, *Estado, Estrangeiros e Fronteiras nos Inícios do Estado Novo (1927-1939)*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 2008, p.80.

<sup>146</sup> RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira, *A Polícia Política No Estado Novo (1926-1945).Génese, funções e actuações da P.V.D.E.*, Tese de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 53.

apostar fortemente e sem qualquer tipo de reservas a favor dos sublevados, iniciando o que se pode chamar de uma nova política ibérica.

A fiscalização não ocorreu como solução de emergência ou precipitada perante a sublevação militar de Espanha, mas como fruto e consequência lógica e imposta pela sobrevivência do Estado Novo. Efectivamente tratou-se de uma verdadeira fiscalização, não no sentido de impedir a ajuda a qualquer um dos grupos em luta, pois esta materializou-se apenas para o grupo de sublevados e impediu o contágio revolucionário a Portugal, com a entrada de emigrados políticos portugueses.

No entanto, o início da Guerra Civil espanhola veio condicionar a entrada e a permanência dos estrangeiros em Portugal, inclusivamente, no caso de cidadãos do país vizinho. A partir desta altura, o policiamento das fronteiras seria reforçado. Tratava-se de uma forma preventiva para manter fora de Portugal os milhares de estrangeiros que participaram no conflito quer do lado dos republicanos quer dos nacionalistas. Neste novo contexto, a partir de Agosto de 1937, a PVDE passou a obrigar os não nacionais que pretendessem transpor as fronteiras, a proceder a um pedido prévio nesse sentido, bem como a exigir a apresentação de pessoas idóneas que os abonassem<sup>147</sup>.

A polícia de vigilância verifica, na mesma altura, que existem em Portugal, nomeadamente, nas montanhas próximas de Castro Laboreiro, diversos desertores espanhóis ilegais. Alguns destes foragidos tinham conseguido obter falsas certidões de nascimento oriundas da Argentina com as quais conseguiam documentar-se para entrar e permanecer no nosso país<sup>148</sup>. Por esta razão, a PVDE solicitou ao MI para que esta entidade aconselhasse os Governadores Cíveis e os Administradores de Concelho a prender todos os forasteiros que não preenchessem certas condições. Os que exibissem passaportes tirados em Portugal sem ter anexado o visto da polícia, os que não possuíssem documentação a provar a sua entrada em Portugal e os que não fossem detentores de uma licença de residência, eram considerados ilegais<sup>149</sup>. O Ministro do Interior, concordando com a sugestão emanada da PVDE, acabou por autorizar o envio de uma circular com estas disposições às autoridades administrativas.

---

<sup>147</sup> AHDMNE, Informação de F. Calheiro de Meneses, MNE, de 28.08.1937, 2º P, A. 43, M.38 B, Pasta “Instruções sobre passaportes”.

<sup>148</sup> ANTT, Ofício confidencial nº 694/37 do director da PVDE para o gabinete do Ministério do Interior, de 4.10.1937, Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç. 496; L.1-PV/L-. 88; NT – 359-1.

<sup>149</sup> CHALANTE, Susana, *Estado, Estrangeiros e Fronteiras nos Inícios do Estado Novo (1927-1939)*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 2008, pp.60-61.

As fronteiras terrestres, pela sua extensão e permeabilidade, eram o objectivo principal. As fronteiras marítimas, mais fáceis de controlar, tornaram-se selectivas para a entrada de toda a espécie de material do exterior em ajuda aos sublevados. As fronteiras aéreas, muito controladas, eram as adequadas para contactos urgentes e decisões de última hora entre personalidades políticas, militares, aventureiros e interesses económicos no triunfo da rebelião militar iniciada em Espanha.

A depuração e ideologização das organizações militares e paramilitares, o Exército, a Guarda Nacional Republicana, a Guarda Fiscal, a Polícia de Segurança Pública, a transformação da polícia secreta, com a criação de uma nova polícia política, a PVDE, e a criação de milícias civis como a Mocidade Portuguesa e a Legião, comprometidas com o novo regime, tornaram possível que em 1936 existisse uma infra-estrutura que possibilitava a realidade da fiscalização assim entendida e em todo o país<sup>150</sup>.

A fiscalização militar e paramilitar era dirigida pelo subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa. A fiscalização militar, mais profissional, respondeu às ordens da autoridade, ao conceito de disciplina e sobretudo à defesa do território nacional, deixando para a PVDE as actuações políticas.

A fiscalização policial, sob o controlo de Agostinho Lourenço e de alguns colaboradores incondicionais, penetrou nos sítios mais remotos do país, pelo que não se pode desligá-la das outras fiscalizações. Perante esta situação, pode-se apenas considerá-la do ponto de vista dos refugiados espanhóis e portugueses residentes em Espanha, que foram obrigados a entrar em Portugal<sup>151</sup>. O compromisso político destes homens passou pela entrega de refugiados espanhóis bem como pela captura de refugiados portugueses residentes em Espanha.

Portugueses e espanhóis entreajudaram-se, coordenaram-se, impedindo qualquer outra actuação. Entre os portugueses que participaram na fiscalização de fronteiras estão, por parte da PVDE, Agostinho Lourenço, José Catela, Borges e Passos de Amorim e políticos como Teotónio Pereira, Sebastião Ramires, Garcia Pulido e António Ferro. Um exemplo desta fiscalização é a executada em Barrancos, onde a vigilância foi coordenada pelo tenente da Guarda Fiscal António Augusto de Seixas. Este tenente merece as devidas

---

<sup>150</sup> MADROÑERO, Manuel Burgos, “A Fiscalização da Fronteiras Portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha”, *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, volume I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1986, p.368.

<sup>151</sup> Idem, *Ibidem*, p. 368.

recordações em virtude da sua actuação e das suas boas obras que salvaram a vida de pelo menos meia centena de espanhóis.



## **As forças policiais e de segurança**

### **Forças policiais**

Quando a Guerra Civil de Espanha começou, as forças policiais portuguesas responsáveis pela manutenção da paz eram claramente insuficientes. As forças policiais, nomeadamente a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Fiscal, por inúmeras ocasiões afirmaram a sua incapacidade em controlar a vigilância da extensa área fronteiriça com Espanha, assim como a PVDE que afirmou que faltava meios humanos e verbas correspondentes<sup>152</sup>. Por esta situação, foi determinante a colaboração do exército, visto que implementou uma rede ao longo da fronteira, principalmente no Alentejo. Isto permitiu uma rápida intervenção em confrontos, sempre que as suas forças fossem para o efeito solicitado.

A Polícia de Vigilância e Defesa do Estado estava num défice de homens na região da fronteira alentejana até 1936. Até ao início da Guerra Civil Espanhola, tinha quatro postos ao longo da fronteira e entre 1936 e 1939 criou outros quatro<sup>153</sup>. Esta força policial recorreu constantemente a informações recolhidas junto das autoridades locais e regionais, nomeadamente aos relatórios dos governadores civis, visto que retratavam a realidade socio-política das regiões e dessa maneira permitiam uma visão mais eficaz dos acontecimentos em solo português. Também havia outras entidades, tal como a União Nacional e a Legião Portuguesa, a darem informações que eram baseadas em suspeitas e indícios de simpatia pelos refugiados espanhóis. Assim, desta forma, foram promovidas uma importante parte das investigações desenvolvidas pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado.

Os incidentes foram uma constante ao longo da fronteira a partir de Julho de 1936, nomeadamente em Elvas e no restante Alentejo. Contudo, à medida que as forças franquistas iam controlando e conquistando as regiões junto à fronteira com Portugal, as forças policiais iam transmitindo notícias de calma, harmonia e colaboração entre as forças presentes nestas áreas<sup>154</sup>. Pode afirmar-se que o patrulhamento da fronteira na zona

---

<sup>152</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.178.

<sup>153</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 40.

<sup>154</sup> Arquivo Histórico-Militar (AHM), 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

do Alentejo era realizado de uma forma pouco eficiente, principalmente por causa dos poucos efectivos policiais que estavam presentes nesta mesma região. O apoio entre as diferentes forças policiais revestiu-se de importância em alguns confrontos, dado que só a intervenção do Exército permitiu a resolução dos mesmos.

## **Guarda Fiscal**

A Guarda Fiscal foi, sem dúvida, a principal força policial a prestar informações relativas a toda a zona fronteiriça. A esta força policial coube desde sempre a fiscalização na fronteira, que a partir de Julho de 1936 acabou por ser transposta tanto por quem optou pela protecção portuguesa, que é o caso dos nacionalistas, como por indivíduos que após os primeiros confrontos fugiram às forças franquistas. Os republicanos constituíram a principal fonte de preocupação para as autoridades nacionais.

Também à Guarda Fiscal cabia a tarefa de vigiar e observar a fronteira com a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Esta última fazia-o de uma forma pouco efectiva devido ao reduzido número de postos e de homens de que dispunha junto à zona da fronteira que, no entanto, foi aumentando à medida que os confrontos cresciam em Espanha.

O estudo elaborado pelo general Lobato Guerra sobre a cobertura da fronteira revela que a função da Guarda Fiscal e da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado era vigilância da referida área tendo, porém, na retaguarda, destacamentos militares que agiriam caso fosse necessário<sup>155</sup>.

O posto do Caia foi um dos pontos mais conturbados em Agosto de 1936, onde surgiu informações de que tanto em Elvas como em Campo Maior, a fronteira portuguesa tinha sido atravessada inúmeras vezes, particularmente depois da violência registada em Badajoz. A Guarda Fiscal cedeu sempre as informações necessárias ao comando geral relativamente ao desenrolar dos confrontos em Badajoz. No dia anterior à conquista da cidade pelas forças franquistas, o comando geral da guarda fiscal efectuou uma visita à fronteira junto ao Caia<sup>156</sup>. A vitória dos nacionalistas era, nesse momento, praticamente certa e o comandante informou da nomeação do Alcaide e do comandante da Polícia da

---

<sup>155</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10.

<sup>156</sup> ANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 42.

cidade. No posto fiscal do Caia, a 14 de Agosto de 1936, colocou-se uma força de caçadores nº8 de Elvas e no posto do Retiro, um Pelotão de Cavalaria 1<sup>157</sup>, em virtude dos poucos recursos humanos à disposição.

As zonas raianas dos distritos de Portalegre e de Beja foram, sem sombra de dúvida, as mais conturbadas. Existem inúmeros relatos de captura e de perseguições operadas pela Guarda Fiscal e a Guarda Nacional Republicana, nas zonas fronteiriças de Campo Maior, Elvas, Castelo de Vide e Montalvão<sup>158</sup>. Nas referidas buscas foram detidos civis e militares espanhóis, assim como o armamento que tinham. Este armamento foi, posteriormente, levado para os respectivos comandos militares. As forças policiais portuguesas tinham a percepção que nas zonas fronteiriças se encontravam centenas de espanhóis que se misturavam com os civis mas que pertenciam ao partido governamental<sup>159</sup>.

Num telegrama de 22 de Agosto de 1936, o comandante da 2ª Companhia da Guarda Fiscal de Elvas informou que foram encontrados, na zona do Caia, cerca de 136 indivíduos sem contar com mulheres e crianças, que seriam em número superior<sup>160</sup>. Relativamente ao distrito de Évora, a situação era um pouco distinta, havendo alguns incidentes, mas não tão graves como no caso de Barrancos, em Beja, ou de Elvas, em Portalegre.

### **Guarda Nacional Republicana**

A Guarda Nacional Republicana teve um importante papel nos meios rurais, quer ao nível do policiamento, quer ao nível da vigilância de actividades das populações que estavam nas áreas fronteiriças. A intervenção da Guarda Nacional Republicana ocorreu ainda antes da Guerra Civil de Espanha, tendo-se com ela intensificado. Em Março de 1936, no relatório da 3ª Companhia da GNR, na secção de Reguengos, em Mourão, houve

---

<sup>157</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 481.

<sup>158</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 42.

<sup>159</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>160</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Governo Militar de Elvas ao Chefe do Estado Maior da 4ª região militar em Évora, 28 de Setembro de 1936.

a indicação de agitação social, que crescia substancialmente com os acontecimentos de Espanha e que eram abordados em conversas entre trabalhadores e operários<sup>161</sup>.

O início da Guerra Civil de Espanha fez com que a GNR montasse um sistema de vigilância nas áreas da 2ª, 3ª e 4ª Companhias<sup>162</sup>. A 2ª companhia era relativa à zona de Barrancos, distrito de Beja. A 3ª Companhia encontrava-se na zona Mocissos, pertencente ao distrito de Évora. Por fim, a 4ª Companhia era na zona de Elvas, no distrito de Portalegre. Por esta altura, o comandante geral da GNR afirmou que os seus efectivos juntamente com os da Guarda Fiscal eram em número reduzido, porém, eram os suficientes para a vigilância<sup>163</sup>. Na 4ª Companhia destacou-se, naturalmente, o estabelecimento do posto de Elvas, com 1 oficial e 14 praças<sup>164</sup>. Destacaram-se ainda os postos de Nisa, Castelo de Vide, Marvão, Portagem, Alegrete, Arronches e Campo Maior. Nesta Companhia, localidades como Nisa, Campo Maior e Elvas, próximas de Badajoz, levaram a que as autoridades portuguesas tivessem um cuidado redobrado. Todavia, apesar da rede de postos de vigilância, o policiamento acabou por se revelar insuficiente. Além disso, nos documentos é ainda sublinhada a apreensão das populações quanto aos acontecimentos em Espanha.

O distrito de Portalegre ficou, de um modo geral, menos movimentado com a conquista da cidade espanhola de Badajoz pela facção franquista. Contudo, a entrada de espanhóis por este distrito esteve longe de terminar com esse acontecimento, e o caso de Elvas é o exemplo disso, apesar de serem menos intensos os conflitos e incidentes naquela região espanhola. Em Castelo de Vide, a PSP de Portalegre foi solicitada num incidente em que a população da vila gritava palavras de ordem, incentivando a vitória das forças republicanas, em Espanha. A PSP deste distrito enviou uma força de 30 guardas de forma a controlar a situação e investigar quem organizou e motivou estes acontecimentos<sup>165</sup>.

---

<sup>161</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 45.

<sup>162</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>163</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Ofício dirigido ao Ministério da Guerra de 5 de Agosto de 1936.

<sup>164</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 47.

<sup>165</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 53.

## **Polícia de Vigilância e Defesa do Estado**

Em relação à PVDE, não tinha como principal missão manter a ordem no país, sendo incumbida essa função à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e também à Guarda Fiscal. No entanto, a PVDE actuava no contexto da continuidade do trabalho realizado por estas forças e com base nas suas suspeitas, os agentes da polícia política actuavam<sup>166</sup>.

No contexto da zona fronteiriça, a PVDE tinha pouca expressão porque a sua zona de intervenção situava-se fundamentalmente nas grandes cidades, enviando os seus agentes aos locais de confronto sempre que fosse solicitado pelas autoridades regionais e locais. A secção internacional da PVDE fiscalizava, a partir dos seus postos e sub-postos as fronteiras. Esta polícia tinha na zona alentejana, desde o início da década de 1930, postos em Marvão, Elvas, Vila Verde de Ficalho, Mourão e Barrancos<sup>167</sup>. Apenas a partir de 1936 é que foram criados novos postos nesta região fronteiriça, nomeadamente em Campo Maior e Caia. No entanto, a presença desta polícia era insuficiente para uma eficaz vigilância na fronteira.

Em 1936, houve uma transformação na vigilância das zonas raianas. Passou a existir uma nova política de fiscalização de fronteiras, tal como um maior rigor na vigilância das entradas e saídas do território português. Os cuidados aumentaram, fruto da apreensão do governo português em se afirmar. Para o regime, chefiado por Oliveira Salazar, o Estado português simbolizava a ordem e o bem, ao contrário das ideologias da facção republicana, que simbolizavam a desordem e o mal. Deste modo, acolher estes refugiados espanhóis significava ajudar uma ideologia antagónica, algo que seria perigoso para o governo português. Assim, o Ministério da Guerra ordenou que tanto a Guarda Fiscal como a PVDE assumissem a fiscalização e vigilância das zonas junto à fronteira<sup>168</sup>. Os postos da PVDE e da Guarda Fiscal, a partir de 1936, eram constantemente solicitados, visto que davam informações adquiridas na fronteira, que permitiam aos comandos da GNR, PSP e Exército organizarem-se e tomarem as decisões necessárias caso se registasse alguns incidentes nas zonas fronteiriças.

---

<sup>166</sup> Idem, *Ibidem*, p.53

<sup>167</sup> Idem, *Ibidem*, p.53.

<sup>168</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. “Incidentes de ordem política ou social nas proximidades das fronteiras terrestres”, Circular confidencial de 30 de Abril de 193.

Uma das principais funções da PVDE foi a vigilância de civis espanhóis quando entravam em Portugal. Como tal, eram utilizados diferentes meios, tais como perseguições, para obter informações precisas sobre a gravidade da situação. A fiscalização desenvolvida em Portugal pela PVDE fez com que houvesse um maior número de pessoas a saírem do território português em direcção a Espanha<sup>169</sup>.

## **Exército**

António de Oliveira Salazar, que assumiu desde Maio de 1936 o Ministério da Guerra, com o apoio de Santos Costa, elaborou a estrutura do Exército português. A nova lei de organização do Exército foi consumada no ano seguinte, em 1937.

Ainda antes da Guerra Civil de Espanha, o governo tomou uma série de medidas de emergência de forma a criar um sistema de vigilância das fronteiras. O chefe do Estado Maior previu que ocorressem incidentes nas zonas fronteiriças devido à possibilidade de elementos apoiantes da facção republicana atravessarem a fronteira, tanto para perseguir as forças franquistas, como para se proteger em Portugal<sup>170</sup>. Como tal, Salazar realizou um estudo em que foi proposto a formação de seis grupos ao nível da companhia reforçada no Alentejo<sup>171</sup>. Assim o exército trabalharia em cooperação com a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado com Guarda Nacional Republicana e com a Guarda Fiscal, e resolveria as situações que fossem mais graves.

A suspeita de um possível ataque à soberania portuguesa fez com que se organizasse, nas guarnições militares mais próximas das fronteiras, destacamentos com auto-transporte, de modo a intervir rapidamente e quando fosse necessário<sup>172</sup>. A mobilização dos destacamentos teria de actuar num prazo de 24 horas. As regiões militares tinham a missão de organizar os meios de transporte necessários, para possibilitar o emprego dos destacamentos de infantaria. Assim sendo, preparava-se, com

---

<sup>169</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p.59.

<sup>170</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. “Incidentes de ordem política ou social nas proximidades das fronteiras terrestres”, Circular Confidencial de 30 de Abril de 1936.

<sup>171</sup> TELO, António, *Portugal e a Nato. O reencontro da tradição Atlântica*, Lisboa, 1996, p.49-53.

<sup>172</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p.62.

preocupação, a área fronteiriça para que esta estivesse prevenida contra a hipótese de entrada de forças republicanas oriundas de Espanha.

## **Força Aérea**

Devido à gravidade do conflito em Espanha e ao antagonismo entre o governo português e espanhol houve restrições à navegação aérea nos anos de 1936 e 1937. Em 1938, essas restrições foram levantadas devido ao ambiente político ligeiramente mais sereno que não suscitava tantos problemas de ordem pública. Tendo em conta este contexto, o Ministério da Guerra comunicou, em circular, aos governadores civis que a aviação civil seria exercida livremente, salvo alguma alteração que implicasse um regime de prevenção geral ou estado de sítio. Caso se verificasse, a actividade da aviação civil seria praticada segundo os comandantes das regiões militares<sup>173</sup>. Em situação de regime de prevenção, nenhum avião militar levantaria voo sem autorização do comando da região militar.

A Guerra Civil de Espanha, embora tivesse perto de um desfecho, ainda gerava preocupação na fronteira. Desta forma, os elementos das autoridades portuguesas continuavam em prevenção enquanto as forças nacionalistas não conquistassem todo o território espanhol. O governador militar de Elvas, em 1938, descrevia ao comando da 4ª região militar a sua preocupação, visto que aconteciam ainda bombardeamentos aéreos em Badajoz, não excluindo a possibilidade da mesma situação ocorrer em Elvas<sup>174</sup>. Uma emissora espanhola já se tinha referido a Portugal afirmando a possibilidade dos aviões da força republicana bombardearem povoações portuguesas, descrevendo Elvas como ingrata<sup>175</sup>.

Em resposta ao governador militar de Elvas, o comandante da 4ª Companhia da região militar solicitou ao cônsul de Badajoz a comunicação de alarmes sempre que se verificassem voos de aviões pertencentes aos republicanos. Entretanto foi preparada a defesa anti-aérea e elaboradas medidas, de forma a eliminar indícios de alojamento de

---

<sup>173</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registos de correspondência, L. 104, 1938.

<sup>174</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Resposta do Comando da 4ª região militar de 22 de Julho de 1938.

<sup>175</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p.69.

republicanos em quartéis ou herdades e a presença de objectos militares. Por último, o comandante dispôs da possibilidade de abrir fogo sobre os aviões republicanos logo que estes sobrevoassem território nacional<sup>176</sup>.

---

<sup>176</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Ofício do Governo Militar de Elvas ao Comando da 4ª região militar de 22 de Julho de 1938.



## **A colaboração entre os militares portugueses e os nacionalistas**

A vitória da Frente Popular nas eleições de Fevereiro de 1936 fez com que as relações institucionais entre Portugal e Espanha mudassem radicalmente relativamente ao que se passou em anos anteriores. A Guerra Civil de Espanha acabou por mostrar claramente que o Presidente do Conselho estava contra o Governo da Madrid e, apesar de numa primeira fase ter negado o apoio público a Franco, apoiou sem reservas os nacionalistas, como se pode verificar com o decorrer da guerra.

António de Salazar, a partir do mês de Julho de 1936, tentou ajudar de todas as formas os nacionalistas. Assim, tentou obter informações regulares, juntos dos militares, acerca do conflito. Apesar da vitória das forças republicanas ser um cenário pouco provável, isso podia acontecer.

Desde início da Guerra Civil que republicanos espanhóis entravam em Portugal, em particular por Elvas e Barrancos. As autoridades nacionais procuravam, através da fiscalização das fronteiras feita por todas as forças policiais e militares, reduzir o número de entradas de espanhóis, assim como as consequências políticas das mesmas<sup>177</sup>.

Quando a situação demonstrava ser preocupante, as autoridades portuguesas recorriam constantemente às autoridades espanholas, a fim de perceber o que se passava, principalmente quando os conflitos se realizavam perto da fronteira. O período mais difícil foram os meses entre Agosto e Outubro de 1936, sendo frequente a entrada de refugiados em Portugal. Em 1937, foram relatados alguns incidentes na zona raiana, devido aos ataques republicanos que tentavam recuperar o domínio nesta zona<sup>178</sup>.

As informações sobre o conflito espanhol chegavam de maneira quase imediata às localidades portuguesas, em particular às que ficavam mais perto da fronteira com Espanha. Esta situação provocou algum receio junto das populações, uma vez que as autoridades portuguesas exageravam no modo como as transmitiam, a fim de evitar a divulgação das ideias comunistas em Portugal<sup>179</sup>.

---

<sup>177</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.158.

<sup>178</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, pp.75.

<sup>179</sup> Idem, *Ibidem*, pp.75-76.

Quando os confrontos aconteciam perto da fronteira, as forças policiais adoptavam precauções para controlar a entrada dos republicanos, que viam Portugal como a única possibilidade de sobrevivência. Esta situação levou a que as autoridades portuguesas e espanholas se reunissem e debatessem estratégias conjuntas de defesa. Este esforço revelava que o inimigo era comum, ou seja, que tanto Salazar como Franco pretendiam acabar com a acção governativa dos republicanos.

A Guarda Fiscal e a PVDE tentavam obter, junto dos nacionalistas, informações concretas acerca dos objectivos governamentais, principalmente quando os republicanos se aproximavam da fronteira. A expressão utilizada, com frequência, pelas autoridades portuguesas acerca da entrada de forças governamentais é a de dar “caça aos marxistas”<sup>180</sup> demonstrando, assim, uma clara perseguição aos republicanos.

Em virtude da conquista de Mérida e Badajoz e da junção a Cáceres, formara-se numerosas bolsas de resistência republicana na retaguarda das forças nacionalistas. Para eliminá-las efectuaram-se, regularmente, de Setembro a Novembro de 1936, operações perseguições com incidência particular nas escassas matas da região fronteiriça, nos vales de ribeiras e nalguns montes de mais difíceis acessos<sup>181</sup>. Essas acções continuaram em 1937 e 1938 de uma forma ocasional.

As perseguições às forças governamentais eram feitas tanto em território espanhol como em português, uma vez que os nacionalistas executavam uma tarefa que, com o tempo, teria de ser feita pela polícia portuguesa, dado que os republicanos entravam, pela fronteira, em Portugal<sup>182</sup>. Uma das principais funções das autoridades policiais e do exército português foi a eliminação de bolsas da resistência governamental espanhola.

Um outro tipo de cooperação entre as autoridades fronteiriças portuguesas e as autoridades espanholas nacionalistas, que explica tanto o número reduzido de espanhóis republicanos presos em Portugal como também a entrega pela PVDE de espanhóis aos nacionalistas, é a entrega de um grande número portugueses residentes em Espanha às

---

<sup>180</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38 nº8.

<sup>181</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 161.

<sup>182</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Foi o que aconteceu a 11 de Setembro de 1936 quando um civil pretendeu internar-se em Portugal, na área do posto da Esperança, na região do Comando Militar de Elvas. O civil tinha sido alvejado e, por isso, caiu cerca de 30 metros em território português, tendo as autoridades espanholas atravessado a fronteira e transportado o ferido para Espanha. Ofício confidencial do Comando da 4ª região militar de 15 de Setembro de 1936.

autoridades policiais portuguesas. Esses portugueses estavam em território espanhol com, por exemplo, o casamento, a posse de terras de cultivo, o comércio ou emigração<sup>183</sup>.

Ao longo do conflito em Espanha, nem todos os espanhóis que entraram em Portugal foram capturados pelas autoridades policiais, visto que alguns indivíduos receberam ajuda das populações locais e conseguiram mesmo sobreviver durante vários meses<sup>184</sup>. Quando se deu a conhecer a existência de espanhóis em Portugal, o Ministério do Interior autorizou perseguições às áreas onde se escondiam. Estas podiam ser feitas tanto pelas autoridades policiais portuguesas em colaboração com o exército, como podiam ser realizadas em colaboração com as autoridades espanholas, de forma a na área fronteiriça não houvesse republicanos espanhóis.

Em Elvas, o comandante da 2ª Companhia da Guarda Fiscal comunicou ao comando geral, em 22 de Agosto de 1936, que tinha determinado uma “limpeza geral” à área fronteiriça, tendo sido capturados 136 indivíduos, para além de mulheres e crianças<sup>185</sup>. No *Jornal de Elvas* houve referência à situação:

“Os marxistas sanguinários foram completamente aniquilados. A limpeza tinha de ser geral pois há males que se têm de cortar pela raiz, para evitar novos rebentos. O governo de Madrid não há maneira de se render.”<sup>186</sup>

Segundo o comandante, estes indivíduos estavam misturados com espanhóis pacíficos, de modo a passarem despercebidos no seguimento dos confrontos ocorridos em Badajoz, alguns dias antes<sup>187</sup>. O comandante queria um território completamente limpo de refugiados espanhóis e, como tal, anunciou ter procurado o apoio de forças do Regimento de Caçadores 1, para melhorar e fortalecer os postos Fiscais do Retiro, Caseta, Caia e Santo Ildefonso. Solicitou, igualmente, forças de Batalhão de Caçadores nº8 para os postos Fiscais de Azeiteiros, Ouguela, Casarão, Tropelia e Juromenha<sup>188</sup>. Apesar das

---

<sup>183</sup> Idem, *Ibidem*, p.162.

<sup>184</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 78.

<sup>185</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Telegrama da Guarda Fiscal de Elvas de 22 de Agosto de 1936.

<sup>186</sup> *Jornal de Elvas*. 16 de Agosto de 1936. “Badajoz foi tomada pelo exército espanhol”, p.1.

<sup>187</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Telegrama da Guarda Fiscal de Elvas de 22 de Agosto de 1936.

<sup>188</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 79.

“operações de limpeza” se terem verificado com mais impacto e intensificação em 1936, desenvolveram-se também nos anos de 1937 e 1938<sup>189</sup>.

A colaboração entre as autoridades presentes na fronteira e os nacionalistas foi constante ao longo do conflito em Espanha. Na segunda metade do mês de Agosto de 1936, a entrada e permanência de espanhóis começou a ser controlada pela representação da Junta de Burgos em Portugal, o que levou a que o regime português tenha sido alvo de várias críticas. A progressiva colaboração dos consulados espanhóis em Portugal com a junta de Burgos foi, a partir de então, uma realidade<sup>190</sup>.

Outra vertente da colaboração foi a entrega dos refugiados às autoridades nacionalistas. A versão oficial, segundo a informação dada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Ministério do Interior em Outubro de 1936, aponta para a entrega destes em Espanha, através de barcos portugueses, concretamente no porto de Tarragona<sup>191</sup>. Em Outubro, o navio “Niassa” transportou para aquela cidade espanhola 1.500 refugiados republicanos, vindos em grande número do Forte da Graça, em Elvas. Muitos do que tiveram na Herdade da Coitadinha, em Barrancos, foram directamente entregues às autoridades espanholas presentes na fronteira<sup>192</sup>.

Contudo, nem sempre os factos se passaram tão pacificamente. Nem sempre voltar a Espanha foi opção livre daqueles que foram capturados em Portugal. Os refugiados, ao serem detidos, nem sempre foram tratados da melhor forma e nem sequer lhes foi perguntado se pretendiam permanecer em Portugal<sup>193</sup>. Milhares de espanhóis estiveram presos em campos de concentração durante bastante tempo, nem sempre recebendo o bom tratamento que as autoridades portuguesas afirmavam dar.

---

<sup>189</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.161.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 165-166.

<sup>191</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 80.

<sup>192</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.159.

<sup>193</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 81.

## Os cuidados aos refugiados das forças militares portuguesas

A partir de Agosto de 1936, a entrada de espanhóis em Portugal era diária. As directivas do governo português iam no sentido de estabelecer um apertado serviço de vigilância e fiscalização ao longo de toda a fronteira. No entanto, existiram inúmeros espanhóis que entraram em solo português sem que as autoridades policiais que fiscalizavam a zona fronteira conseguissem controlar.

Com o objectivo de vigiar os refugiados, as autoridades portuguesas criaram vários locais que eram designados de campos de internamento, de concentração e campos especiais<sup>194</sup>. Utilizavam, também, locais longe das populações locais para que os espanhóis, entretanto detidos, não pudessem entrar em contacto com elas. A Praça de Touros em Moura serve de exemplo do que se sucedeu. As instruções do Ministério de Guerra às Unidades Militares são claras:

“Os emigrados ficam em regime de detenção até se promover uma concentração em qualquer localidade ou campo especial.”<sup>195</sup>

Na região alentejana existem referências a diferentes locais de internamento de refugiados espanhóis, sejam eles civis ou militares<sup>196</sup>. No Baixo Alentejo, o campo oficial onde se concentravam mais espanhóis, sobretudo até Outubro de 1936, localizou-se na Herdade da Coitadinha, próxima de Barrancos. Nesta região havia outra Herdade, a das Russianas, onde também se concentraram espanhóis.

No Alto Alentejo, em Elvas, foram utilizados dois locais para deter os espanhóis que entravam em Portugal. Numa primeira fase, a Praça de Touros foi utilizada para aprisionar “800 milicianos vermelhos, 2 maiores e 4 capitães”<sup>197</sup>. Em Agosto de 1936, no Forte da Graça, que era um importante depósito disciplinar da região, havia 75 republicanos espanhóis que tentaram entrar em Portugal<sup>198</sup>. Neste forte, no dia 24 de Setembro de 1936, juntaram-se 136 refugiados espanhóis<sup>199</sup>. Esta situação constituiu um problema, visto que no depósito disciplinar já estavam 148 militares portugueses. Como

---

<sup>194</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.158.

<sup>195</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 80.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.159.

<sup>197</sup> *Jornal Novidades*, 16 de Agosto de 1936.

<sup>198</sup> *Jornal Novidades*, 18 de Agosto de 1936.

<sup>199</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Governo Militar de Elvas ao Chefe do Estado Maior da 4ª região militar em Évora, 28 de Setembro de 1936.

tal, o governador militar de Elvas, depois da solicitação do comandante do Forte da Graça, afirmou a necessidade de transportar os referidos detidos espanhóis para outro local, onde não pudessem conviver com elementos portugueses<sup>200</sup>.

De acordo com o capitão Manuel Rijo, comandante do depósito, era necessário manter um rigoroso isolamento, de modo a que não houvesse contacto entre espanhóis e portugueses. Manter esse distanciamento era efectivamente difícil uma vez que o forte não deveria albergar tantos prisioneiros. Assim sendo, a totalidade dos refugiados detidos em Elvas durante o ano de 1936, somando o Forte de Nossa Senhora da Graça e a Praça de Touros, superava os 1.000 indivíduos, sendo que essa contabilidade não totalizava mulheres e crianças que vinham também de Espanha<sup>201</sup>.

Neste forte as condições eram melhores do que aquelas que existiam em Barrancos, por exemplo, mas muito longe de serem as ideais. Eram asseguradas as condições mínimas de sobrevivência, como roupas brancas e alguma alimentação, a todos os que ali estavam detidos, apesar da sobrelotação existente<sup>202</sup>. A 25 de Agosto de 1936, o Adido Militar da Embaixada de Espanha formulou uma série de recomendações junto do governo relativamente às condições de internamento dos militares espanhóis no Forte da Graça. António de Oliveira Salazar defendeu que o tratamento dado aos espanhóis era suficiente e que não desconhecia as obrigações impostas pelo Direito Internacional, norteando, igualmente, os seus actos pelas leis da Humanidade e da Razão<sup>203</sup>. Acrescentou, ainda, o desejo do governo português em ver retribuído, por parte dos detidos, o agradecimento pela hospitalidade dispensada pelas autoridades nacionais.

Apesar das declarações do chefe de Estado português, tanto em França como em Inglaterra, propagavam-se notícias sobre os maus tratos que eram dados aos republicanos espanhóis pelas autoridades portuguesas<sup>204</sup>, pressionando, de certa forma, o regime de António de Oliveira Salazar.

---

<sup>200</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Governo Militar de Elvas ao Chefe do Estado Maior da 4ª região Militar em Évora, 28 de Setembro de 1936.

<sup>201</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>202</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 86.

<sup>203</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Ministério da Guerra ao Tenente Coronel Manuel Golmayo, Adido Militar da Embaixada de Espanha, 25 de Agosto de 1936.

<sup>204</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.158.

### III. Refugiados em Elvas

## 1. Refugiados espanhóis: o caso de Elvas

### Os refugiados em Elvas

Os refugiados políticos causaram muito impacto nas pouco harmoniosas relações entre o governo português e o governo espanhol. A Guerra Civil de Espanha veio agravar ainda mais as relações entre os dois países ibéricos<sup>205</sup>, principalmente com a conquista de Badajoz a 14 de Agosto de 1936. Para António de Oliveira Salazar, em confronto estava de um lado a opção nacional, em representação das forças nacionalistas, e do outro estava o que considerava ser a desordem, em representação do partido republicano.

Os incidentes com refugiados espanhóis levaram a que o governo de António de Oliveira Salazar gerisse o seu apoio à facção nacionalista. Os relatos referentes ao tratamento dos refugiados espanhóis pelas autoridades portuguesas, saídos da imprensa internacional, acabaram por ter grande influência nas relações entre Portugal e Espanha. A 28 de Agosto de 1936, a Embaixada de Portugal mudou-se para Alicante, visto que o relacionamento com o governo de Madrid era cada vez mais difícil. Outra situação que agravou as relações entre os dois países foi a acusação do governo de Madrid feita a Portugal no Comité de Londres, onde afirmavam que as autoridades portuguesas entregavam refugiados republicanos aos nacionalistas e que colocavam estes indivíduos em campos de internamento sem qualquer tipo de condições.

Além disso, o embaixador espanhol referiu as desigualdades entre os nacionalistas e os republicanos em Portugal e comparou a liberdade em que viviam os nacionalistas com os internamentos que sofriam os partidários do governo legítimo<sup>206</sup>. Em resposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português esclareceu que o tratamento diferenciado recebido pelos refugiados espanhóis, por parte das autoridades portuguesas, dizia respeito à sua postura e comportamento:

---

<sup>205</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, AOS/CO/NE-2B, P.12. Em telegrama confidencial da Embaixada de Portugal em Madrid de 26 de Fevereiro de 1936, Ribatamega afirma: “Comunico a V. Exa que solicitei uma audiência com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e fui hoje recebido especialmente às 10h da manhã. Declarei (...) o firme desejo do governo português de manter com o governo da República espanhola as mais cordiais e estreitas relações.” Porém, revela algumas incertezas: “A minha impressão é que devemos permanecer na expectativa, não confiar demasiado em palavras do governo espanhol, aguardando calmamente as suas acções”.

<sup>206</sup> Jornal *Novidades*, Nota do Ministro dos Negócios Estrangeiros, publicado no, de 30 de Outubro de 1936.



“A incorrecção de proceder de grande número de internados mostrou que de nenhum deles nenhuma gratidão tem a esperar (...) Assim pode dizer se que este Governo não estabeleceu discriminações entre espanhóis, foram eles próprios por sua atitude ou pelas condições em que se apresentaram na fronteira que as estabeleceram”<sup>207</sup>.

Esta troca de acusações demonstra o antagonismo entre os dois países ibéricos, uma vez que o governo português considerava que estava a fornecer um tratamento justo aos refugiados, enquanto o governo espanhol considerava que a protecção aos espanhóis era insuficiente.

Até Julho de 1936, houve alguma tolerância na entrada de refugiados espanhóis, contudo essa receptividade no mês de Outubro do mesmo ano chegou aos limites na óptica da posição portuguesa. O Ministro da Guerra ordenou que não entrava ninguém em Portugal, tendo as autoridades ordem para disparar para quem não cumprisse essa imposição<sup>208</sup>.

Por ser uma decisão extrema do governo português, houve longas negociações com o governo de Madrid e, como afirmou o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o governo português encarregou-se da repatriação, às suas próprias custas, de todos aqueles que quisessem. Os que não quisessem voltar ao seu país de origem teriam, forçosamente, de se submeter ao regime português<sup>209</sup>. No seguimento desta nota, o comandante da 4ª região militar foi informado que os refugiados espanhóis de Elvas e do norte Alentejo que desejassem voltar para Espanha, deveriam ser apresentados em Lisboa. Os que se encontrassem no sul do Alentejo, nomeadamente em Barrancos, deviam embarcar em Vila Real de Santo António<sup>210</sup>.

Contudo, esta situação não foi totalmente clara, visto que muitos refugiados eram entregues directamente aos nacionalistas na fronteira. Por isso, este acordo não foi totalmente cumprido, justificando-se desta forma as denúncias feitas ao governo português pela imprensa internacional e pelo próprio governo de Madrid.

---

<sup>207</sup> Jornal *Novidades*. Nota nº24 de 7 de Setembro de 1936.

<sup>208</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Informação do Comando Militar de Beja a todas as forças presentes na fronteira, na qual são reproduzidas ordens do Ministro da Guerra, 10 de Outubro de 1936.

<sup>209</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M.481. Nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros dirigida ao Ministério do Interior, 6 de Outubro de 1936,

<sup>210</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38. Ofício confidencial do Ministério do Interior de 6 de Outubro de 1937.

Os republicanos espanhóis continuaram a passar a fronteira luso-espanhola, na sequência dos confrontos tentando escapar às perseguições de que tinham sido alvo independentemente do acréscimo de vigilância que se verificou tanto na zona fronteira portuguesa, como na zona fronteira espanhola.

As autoridades portuguesas constataram que o número de entradas de ilegais continuava a crescer em Portugal. Depois de conhecida esta realidade, principalmente a partir da censura da correspondência enviada pelos refugiados, foi ordenada a prisão de todos os estrangeiros que se apresentassem com passaportes recentemente tirados em Portugal, nos quais não constasse o visto da PVDE ou caso não apresentasse qualquer documentação que comprovasse a entrada legal em território português<sup>211</sup>.

A questão da residência legal em Portugal era rigorosamente controlada pelas autoridades nacionais. Aumentava-se, gradualmente, o cerco a todos aqueles que não se apresentassem anualmente nos governos civis, para que estes atribuíssem o visto anual de permanência em território português. Em Janeiro de 1938, o Ministério dos Negócios Estrangeiros comunicou às autoridades locais que não seria concedido o visto de residência aos espanhóis indocumentados pelas autoridades consulares, que se declarassem refugiados políticos. Sempre que se confirmasse esta realidade, a situação deveria ser relatada às autoridades policiais uma vez que, segundo esta nota, a passagem de um visto de residência era uma forma de defender a pátria portuguesa de todos os agitadores que poderiam pôr em perigo a sua segurança<sup>212</sup>.

Ainda nesse ano, a PVDE sentiu a necessidade de aumentar a vigilância sobre os refugiados espanhóis, solicitando aos governos civis que remetessem diariamente uma relação de vistos de 30 dias que tivessem sido concedidos a qualquer estrangeiro<sup>213</sup>.

Os militares e os membros das forças militares, Carabineiros, Guarda Civil e Guarda de Assalto espanhóis entraram em Portugal sobretudo entre Agosto e Dezembro de 1936. Quando eram detidos estes os refugiados eram entregues às autoridades militares

---

<sup>211</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 486. Esta questão é referida num ofício da PVDE dirigida ao Ministério do Interior em 4 de Outubro de 1937, na qual se recomendava que esta informação fosse transmitida em circular aos governadores civis e Administradores de Concelho.

<sup>212</sup> Governo Civil de Évora, Correspondência Expedida, 2ª Secção, nº1. Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros aos Governos Civis posteriormente divulgada a todas as Câmaras Municipais, 3 de Janeiro de 1938, Governo Civil de Évora, Correspondência Expedida, 2ª Secção, nº1.

<sup>213</sup> Governo Civil de Évora, 2ª Secção, L.17, nº 293. Circular da PVDE aos Governos Civis em 3 de Novembro de 1938. Governo Civil de Évora, 2ª Secção, L.17, nº 293.

mais próximas. Desde o início dos confrontos, estas forças procuraram refúgio em Portugal, sendo a Guarda Fiscal e a Guarda Nacional Republicana as principais autoridades que precediam à sua detenção em território fronteiriço.

Os acontecimentos que se verificaram em Badajoz provocaram, por sua vez, entradas maciças de militares que, fugindo dos nacionalistas, procuraram refúgio em Elvas. Todos eles acabaram por ser detidos no Forte da Graça<sup>214</sup>. Com efeito, verificou-se um verdadeiro êxodo de militares e civis vindos de Espanha, logo a partir dos primeiros dias do mês de Agosto. À medida que as tropas nacionalistas subiam no território, os confrontos sucediam-se, levando a que se verificassem inclusivamente fugas ao serviço militar, sobretudo do lado republicano.

Nem todos os foragidos eram capturados à entrada de Portugal. Muitos conseguiam inclusivamente contornar as autoridades, através do apoio das populações fronteiriças que os escondiam em suas casas, até que o perigo passasse. Apesar dos riscos, muitos particulares desempenharam um papel importante no auxílio aos “comunistas” espanhóis<sup>215</sup> que tentavam, de todas as formas, não voltar para Espanha, pois conheciam bem a violência das forças franquistas.

A partir de Julho de 1936, houve um endurecimento da posição portuguesa e foi negada a entrada em Portugal dos refugiados. As autoridades nesta altura exerciam um rigoroso policiamento rural de concelhos próximos da fronteira.

Em Elvas assistiu-se, entre Fevereiro e Agosto de 1936, a uma fuga bastante significativa de indivíduos de toda a província de Badajoz, que pretendiam segurança e paz em território português. A grande maioria destes refugiados ficou a residir em Elvas ou nas suas proximidades, regressando apenas a Badajoz depois da declaração final de vitória dos nacionalistas naquela região. A comunidade de espanhóis fixou-se em Elvas e criou relações de proximidade, tendo havido inclusivamente iniciativas conjuntas, como por exemplo a realização de uma celebração solene em memória de José Calvo Sotelo<sup>216</sup>, um político espanhol defensor dos ideais nacionalistas<sup>217</sup>, poucos dias depois do seu

---

<sup>214</sup> Jornal *Novidades* de 18 de Agosto de 1936, noticiou a detenção de 7 carabineiros no Forte da Graça, em Elvas, onde já se encontravam presos mais 75 comunistas espanhóis.

<sup>215</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.140.

<sup>216</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. Da 1ª Legislatura à visita Presidencial aos Açores (1935-1941)*, volume XIV, 1ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 2000, p.409.

<sup>217</sup> Idem, *Ibidem*, p.141.

assassinato<sup>218</sup>. No dia 14 de Agosto, momento final da conquista de Badajoz pelos nacionalistas, a comunidade espanhola que esteve durante algum tempo em Elvas retornou, na sua larga maioria, às localidades de origem.

Em relação ao número de refugiados espanhóis em Elvas, a Praça de Touros serviu de local para deter “800 milicianos vermelhos, 2 maiores e 4 capitães”<sup>219</sup>. Em Agosto, no Forte da Graça, havia 75 republicanos espanhóis<sup>220</sup>, tendo-se juntado 7 carabineiros<sup>221</sup> ainda nesse mês. Em Setembro de 1936, juntaram-se no mesmo forte 136 refugiados espanhóis<sup>222</sup>. Deste modo, o número de refugiados detidos em Elvas durante o ano de 1936, no Forte de Nossa Senhora da Graça e na Praça de Touros, foi de 1024 indivíduos. Além deste número contabilizado pelas forças policiais, que não totalizava mulheres e crianças que vinham também de Espanha<sup>223</sup> existiram, também, indivíduos que clandestinamente entraram em Portugal e que não se encontravam em nenhum registo, dificultando a exatidão do número de refugiados em Elvas tanto em 1936, como nos anos seguintes.

Os relatórios da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado entre 1932 e 1938 revelam um elevado número de entradas e saídas de estrangeiros, em Portugal, embora o período de 1936 e 1938 tenha tido um grande movimento. Esta contabilidade diz respeito aos movimentos terrestres, marítimos e aéreos.

No caso de Elvas, destaca-se a passagem e movimentação de espanhóis na estação e na fronteira de Elvas-Caia, registadas diariamente pelas autoridades nacionais. Nas referidas zonas, em 1936, passaram para Portugal 6756 indivíduos estrangeiros<sup>224</sup>, sendo na sua grande maioria espanhóis. O total de entradas entre os anos de 1936 e 1938 perfaz 12101 pessoas<sup>225</sup>, o que demonstra o elevado movimento de estrangeiros que tinham o objectivo de chegar a Portugal.

---

<sup>218</sup> *Jornal Defesa*, a 25 de Julho de 1936.

<sup>219</sup> *Jornal Novidades*, 16 de Agosto de 1936.

<sup>220</sup> *Jornal Novidades*, 18 de Agosto de 1936. Informou que já se encontravam presos 75 comunistas espanhóis.

<sup>221</sup> *Jornal Novidades* de 18 de Agosto de 1936. Noticiou a detenção de 7 carabineiros no Forte da Graça, em Elvas.

<sup>222</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Governo Militar de Elvas ao Chefe do Estado Maior da 4ª região militar em Évora, 28 de Setembro de 1936.

<sup>223</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>224</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.45-49.

<sup>225</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938). Ver Anexo 1, p.130.

A vasta área fronteira foi, sem sombra de dúvidas, inúmeras vezes atravessada por todos aqueles que tinham como intenção fugir às perseguições das forças militares franquistas. O número considerável de entradas em Portugal ocorreu de forma clandestina, sem qualquer tipo de intervenção das autoridades. Como tal, a análise do número de passagens só pode ser feita com informações vindas dos postos fronteiriços. Passando por montes e ribeiras, muitos espanhóis conseguiram entrar em solo português e sobreviver muito tempo, em condições adversas à sua permanência. No entanto, eram ajudados por portugueses que se reviam nos ideais republicanos.

A grande maioria dos refugiados espanhóis entrou em Portugal pela via terrestre. Para além desta via, havia a possibilidade da entrada pela via fluvial, no entanto, esta foi uma forma muito pouco utilizada pelos espanhóis. Esta situação apenas ocorreu em situações de verdadeiro desespero, visto que era extremamente perigoso atravessar o rio a nado desde o lado espanhol até ao lado português. Em Elvas e em Caia não foram relatados casos de entrada por via fluvial, no entanto, no Baixo Alentejo registaram-se vários casos onde a fome ocasionou muitas mortes nas travessias de algumas ribeiras<sup>226</sup>. Foram as ribeiras de Ardila e do Chança que permitiram algumas entradas nesta região, que foi muito atingida pelos confrontos.

A via aérea, tal como sucedeu com a via fluvial, foi pouco utilizada, havendo apenas casos de entradas pontuais. Por norma, quando algum avião aterrava em solo português fazia-o por motivos de força maior, por ter sido atingido ou por problemas mecânicos. Em Agosto de 1936, verificou-se uma aterragem forçada de três aviões nacionalistas perto de Portalegre. Foi prestada toda a assistência possível para que o avião fosse reparado, havendo um volume considerável de despesas<sup>227</sup>, suportadas pelo governador civil. Aterraram, também, aviões republicanos entre o Crato e Flor da Rosa, no dia 23 de Fevereiro de 1937 e em Alpalhão a 24 de Agosto de 1936, mas sem que as autoridades prestassem o mesmo auxílio. Destas situações pode confirmar-se o carácter pontual e esporádico destes acontecimentos por via aérea. De igual forma, comprova-se o duplo critério utilizado consoante os casos, uma vez que os nacionalistas tiveram o claro

---

<sup>226</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 33.

<sup>227</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Relatório do mês de Agosto de 1936 do governador civil de Portalegre, Ministério Interior.

apoio das autoridades, inclusivamente reabastecimentos que lhes permitiram seguir viagem para Espanha, o que não se verificou com os republicanos.

No início do mês de Agosto, a população de Badajoz envolveu-se em confrontos, havendo a decisão de muitos indivíduos de fugir do território espanhol. Por ser relativamente perto da zona de Elvas, as entradas eram feitas, na sua grande maioria, no posto do Caia ou no de Campo Maior. O posto do Retiro também foi fundamental, visto que era uma zona intermédia por ter um pelotão de cavalaria.

O conceito de “vermelho” é a designação dada aos republicanos espanhóis pelos elementos do Estado Novo e pelas autoridades, na sequência do resultado das eleições de Fevereiro de 1936.

Os motivos que terão conduzido à fuga de militares, membros de forças militarizadas e civis republicanos para Portugal foram os confrontos entre as forças governamentais e os nacionalistas, a execução de medidas repressivas sobre apoiantes da República e da Frente Popular e a fuga à convocação e mobilização coerciva de mancebos e reservistas para as forças militares de Franco<sup>228</sup>.

Quando eram presos, os republicanos nunca se diziam foragidos ou políticos. Alegavam sempre terem entrado clandestinamente em busca de trabalho em Portugal<sup>229</sup>. A apresentação de refugiados na fronteira, ou a sua captura depois de terem entrado em território português tinha, imediatamente, como resultado a sua separação em refugiados militares e em refugiados civis<sup>230</sup>.

Os refugiados dividiam-se, por isso, em duas categorias principais, que eram os civis e os militares e militarizados. Os civis eram por norma entregues à PVDE no caso de entrarem indocumentados ou sobre eles recair qualquer suspeita de esquerdismo ou republicanismo. Os militares e militarizados fosse qual fosse a entidade que primeiro entrasse em contacto com eles, eram entregues à unidade militar mais próxima do local de captura ou da sua apresentação às autoridades portuguesas<sup>231</sup>. A maioria dos militares e elementos militarizados entraram em Portugal com armas, sendo de imediato

---

<sup>228</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.156.

<sup>229</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 91.

<sup>230</sup> Idem, *Ibidem*, p.92.

<sup>231</sup> Idem, *Ibidem*, p.156.

desarmados, ficando estas em depósitos nas unidades militares. Em 1937, o armamento era entregue aos nacionalistas<sup>232</sup>.

A primeira comunicação de captura de refugiados refere-se ao dia 20 de Julho de 1936, pela secção da guarda fiscal de Safara, onde cinco espanhóis foram detidos pela polícia de Moura. No dia 24 de Julho, o número de refugiados Portugal já era tão significativo que o Ministério de Guerra sentiu necessidade de transmitir às unidades militares instruções, onde afirmou que os emigrados ficariam em regime de detenção até se promover uma concentração em alguma localidade ou campo delineado. Além disso, os civis deveriam ser considerados como soldados, podendo-lhe ser entregue roupas brancas quando fosse indispensável fazê-lo<sup>233</sup>.

A 3 de Agosto de 1936, entraram em Portugal, na área de posto de Montalvão, 1 alferes, 2 sargentos, 16 carabineiros e 2 militares do exército que tinham fugido na sequência dos confrontos verificados na povoação espanhola de Cedillo. De acordo com o comandante da Secção da Guarda Fiscal de Portalegre, os fugitivos pertenciam ao governo de Madrid e estavam armados<sup>234</sup>. No entanto, apesar das preocupações tomadas pelas autoridades presentes na fronteira, aqueles refugiados entregaram voluntariamente o armamento que possuíam. Estes espanhóis foram no mesmo dia transportados para Lisboa num comboio, de acordo com as ordens expressas pelo comandante da região militar<sup>235</sup>.

O material de guerra capturado aos espanhóis que entraram em território português foi em grande número, embora pouco variado. Eram-lhe apreendidas espingardas de guerra, carabinas de diverso calibre, pistolas de guerra, armas caçadeiras de diversos tipos, granadas, munições, algumas metralhadoras e equipamento militar diverso de uso normal pelos carabineiros e militares<sup>236</sup>.

A 8 de Agosto de 1936, Salazar emitiu um despacho, onde afirmou o seguinte:

“As armas e munições de que sejam portadores os indivíduos que se internaram em Portugal durante a Guerra Civil de Espanha e foram

---

<sup>232</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10.

<sup>233</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Instruções do Ministério de Guerra às unidades militares em 24 de Julho de 1936.

<sup>234</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Telegrama da Secção da Guarda Fiscal de Portalegre, enviado ao Comandando Geral em Lisboa, 3 de Agosto de 1936.

<sup>235</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38 nº10. Relatório dos acontecimentos de dia 2 de Agosto de 1936 na fronteira espanhola, no sector norte da ao Comando Militar de Portalegre.

<sup>236</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 156.

detidos pelas forças do Exército, GNR, Guarda Fiscal ou Polícia ficarão à guarda do Ministério de Guerra (...). A armazenagem das armas deve ser feita nos quartéis mais próximos dos locais de apresentação”<sup>237</sup>.

Após o início da sublevação e da Guerra Civil, começaram a ser entregues nos postos fronteiriços diversos portugueses acusados de serem “comunistas, anarquistas ou simpatizantes da Frente Popular”<sup>238</sup>. Essas entregas eram feitas, normalmente pelos falangistas às patrulhas da Guarda Fiscal que logo os remetia à PVDE ou directamente à polícia política.

É seguro que o trânsito de Portugal para Espanha era controlado pela representação da junta de Lisboa, que indicava às autoridades fronteiriças nacionais o responsável por cada uma das caravanas automóveis. Essa representação da junta passava salvos-condutos individuais ou colectivos, que era o documento indispensável para a entrada em Espanha. Após a conquista de todo o território espanhol fronteiriço com Portugal, os postos de fronteira foram guarnecidos com carabineiros, guardas civis nacionalistas, grupos armados das “milícias falangistas” e “requetés”, que se revelaram mais rigorosos e duros na vigilância pela fronteira<sup>239</sup>.

Toda a documentação relativa a refugiados em Portugal indica que em finais de 1936, por virtude da consolidação das autoridades do governo de Burgos ao longo da fronteira com Portugal e das perseguições no território limítrofe com a fronteira portuguesa, se verificou uma redução muito substancial da entrada de refugiados em Portugal.

Em 1937, houve ainda muitos refugiados republicanos espanhóis em Portugal. O embaixador da Espanha republicana em Paris informou José Giral, o Ministro do Governo Republicano, que os refugiados republicanos deveriam ser em Portugal cerca de 3.000 e, cumprindo as ordens recebidas, se tinha-organizado uma rede para lhes facilitar a saída de território português:

“As tripulações de barcos franceses, ingleses e noruegueses, identificadas connosco mantêm contactos com revolucionários em

---

<sup>237</sup> Despacho de Salazar, em 8 de Agosto de 1936, enviado aos comandos da GNR, GF e unidades militares.

<sup>238</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10.

<sup>239</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.166.



Portugal e, com pouco dinheiro que se lhes envie, facilitam o embarque de espanhóis como passageiros clandestinos”<sup>240</sup>.

Quantificar o número de republicanos espanhóis que viveram durante meses nessas condições difíceis em território português revelou-se, todavia, tarefa impossível de realizar. No entanto, o número referido por Gallarza de Paris a José Giral toma carácter plausível dado que parece que, além dos detidos, nele inclui os republicanos que se escondiam em Portugal.

Um dos casos mais controversos no quadro global do problema dos refugiados republicanos presos em Portugal teve como protagonistas centrais o coronel Puigdendolas, governador militar de Badajoz<sup>241</sup>, o deputado De Pablo e o alcaide de Badajoz, Madroñero. Segundo a queixa apresentada pelo governo republicano ao Comité de Londres, estes foram entregues pelas autoridades portuguesas aos nacionalistas, depois da conquista de Badajoz. A 16 de Agosto de 1936, o comandante da secção da Guarda Fiscal de Campo Maior comunicou:

“Informo vossa excelência que estão neste comando dois automóveis e diversos armamentos e munições de guerra apreendidos por praças desta guarda a comunistas espanhóis. Foram detidos ontem, no posto fiscal do Retiro, o governador militar de Badajoz, coronel Puigdendolas, um major Ibañez, um capitão, dois sargentos, soldados e civis de categoria todos apoiantes do governo de Madrid. Apresentou-se ontem uma força do exército de comando de um sargento para o reforço do posto de Casarão”<sup>242</sup>.

A 24 de Agosto de 1936, entraram no Reduto Norte do Forte de Caxias 5 oficiais, procedentes da zona da zona de Badajoz, entre os quais se encontravam os oficiais Puigdendolas e Ibañez, referenciados na informação de Campo Maior de 16 de Agosto. Aliás, o coronel Puigdendolas fazia parte dos 1.500 espanhóis embarcados no navio “Niassa” que os transportou de Lisboa a Tarragona<sup>243</sup>.

---

<sup>240</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Carta da Embaixada de Espanha republicana em Paris, enviada por José Giral, ministro do governo de Valência, em 25 de Agosto de 1937.

<sup>241</sup> DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979, p.94.

<sup>242</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38. O posto do Retiro encontrava-se junto da fronteira, no concelho de Campo Maior, a noroeste de Badajoz e ligeiramente a nordeste de Elvas. Telegrama urgente da secção da Guarda Fiscal ao comandante Geral, em 16 de Agosto de 1936.

<sup>243</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 170.

## **Relatório da PVDE (1932-1938): o movimento na fronteira de Elvas**

O relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo entre os anos de 1932-1938 revela o número de entradas e saídas de estrangeiros na fronteira de Elvas, assim como o fluxo de carros nacionais e estrangeiros. Este relatório elaborado pela PVDE mostra, também, o movimento registado em todos os postos fronteiriços de Portugal continental. Os números apresentados por esta autoridade são importantes para a percepção do grau de incidência presente na fronteira, principalmente entre os anos de 1936 e 1938. Contudo, o relatório não indica o número de refugiados, “vermelhos” ou de emigrados políticos. Estas eram as três denominações mais utilizadas pela PVDE e pela Guarda Fiscal para se referir aos espanhóis que procuravam refúgio em Portugal.

O relatório da PVDE abrange duas partes distintas. A primeira é referente aos anos entre 1932 e 1935. A segunda parte situa-se entre 1936 e 1938, o período mais relevante da Guerra Civil de Espanha.

Entre 1932 e 1935 as entradas e saídas foram efectuadas de uma maneira relativamente calma e sem preocupações. Neste período o controlo nos postos fronteiriços era menos rigoroso do que nos anos da guerra em Espanha. O número de entradas aumentou gradualmente, com destaque para a Exposição Colonial no Porto, em 1934, que levou até Portugal muitos estrangeiros<sup>244</sup>. Além do número de entradas, a permanência dos visitantes também se foi elevando ao longo dos anos.

Os anos de 1936 a 1938 foram diferentes dos anteriores. O início de 1936 começou com a vitória da Frente Popular nas eleições, originando nas fronteiras portuguesas um movimento muito diverso, fosse pelo número ou pelo aspecto. Neste período instalou-se uma grande agitação e a maioria das pessoas que entravam em Portugal tinham o desejo de ser admitidas<sup>245</sup>. O receio dos indivíduos que estavam prestes a entrar no país era visível, tal como a cautela e preocupação de quem estava a sair de território português.

O movimento de estrangeiros em todas as fronteiras de Portugal totalizou 102.668 indivíduos, em 1936. Pela fronteira terrestre entraram e saíram 70.254 estrangeiros, enquanto que pela via marítima e aérea o número final foi de 31.402 e 1.012,

---

<sup>244</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.26.

<sup>245</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.27.

respectivamente<sup>246</sup>. Estes dados presentes no relatório da PVDE mostram, claramente, que a via terrestre foi a mais utilizada. O início dos confrontos violentos em Espanha foi a principal razão do significativo número de movimentos registados na fronteira. Outro dos motivos do elevado número de movimentações por via terrestre deveu-se ao facto de este englobar as pessoas que atravessavam a pé a fronteira mas também as que utilizavam os caminhos-de-ferro e o automóvel, sendo numa situação aflitiva, como era o caso dos espanhóis, o meio mais fácil e rápido para fugir aos confrontos.

Os registos de 1937 mostram uma redução relevante do movimento de estrangeiros nos postos fronteiriços. Nesse ano, o fluxo total foi de 69.752, contudo o relatório revela que o movimento por via terrestre ficou-se apenas por 32.457, menos de metade do que no ano anterior, e o meio marítimo registou um aumento gradual totalizando 35.521<sup>247</sup>. Entretanto a via marítima ganhou relevância a par do menor número de refugiados que entraram em solo português, por via terrestre, sendo esta a principal via de entradas de refugiados. Em contraste, a via marítima teve um aumento pela entrada de ingleses em Portugal<sup>248</sup>, não sendo esta via, à semelhança dos meios aéreos, uma via preferencial para os espanhóis.

Em relação ao número de espanhóis na fronteira, este representou uma parte relevante do total de entradas registadas em Portugal entre 1936 e 1938. Apesar da Guerra Civil de Espanha ter apenas começado em Julho de 1936, neste ano houve 27.433 espanhóis a entrarem em Portugal por via terrestre, num total de 30.356 contabilizando os meios marítimo e aéreo<sup>249</sup>. Este número é referente à totalidade de entradas de espanhóis em Portugal, e não o número total de refugiados. O número de refugiados, apesar de ter sido contabilizado nesta soma, representa um número menor em relação ao total. Em 1937 e 1938 o número de entradas de espanhóis foi menor, entrando 16.160 e 10.217 respectivamente<sup>250</sup>. O decréscimo na entrada de espanhóis deveu-se ao facto de as zonas junto à fronteira com Portugal estarem, praticamente na sua totalidade, sob

---

<sup>246</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.120.

<sup>247</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.120.

<sup>248</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.107.

<sup>249</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.131.

<sup>250</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.133-135.

domínio das forças nacionalistas. Como tal, era cada vez mais difícil elementos das forças governamentais chegarem até à fronteira.

A entrada e saída de pessoas em Elvas, por via terrestre, podia ser feita de duas formas. A primeira era na estação da cidade, através dos caminhos-de-ferro. A segunda era em Elvas-Caia, o posto fronteiriço mais importante em todo o concelho. Em 1936 entraram, em Elvas, 6.756 pessoas<sup>251</sup>. Pela estação entraram 2.204 pessoas, enquanto por Elvas-Caia o número registado foi de 4.552. Em 1937 e 1938 o número de entradas desceu substancialmente para os 3.650 e 1.695 respectivamente<sup>252</sup>. Os indivíduos de nacionalidade espanhola eram os que mais entravam por Elvas. Com as zonas junto à fronteira dominadas pelos nacionalistas, assim como em grande parte do território espanhol, a entrada de espanhóis em Elvas durante 1937 e 1938 foi menor. Esta situação contrastava com a segunda metade do ano de 1936 em que a entrada em Portugal foi feita de maneira constante.

O total de entradas e saídas de automóveis em Portugal também ajuda a perceber o número de espanhóis que passaram em Portugal durante o período da Guerra Civil de Espanha. Houve um aumento significativo do número de entradas em Abril de 1936, tal como tinha ocorrido no mês anterior. Esta situação não ocorreu devido à Semana Santa, mas devido ao modo de governação da Frente Popular em Espanha. Esta situação teve como consequência a saída de espanhóis que se opunham a Manuel Azaña eleito em Fevereiro de 1936 e a busca de “refúgio num país de ordem e garantias”<sup>253</sup>. A situação foi sustentada pela quantidade de automóveis de matrícula estrangeira, na sua maioria espanhola, que passavam na fronteira.

Relativamente ao movimento de automóveis em Elvas, pode afirmar-se que foi elevado. Apesar de Elvas ser uma zona central na ligação entre Lisboa e Madrid, o número de entradas e saídas deste território foi grande, visto que passaram 2.686 matrículas estrangeiras e 1.070 matrículas portuguesas em Elvas-Caia durante o ano de 1936. Nos anos seguintes o movimento de automóveis em Elvas, registados pela PVDE, desceu em

---

<sup>251</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.45.

<sup>252</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.47-49.

<sup>253</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.50.

virtude da situação socio-política em Espanha e do domínio da Extremadura da facção franquista.

O número de espanhóis expulsos pela PVDE é importante neste contexto. Em 1936 expulsaram, de Portugal, 129 espanhóis. No ano de 1937, houve um total de 246 expulsões, sendo que no ano seguinte 206 espanhóis foram expulsos de Portugal. Estes números são baixos em função do grande número de refugiados espanhóis que entraram em solo português. Os espanhóis expulsos eram indivíduos que entravam em Portugal clandestinamente e que posteriormente eram capturados quando faziam trocas de correspondência com outros indivíduos, onde havia censura pela PVDE, e quando existiam denúncias que relatavam a presença destes ilegais. Deste modo, eram de imediato presos e posteriormente expulsos caso que não tivessem o documento comprovativo de estarem legais em Portugal, o denominado visto da PVDE<sup>254</sup> ou não fossem suspeitos de apoiar o governo republicano espanhol. Em 1937, o número de expulsões foi maior devido ao facto de terem entrado em Portugal vários espanhóis ilegalmente, de modo a fugirem à convocação militar obrigatória imposta por Franco. Não há registos do número de espanhóis que foram expulsos de Elvas. O facto de Badajoz estar perto de Elvas e o facto de nem toda a província da Extremadura estar nas mãos dos nacionalistas em Maio de 1937, pode ter levado alguns espanhóis até Elvas durante o período da convocação militar, principalmente nos anos de 1937 e 1938.

Em 1936, o número total de refugiados em Elvas foi 1.017. Os locais de internamento destes refugiados espanhóis foram na Praça de Touros e no Forte de Nossa Senhora da Graça. Na Praça de Touros estiveram na totalidade 806 refugiados, sendo que 800 eram soldados pertencentes às forças governamentais, aos quais se juntavam 2 majores e 4 capitães também pertencentes aos republicanos<sup>255</sup>. No Forte de Nossa Senhora da Graça estiveram 211 refugiados, divididos por dois períodos. No primeiro, em Agosto de 1936, foram contabilizados 75 refugiados espanhóis<sup>256</sup>. Juntaram-se, em Setembro, 136 republicanos<sup>257</sup>.

---

<sup>254</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 486. Esta questão é referida num ofício da PVDE dirigida ao Ministério do Interior em 4 de Outubro de 1937, na qual se recomendava que esta informação fosse transmitida em circular aos governadores civis e Administradores de Concelho.

<sup>255</sup> *Jornal Novidades*, 16 de Agosto de 1936.

<sup>256</sup> *Jornal Novidades*, 16 de Agosto de 1936.

<sup>257</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Governo Militar de Elvas ao Chefe do Estado Maior da 4ª região militar em Évora, 28 de Setembro de 1936.

Nos anos de 1937 e 1938 não há registos do número exacto de refugiados presentes em Elvas. Apesar da inúmera documentação presente nos arquivos, nomeadamente no Arquivo Histórico-Militar, não se encontra nenhuma lista ou informação do número de espanhóis que procuraram refúgio em Elvas. Todavia, analisando os dados dos relatórios da PVDE relativos ao movimento de passageiros e automóveis na fronteira de Elvas pode concluir-se que o número de refugiados em 1937 e 1938 terá sido menor em comparação com os dados relativos a 1936.

## **Correspondência entre a Guarda Fiscal de Elvas e o Ministério do Interior**

Desde o início do conflito em Espanha até ao seu término houve um fluxo muito significativo de troca de correspondência entre o Ministério do Interior e os elementos da Guarda Fiscal das zonas fronteiriças, sendo que no caso de Elvas essa permuta de cartas ocorreu quase diariamente durante o ano de 1936. Essa correspondência abordava diversos temas relacionados com a entrada de refugiados espanhóis, desde as armas que possuíam ao modo como eram vigiados e capturados, assim como as ordens sobre a forma de actuar nas fronteiras e de agir na presença dos invasores.

Analizando e observando a troca de correspondência entre o Ministério do Interior e a repartição da Guarda Fiscal de Elvas pode afirmar-se, em primeiro lugar, que o governo se encontrava bastante atento a todos os desenvolvimentos decorrentes do conflito espanhol, sendo essa situação evidente quando analisadas as datas das trocas de correspondências<sup>258</sup>. As comunicações entre o governo, especialmente o Ministério do Interior e o Ministério da Guerra, e os postos da Guarda Fiscal eram diárias, tendo se Elvas tornado numa base de informação importante devido à proximidade geográfica com Badajoz. As preocupações de António de Oliveira Salazar foram perceptíveis, em grande parte explicadas pelo facto da maioria dos espanhóis que procuravam refúgio em Portugal terem uma ideologia contrária ao regime português e serem, deste modo, focos de instabilidade para a população portuguesa.

Em segundo lugar, há a destacar as ordens transmitidas pelos ministérios do Interior e da Guerra para as repartições do comando geral da Guarda Fiscal e para as Secções da PVDE da forma como deveriam ser fiscalizados os troços fronteiriços e do modo de actuação em caso de entrada de invasores de nacionalidade espanhola que pertenciam ou apoiavam as forças governamentais de Manuel Azaña. A tolerância em caso de entrada dos refugiados era nula e a comunicação para as autoridades superiores instantânea. O modo como as forças policiais actuaram no caso específico de Elvas, foi de encontro às ordens expressas pelos ministérios.

O material apreendido aos refugiados espanhóis por parte das autoridades portuguesas, quando estes tiveram o seu internamento em Portugal foi contabilizado na sua totalidade, sendo exemplo a contagem do número de espingardas e carabinas tal como

---

<sup>258</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8 e nº10.

de cartuchos<sup>259</sup>. As listas elaboradas pelas repartições e quartéis que eram trocadas entre o Ministério do Interior e a Guarda Fiscal de Elvas contabilizavam, igualmente, as despesas das repartições fazendo parte destas o material, deslocações e reparações, como aconteceu no caso do restauro e abastecimentos dos aviões nacionalistas<sup>260</sup>. A permanência dos refugiados em Portugal fazia com que as despesas fossem directamente ou indirectamente maiores. Pode, portanto, afirmar-se que a presença dos cidadãos espanhóis em território português acrescentou uma despesa adicional para o governo, assim como se afigurou como uma possibilidade de instabilidade política devido à ideologia antagónica entre a União Nacional e os ideais republicanos.

---

<sup>259</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, nº8 e nº10.

<sup>260</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, nº8.



## **Campos de detenção: Elvas, Caxias e Barrancos**

O Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas foi importante pois foi o local onde a grande maioria dos refugiados espanhóis capturados ficaram até serem deportados, à semelhança do que aconteceu na Herdade da Coitadinha e das Russianas, em Barrancos, e do Forte de Caxias. Foi precisamente nesses locais que se aglomerava grande parte dos refugiados que foram detidos pelas autoridades portuguesas.

O número de refugiados republicanos situou-se por volta dos 1350 indivíduos, referentes ao Forte de Caxias, Forte da Graça em Elvas, e Campo da Coitadinha<sup>261</sup>. Parte dos nomes de refugiados registados pelos postos fronteiriços da Guarda Fiscal ou da Guarda Nacional Republicana, não constam na lista da PVDE assim como na contagem dos detidos no Forte da Graça em Elvas. O número de refugiados superou certamente os 2.000, podendo mesmo ter chegado aos 3.000<sup>262</sup>. Sabe-se, com efeito, que o navio “Niassa” transportou, em Outubro de 1936, cerca de 1.500 refugiados republicanos para Tarragona, entre os quais constaria parte dos detidos do Forte de Caxias, Forte da Graça, das delegações da PVDE e das unidades militares<sup>263</sup>. No navio estavam 20 oficiais, 29 sargentos e cabos e 20 mulheres e crianças<sup>264</sup>.

De um modo geral, os refugiados conheceram tratamentos diversos consoante se tratassem de civis ou militares. Entre os militares houve gradações respeitantes ao seu posto e categoria. São numerosas as notas e despachos que referem que nas unidades militares onde houvesse messes de oficiais e sargentos, os refugiados destas patentes deveriam ser alimentados por estas corporações. A 9 de Agosto de 1936, a maioria dos militares republicanos internados em Portugal começou a dar entrada no Reduto Norte do Forte de Caxias e no Forte da Graça, em Elvas, que era, exclusivamente, uma prisão militar.

No Forte da Graça em Elvas, avolumaram-se problemas, em comparação com o Forte de Caxias, muito decorrentes do contacto entre refugiados e militares portugueses. Devido a esta situação, o governador militar de Elvas viu-se na necessidade de alertar o comandante da região militar respectiva:

---

<sup>261</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 158.

<sup>262</sup> Idem, *Ibidem*, pp.158-159.

<sup>263</sup> Idem, *Ibidem*, p.159.

<sup>264</sup> Idem, *Ibidem*, p.159.

“... Pois tendo os emigrados espanhóis detidos no Forte da Graça que comer, lavarem-se e lavarem a roupa tornou-se absolutamente impossível manter aquele isolamento que eu determinei e está determinado... Assim, eu julgo prejudicial para a disciplina no forte a permanência dos emigrados espanhóis que, se prejudiciais são em qualquer parte, muito mais junto de elementos que constituem o depósito Disciplinar...”<sup>265</sup>.

Num depósito disciplinar com capacidade de cerca de 180 até 200 indivíduos, foram instalados, em Setembro de 1936, 136 refugiados juntamente com os 148 militares portugueses ali detidos. Este número de indivíduos tornava o Forte da Graça, no dizer do governador militar de Elvas, “superpovoado com elementos indesejáveis”<sup>266</sup>.

A Embaixada da República de Espanha em Lisboa prestou apoio aos refugiados detidos no Forte de Caxias até à sua saída para Tarragona e até ao corte de relações com a Espanha republicana<sup>267</sup>. Porém, os espanhóis detidos no Forte da Graça tiveram uma assistência menor mas, ainda assim, foi-lhes fornecida alimentação e mudas de roupa branca. Em Caxias, Elvas, S. Julião da Barra, albergues de mendicidade, prisões das delegações da PVDE e em unidades militares estiveram, seguramente, entre 2.000 a 3.000 refugiados, parte significativa dos quais militares, carabineiros ou guardas de assalto<sup>268</sup>. No entanto, a cooperação com falangistas e forças militares e militarizadas apoiantes da sublevação nacionalista constituiu a regra geral no comportamento global das autoridades portuguesas de fronteira.

---

<sup>265</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Notas de um comandante do Depósito Disciplinar de Elvas ao governador militar, em 24 de Setembro de 1936, e do governador militar ao Ministério da Guerra, a 25 de Setembro de 1936.

<sup>266</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Notas de um comandante do Depósito Disciplinar de Elvas ao governador militar, em 24 de Setembro de 1936, e do governador militar ao Ministério da Guerra, a 25 de Setembro de 1936.

<sup>267</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Notas do comandante do Depósito Disciplinar de Elvas ao governador militar em 24 de Setembro de 1936, e do governador militar para o Ministério da Guerra a 25 de Setembro de 1936.

<sup>268</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p. 164.

## Discrepância entre o caso de Elvas e de Barrancos

O caso de Elvas foi relevante no contexto da Guerra Civil devido ao elevado número de refugiados espanhóis que atravessaram a fronteira e que ali permaneceram de modo a fugir aos conflitos. Também Alentejo uma vila a sul de Elvas teve um papel muito significativo na guerra, sendo inclusivamente o território em Portugal que acolheu mais espanhóis. A vila que acolheu mais de um milhar de refugiados foi Barrancos e devido ao tenente António Augusto Seixas e à população residente evitou-se a morte de várias centenas de pessoas. A comparação entre Elvas e Barrancos torna-se assim fundamental neste contexto.

A vila de Barrancos tinha, segundo o censo de 1930, 3.210 habitantes<sup>269</sup>. No concelho de Elvas, segundo o mesmo censo, moravam 24.711 pessoas<sup>270</sup>. A diferença no número de habitantes é significativa e revelava uma clara diferença da dimensão dos dois concelhos. Em Barrancos, a maioria da população dedicava-se à criação de gado e à agricultura. O sistema de latifúndio conferia à posse de terra, uma pedra angular da estratificação social. As relações de produção construía o carácter das relações entre proprietários e trabalhadores, nas atitudes e crenças que traçavam as classes sociais<sup>271</sup>. As entidades do Estado Novo, nomeadamente as corporações, ajudavam a harmonizar e atenuar as relações de classe e o Estado Corporativo apoiava a ideia de que a harmonia podia ser atingida, ao mesmo tempo que se mantinham as separações sociais e a diferença entre os mais abastados e os mais desfavorecidos.

Além do número de população residente ser bem distinta entre os dois concelhos, outra diferença entre Elvas e Barrancos é a localização. A cidade de Elvas encontra-se na estrada que liga Lisboa a Madrid e por isso está numa posição central. A proximidade com Badajoz é outro aspecto importante. Em relação à zona de Barrancos, esta localiza-se numa área periférica, quando comparada com a localização de Elvas, estando afastada dos grandes centros populacionais.

Os primeiros refugiados que chegaram a Barrancos foram os indivíduos de Encinasola, num grupo composto por 400 pessoas, constituído principalmente por mulheres e crianças. Segundo o relato da população, foram acolhidos por várias famílias

---

<sup>269</sup> Direcção Geral de Estatística, *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, p.6.

<sup>270</sup> Idem, *Ibidem*, p.14.

<sup>271</sup> SIMÕES, Maria Dulce, *Os refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. A acção e o tempo de acontecimento*, Lisboa, 2007, p.1124.

de Barrancos, sendo que com estas tinham relações de amizade e de parentesco<sup>272</sup>. Houve solidariedade local dos habitantes desta localidade que se juntou à hospitalidade do administrador do concelho de Barrancos que garantiu, juntamente com governador civil de Beja, residência temporária para estas pessoas que vinham de Encinasola.

Os refugiados desta região espanhola eram um grupo caracterizado como pessoas de direita ou burgueses, muito diferenciado socialmente e constituído principalmente por famílias que recebavam os confrontos entre os carabineiros de Encinasola, que a partir da primeira hora aderiram ao golpe militar, e as milícias populares provenientes de Rio Tinto. Numa nota confidencial do comandante da Polícia de Segurança Pública de Beja sobre os carabineiros de Encinasola, pode ler-se:

“Parece que estes estão fiéis aos revoltosos do Exército, se bem que tivessem respondido a uma pergunta, que já não sabiam a quem obedecer.”<sup>273</sup>

À semelhança com o que se sucedia em Barrancos, a entrada na zona de Elvas e do Caia, tinha de ser feita de modo a evitar a vigilância que era feita na fronteira. Como tal, estes refugiados não tinham outra solução que não aproveitar a extensa área de fronteira luso-espanhola para fugir às perseguições que eram realizadas em território espanhol. Esta entrada de refugiados deu-se, na sua grande maioria, entre Julho e Dezembro de 1936. No entanto, existiram casos de entradas nos anos de 1937 e 1938, apesar de estas serem em número mais reduzido em comparação com o enorme fluxo de 1936.

O território de Barrancos, no tempo compreendido entre Agosto a finais de Outubro de 1936, viveu o seu dia-a-dia com as forças militares e paramilitares, com residência provisória no edifício da escola primária e em instalações alugadas, como por exemplo o piso superior de uma farmácia, que serviu de prisão política à PVDE<sup>274</sup>. Estes espaços foram partilhados pela população local e transformaram-se, temporariamente, em espaços de domínio do poder central em detrimento do poder local e do individual. Toda esta situação deu origem a um regime de excepção e obrigou a uma reordenação da vida social, não havendo nas memórias recolhidas em Barrancos nenhum conflito, devido à permanência do exército nesta vila. Os barranquinhos olharam para esta situação como

---

<sup>272</sup> Idem, *Ibidem*, p.1125.

<sup>273</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço. 481, Caixa. 34.

<sup>274</sup> SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos 1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p.217.

um factor de protecção perante a ameaça da guerra junto à fronteira, construindo novos laços de cumplicidade.

A cumplicidade das autoridades portuguesas com os franquistas não deixou, contudo, boas memórias devido à fome e violência utilizada em relação aos refugiados espanhóis:

“Os falangistas caçavam os fugitivos pelos cerros como se fossem coelhos. Quando os apanhavam prendiam-nos, levando-os para várias prisões, uma delas era na rua cónego Almeida.” (Marcelino Saramago, trabalhador rural, 69 anos).<sup>275</sup>

“Nessa altura trabalhava eu numa propriedade junto à mina de Aparis, onde todos os dias apareciam cinco ou seis espanhóis pedindo comida. Eu dava-lhes o que podia porque nesse tempo a comida era racionada.” (Manuel Rodrigues, trabalhador rural, 69 anos)<sup>276</sup>

“Um dia apareceu um homem fugido da guerra e os meus pais esconderam-no num monte de palha e ali permaneceu durante quarenta dias. Só de noite é que nós lhe levávamos comida.” (António Ramos Monteiro, trabalhador rural, 73 anos)<sup>277</sup>

De acordo com o relato do tenente António Augusto Seixas, datado de 22 de Setembro de 1936, passaram oficialmente para o território português 773 refugiados de procedência espanhola junto às Umbrias do Resvaloso, perseguidos por tropas que sobre eles disparavam. Na mesma nota, são apontados os locais de proveniência desses foragidos e por quem era constituído o grupo<sup>278</sup>. De Jerez de los Caballeros, passaram 10 mulheres e crianças e 330 homens, perfazendo um total de 340 refugiados. De Oliva de la Frontera, transpuseram-se 20 mulheres e crianças e 274 homens, fazendo um total de 294. De Villanueva del Fresno, passaram 19 mulheres e crianças e 49 homens num total de 68 pessoas. De Higuera la Real, estavam apenas 8 homens. De Colaraço, transpuseram-se 1 mulher e 1 criança e 10 homens, totalizando 12 pessoas. De Valencia del Mombuey, passaram 3 mulheres e crianças e 5 homens, num total de 8 pessoas. De Santos e

---

<sup>275</sup> Em 1994, foi realizado em Barrancos um curso sobre património cultural, com a coordenação do Dr. Fernando Rodrigues Ferreira, no qual se procedeu à recolha de testemunhos orais junto da população. Estes relatos estão presentes na seguinte obra: SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos 1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp.233-234.

<sup>276</sup> Idem, *Ibidem*, pp.233-235.

<sup>277</sup> Idem, *Ibidem*, pp.233-235.

<sup>278</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Confidencial n.º 210/7 do comandante geral da guarda fiscal, de 27 de Setembro de 1936.

Alconchel, havia 5 e 6 homens respectivamente. A juntar a estes dados passaram 32 militares carabineiros. O total de passagens era de 773 refugiados, 54 deles mulheres e crianças e 687 homens civis<sup>279</sup>.

Uma diferença significativa entre Barrancos e Elvas foi o facto de esta última cidade não ter uma figura central, ao contrário do que se sucedeu em Barrancos com a intervenção do Tenente Seixas. O guarda civil da vila barranquenha teve um papel preponderante ao ajudar centenas de refugiados, tentando sempre mantê-los em segurança. António Augusto Seixas conseguiu a autorização para que 614 refugiados permanecessem na Herdade da Coitadinha, escondendo cerca de 300 espanhóis que estavam presentes na Choça do Sardinheiro, de modo a evitar incursões das autoridades nestes locais<sup>280</sup>. Em Elvas, não há relatos de que alguém tenha assumido essa importância. Todavia, parte da população tentou, de alguma forma, apoiar e ajudar os espanhóis que tinham transposto a fronteira e permanecido neste território raiano. No caso de Barrancos também existem depoimentos que apontam a intervenção da população local na ajuda aos refugiados. Apesar de Elvas ser um concelho com mais população e estar centrado no eixo Lisboa-Madrid, o número de refugiados presentes em cada um dos territórios foi idêntico.

Nos testemunhos de pessoas que passaram por Barrancos destaca-se a dificuldade de viver em Espanha durante a guerra, mas também em outras zonas fronteiriças como é o caso de Elvas. Um dos relatos é o de Manuel Méndez García que nasceu no ano de 1916 na povoação Oliva de la Frontera. Os seus pais eram trabalhadores no campo. Ainda muito jovem, juntou-se à Confederação Nacional de Trabalhadores. Em 1936, fez parte do Comité de Defesa de Oliva, realizando algumas detenções de pessoas de direita que eventualmente se juntassem ao golpe militar franquista. A função do Comité fundamentou-se, do mesmo modo, em alimentar e dar alojamento a cerca de mil refugiados que provieram de Rio Tinto e da província de Huelva, fugidos do avanço do exército nacionalista. Na altura em que os tropas nacionalistas atacaram Oliva não houve resistência e Manuel foi um dos últimos a abandonar a povoação, como relembra:

“Recordo-me de fugirmos daqui, assim, com a roupa do corpo, com o meu irmão e outros companheiros, éramos uns quatrocentos ou

---

<sup>279</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8. Confidencial n.º 210/7 do C. G. G. F., de 27 de Setembro de 1936.

<sup>280</sup> SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos 1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p.214.

quinhentos que estávamos para ali. [...] Estavam atirando tiros e o tenente, da republicana, montou a cavalo dizendo para que não atirassem tiros para ali. E com esse tenente se foram, e pararam de atirar. [...] Essa força que estava ali portou-se bem connosco, mas houve outras que não se portaram bem. Em Barrancos salvaram muita gente, mas em outros sítios não salvaram.”<sup>281</sup> (Manuel Méndez García).

Outro dos testemunhos é de Manuela Martin que nasceu em Villanueva del Fresno, a 20 de Maio de 1918. O pai de Manuela tinha uma padaria, enquanto a sua mãe era costureira<sup>282</sup>, sendo igualmente uma activa defensora dos ideais republicanos. No mês de Agosto de 1936, as tropas nacionalistas ocuparam a sua aldeia e Manuela, juntamente com os seus parentes, nomeadamente os seus pais e irmãos, iniciaram o caminho pela sobrevivência que os levou até à fronteira de Barrancos. Quando chegaram à fronteira portuguesa, Manuela e os seus parentes mais próximos, depararam-se com militares armados, assim como dois homens montados a cavalo que de imediato foram ter com eles. A refugiada recorda-se, igualmente, de um oficial português com cerca de 30 anos de idade, que tinha consigo uma bandeira portuguesa, acompanhado por outro oficial. Este oficial disse-lhe que tinha a seu encargo 4 km da fronteira e podia alugar e ajudar quem entendesse porque nesta extensão de território não iriam matar ninguém, como relata a própria.

“As pessoas que quiserem passar para Portugal têm de passar esta tarde. Eu não sou fascista nem sou de esquerda, mas eu vejo que o que vem fazendo Franco é uma injustiça. Se vocês ficarem aí, amanhã, pela manhã, este pedaço de terra será um cemitério!” – Isto disse o português. [...] “E tenham em conta que eu não tenho direitos de recolher os refugiados” – porque o Salazar era outro Franco. - “Eu não tenho direitos, só em quatro quilómetros.”[...] Mandavam uns papéis, os fascistas, com nomes. Os que podiam regressar podiam ir, os que não podiam tinham uma cruz... Porque os fuzilavam quando passavam. Ouvíamos que os fuzilavam no campo de Espanha, quando se decidiam a ir.”<sup>283</sup> (Manuela Martin).

Manuela recorda ainda, do campo de Barrancos, as memórias do oficial que lhes serviu de interlocutor, nos seus desejos de atravessarem para o território republicano da

---

<sup>281</sup> Idem, *Ibidem*, p.217.

<sup>282</sup> SIMÕES, Maria Dulce, *Os refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. A acção e o tempo de acontecimento*, Lisboa, 2007, p.1124.

<sup>283</sup> SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos 1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp.218-219.

Catalunha, ou de França<sup>284</sup>. No ano de 1939, já no final de guerra, Manuela e a sua família rumaram da Catalunha destinados ao exílio forçado para França, dando o testemunho do percurso de muitos refugiados republicanos que a partir de então nunca mais regressaram a Espanha.

Em relação a Elvas, não se encontra, em nenhuma fonte ou obra impressa, nenhum relato de um refugiado espanhol que transpusesse a fronteira luso-espanhol e permanecesse nesta cidade alentejana. No arquivo municipal de Elvas não está presente nenhum testemunho de alguém que tivesse vivenciado de perto o êxodo de espanhóis para Portugal, dificultando a comparação do que era dito pelo Estado Novo com o que era dito pela população local.

---

<sup>284</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa. 38, nº8. Inquérito militar, p. 161. No relatório do tenente Seixas, relativo ao dia 3 de Outubro de 1936 pode-se ler o seguinte texto: “à Directoria da PVDE enviei uma relação, exposição, apresentada por fugitivos espanhóis, que se encontravam no Porto Redondo, Choça do Sardinheiro, em que pediam autorização para se dirigirem a vários portos estrangeiros correndo à sua custa todas as despesas.”.



## 2. Memória e mentalidades

### Quotidiano e mentalidades fronteiriças

O início da Guerra Civil espanhola fez com que o quotidiano das populações fronteiriças se alterasse. Existem inúmeros relatos de alteração de ordem pública durante este período, o que levou à mobilização e reforço das forças policiais nos locais fronteiriços, nomeadamente onde havia perturbações<sup>285</sup>. Como tal, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública e a PVDE tinham como missão manter intactos os ideais defendidos pelo Estado Novo através de todo o seu poder, visto que a Guerra Civil em Espanha poderia, de certo modo, por em causa a comodidade do regime. Além do aparato policial e militar, para o Estado Novo eram importantes as forças humanas. Nestas forças, a Legião Portuguesa tinha um papel importante, através da sua implantação nas diversas localidades junto à fronteira com Espanha.

As consequências da Guerra Civil foram sentidas de maneiras díspares. Verificaram-se manifestações a favor do regime republicano espanhol, auxílio aos refugiados que em Portugal procuravam assistência junto das populações fronteiriças, um aumento de forças policiais nas localidades raianas e a formação de um apertado serviço de vigilância sobre todos aqueles que apresentassem um comportamento passível de ser associado às forças governamentais espanholas<sup>286</sup>. Além disso, organizaram-se caravanas de apoio aos nacionalistas espanhóis, gerando actos de apoio público, do regime português à causa nacionalista espanhola.

É fundamental salientar a memória das populações fronteiriças, em relação a todas as atrocidades que assistiram., sendo obrigadas a compactuarem. Assim, sempre que havia incidentes de ordem pública, as autoridades policiais consideravam o facto como uma medição de forças entre os partidários da desordem, ou seja, os designados pelo Estado Novo de “comunistas” e “vermelhos” e os que se preocupavam pelo bom funcionamento do regime português<sup>287</sup>.

---

<sup>285</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.33.

<sup>286</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 91.

<sup>287</sup> Idem, *Ibidem*, p.92.

O Estado Novo foi duro com todos aqueles dos quais se suspeitasse terem simpatia pelos republicanos espanhóis ou tivessem alguma hostilidade face ao regime português. Esta hostilidade podia, de acordo com as autoridades, concretizar-se de diversos modos. O indivíduo não tinha obrigatoriamente de ser filiado no Partido Comunista Português ou criticar o Estado. Bastava, o facto de não colaborar com qualquer iniciativa desenvolvida pelas autoridades, principalmente com as acções com a Legião Portuguesa, para que a sua vida fosse investigada pela PVDE. Deste modo, os inquéritos foram desenvolvidos um pouco por todo o país, pelos Governos Cívicos, de forma a apurar as simpatias políticas de todos aqueles que não cooperavam com a administração pública do país.

A Legião Portuguesa organizou comícios anti-comunistas, principalmente nos anos de 1936 e 1937. Os comícios foram importantes enquanto momentos de doutrinação, propaganda e incentivo tanto à Legião como à União Nacional. O jornalista Leopoldo Nunes, nos comícios de Vendas-Novas e Montemor-o-Novo, relatou a difícil situação em Espanha, sublinhando “as monstruosidades cometidas pelos marxistas” e os “horríveis crimes” que tinha presenciado<sup>288</sup>. Um exemplo da importância que era dada a estes comícios foi o congresso realizado em Évora, onde houve uma completa mobilização das estruturas locais, tendo inclusive sido encerrados os cafés e tabernas entre as 14 horas e 17 horas<sup>289</sup>.

Durante a Guerra Civil de Espanha, existiram dificuldades por parte das autoridades policiais em controlar e dominar as crescentes referências ao marxismo espanhol nas povoações fronteiriças<sup>290</sup>. Como tal, as denúncias das estruturas locais da União Nacional desempenharam um importante papel de modo a controlar a desordem, forma como era visto o comunismo.

No distrito de Portalegre, vários acontecimentos demonstraram ao governador civil a existência de “uma efervescência política e social” bastante preocupante. Esta situação é comprovada pelo “uso ostensivo de um pequeno emblema (um escudo), por parte da maioria das pessoas ainda ligadas aos antigos partidos políticos batidos pela Revolução de 1926, onde avulta considerável número de funcionários públicos”<sup>291</sup>. No

---

<sup>288</sup> Jornal *Novidades*, 10 de Novembro de 1936.

<sup>289</sup> Jornal *Novidades*, 21 de Novembro de 1936.

<sup>290</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 94.

<sup>291</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M.492. Governo Civil de Portalegre, Relatório do mês de Julho de 1937 dirigido ao Ministro do Interior.

relatório mensal, este governador civil afirmou que era necessário cuidar-se da organização das forças de vigilância assim como da defesa activa da ordem social, nesta região fronteiriça onde os inimigos do Estado Novo procuravam criar instabilidade.

Salienta-se ainda no distrito Portalegre uma situação que ocorreu em Castelo de Vide e que fez com que o comandante da Polícia de Segurança Pública destacasse 30 guardas para resolver esta situação de desordem pública. O incidente ocorreu numa taberna, provocada por um indivíduo embriagado que posteriormente foi preso por um guarda. No entanto, a população local foi solidária com este indivíduo, que entretanto acabou por agredir o polícia. Apesar da agressão o que realmente preocupou as autoridades foram “gritos subversivos”, entre os quais “Abaixo a Polícia, a GNR, e a Guarda Fiscal” e ainda “isto agora é das esquerdas, vamos a eles”<sup>292</sup>. A Polícia de Segurança Pública pressupôs que a situação tenha sido provocada com o intuito de provocar um tumulto que ameaçasse a ordem pública, pelo que tomou providências, com o envio da referida força, de forma a deter os responsáveis.

Apesar de tudo isto, não se pode encontrar nestes incidentes mais do que uma perturbação esporádica e pontual da ordem pública<sup>293</sup>. Com efeito, seria abusivo concluir destes factos qualquer estratégia concertada de todos aqueles que não se reviam no regime de António de Oliveira Salazar. Estes acontecimentos simbolizam, no entanto, a preocupação das autoridades em resolver, com a maior rapidez possível, tudo quanto pudesse pôr em causa a estabilidade do regime português ou refletisse as consequências da revolução que decorria em Espanha. Aconteceram também incidentes pontuais em anos seguintes.

Outra situação foi a de D. Miguel Granado, antigo governador de Badajoz, que foi falado na imprensa portuguesa de uma forma cómica pelo facto de ter entrado em Elvas a pé<sup>294</sup>. O antigo governador afirmava nessa altura que não tinha saído mais cedo de Espanha porque estava a ser ameaçado de morte pelos seus subordinados<sup>295</sup>.

O policiamento rural foi inúmeras vezes criticado pelas autoridades locais, que o viam como insuficiente ou até mesmo inexistente em algumas áreas junto da fronteira

---

<sup>292</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M.488. Ofício do governador civil de Portalegre ao Ministério do Interior, 19 de Janeiro de 1937.

<sup>293</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 91.

<sup>294</sup> *Jornal Novidades*, 14 de Agosto de 1936.

<sup>295</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

com Espanha, onde entravam frequentemente espanhóis. Exemplo desta situação é a queixa que o Sindicato Agrícola de Beja fez em Dezembro de 1937 à Guarda Nacional Republicana, devido à falta de policiamento rural neste distrito, confirmando assim esta realidade<sup>296</sup>. O governador civil de Beja também criticou esta situação pois verificava-se uma intensificação do comunismo em algumas povoações do distrito de Beja.

---

<sup>296</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de correspondência, L. 72.

## Contrabando e delitos: Uma questão de sobrevivência

Os refugiados sobreviviam da caça e pesca, da ajuda esporádica das populações, de roubos pontuais e de contrabando amplamente divulgado pelas autoridades locais, entre os quais o governador civil de Évora<sup>297</sup>.

O fenómeno do contrabando ao longo da fronteira portuguesa, apesar de ser anterior à Guerra Civil, aumentou no decorrer desta, visto que em Espanha havia falta de produtos, principalmente alimentares. Esta situação aconteceu por toda a zona raiana, não sendo excepção Elvas e o Caia. A Guarda Fiscal teve dificuldades em conseguir travar esta saída frequente de produtos para o país vizinho. A situação era alvo de preocupação tanto para o governo português, como para o espanhol, levando a que fosse delineada uma estratégia de combate ao contrabando que ia sendo realizado.

As populações da zona raiana afectadas pela Guerra Civil de Espanha viviam em condições precárias, algumas delas na miséria, e ambos os grupos em confronto foram afectados pelo corte das vias de comunicação, roubos e devastação a que se assistiu um pouco por todo o território espanhol. Contudo, a raia não deixou de ser uma zona de mobilidade social e de contrabando devido às necessidades económicas do país<sup>298</sup>.

Em Novembro de 1936, o Ministério do Interior requereu ao governador civil de Portalegre que avisasse as autoridades fronteiriças de Campo Maior, Arroches Esperança, Elvas e Portalegre que as forças policiais espanholas iriam endurecer a vigilância na fronteira, de acordo com o cônsul português em Badajoz,<sup>299</sup>. Segundo o artigo publicado no jornal *Hoy*, a autoridade militar da cidade avisava que todos aqueles que cometessem actos ilegais de contrabando, fraude e exportação de capitais e que entretanto fossem vistos a passar a fronteira, seriam alvejados sem qualquer tipo de contemplação. O cônsul em Badajoz afirmou que eram várias as centenas de portugueses que naquela fronteira se dedicavam ao contrabando. Pretendia-se, assim, evitar casos de fuzilamentos de portugueses<sup>300</sup>.

---

<sup>297</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>298</sup> RINA SIMÓN, César Rina, *La demarcación de la frontera ibérica. Procesos de nacionalización y prácticas de frontera en la segunda mitad del siglo XIX*, [s.l.], [s.d.], p.11. Texto inédito.

<sup>299</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 99.

<sup>300</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de correspondência, L.102. Ofício do Ministério do Interior dirigido ao governador civil de Portalegre, 10 de Novembro de 1936.

Entre os anos de 1936 e 1938, as autoridades espanholas foram-se empenhando na detenção de contrabandistas e de fugitivos indesejáveis. A fronteira portuguesa significou uma esperança para todos aqueles que fugiam das perseguições nacionalistas. Em 1938, aumentou-se a vigilância e as autoridades portuguesas informaram que de noite não se fariam quaisquer avisos antes de se disparar contra aqueles que quisessem passar a fronteira<sup>301</sup>. Os infratores eram, muitas das vezes, de nacionalidade portuguesa e viam-se favorecidos pelo comércio realizado na raia, do conhecimento da Guarda Fiscal nacional<sup>302</sup>.

A intensificação da vigilância fez com que houvesse muitas vítimas entre os portugueses. No arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros encontram-se inúmeras referências a portugueses feridos por carabineiros espanhóis, aquando da tentativa de atravessar clandestinamente a fronteira. No dia 5 de Agosto de 1937, o Ministro dos Negócios Estrangeiros requereu ao cônsul português em Badajoz que se fizesse sentir o desagrado do governo perante a forma intensa e violenta com que eram tratados os portugueses, apanhados a desenvolver o contrabando.

Esta prática ilegal fez com que uma parte significativa da população, junto da fronteira, vivesse o seu quotidiano com receio uma vez que muitos indivíduos eram presos quando tentavam passar a nado ou a pé a fronteira com Portugal<sup>303</sup>. Muitas mulheres transpunham a fronteira vestidas com sacos de batatas, à procura de trigo, feijão, azeite, café e outros mantimentos, vindos sobretudo de Paimogo ou de Alcaria<sup>304</sup>. Havia muita precaridade nas regiões mais fustigadas pela guerra, onde os campos também tinham sido, naturalmente, destruídos.

Por outro lado, verificaram-se passagens de militares republicanos em território português, que estavam à procura de alimentos e de ajuda material das populações que viviam junto à raia. Uma destas situações ocorreu em Sobral da Adiça, a 28 de Agosto de 1937, quando um grupo de 30 espanhóis armados entrou na Herdade de Machado do Lobo

---

<sup>301</sup> Circular do Governo Civil de Évora para os Presidentes das Câmaras Municipais de Alandroal, Mourão e Reguengos, 20 de Outubro de 1938, Governo Civil de Évora, Correspondência Expedida no mês de Outubro de 1938, 2ª Secção, 114, °274.

<sup>302</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 100.

<sup>303</sup> Testemunhos orais de antigos contrabandistas afirmam ter visto numerosos homens e mulheres vindos de Espanha à procura de mantimentos, e café, tendo muitos deles sido interceptados pelas autoridades espanholas, desconhecendo-se o fim daqueles já que nunca mais foram vistos em território português.

<sup>304</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 103.

e avançou até à Herdade das Gralheiras. Levaram consigo um português que foi deixado em Vila Verde de Ficalho. Durante esta incursão, de acordo com a Guarda Fiscal de Safara, estes militares foram sempre acompanhados por dois portugueses, desconhecendo-se o seu paradeiro. A Guarda Fiscal encarou estes acontecimentos como um desafio à autoridade presente na fronteira, comunicando ao comando geral estes factos com urgência, já que podiam representar uma ameaça séria ao território português<sup>305</sup>.

Elvas foi, de igual forma, fustigada por esta situação tal como Barrancos, que devido à sua proximidade com Ensinasola, fazia com que muitos espanhóis, tanto homens como mulheres fizessem incursões a Portugal, principalmente a estas localidades fronteiriças. Contudo, Portugal e estas zonas não viviam com as melhores facilidades, obrigando o governo português a impor o racionamento, o que agravou ainda mais a situação.

---

<sup>305</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 68, nº8. Telegrama do comando geral da Guarda Fiscal dirigida ao Ministério da Guerra em 8 de Setembro de 1937.

## Donativos da população portuguesa aos franquistas

A representação da Junta de Defesa Nacional de Burgos, em Lisboa, coordenou toda a assistência e ajuda aos nacionalistas espanhóis<sup>306</sup>.

Portugal prestou todo o tipo de ajuda aos nacionalistas, destacando-se o apoio que as populações forneceram, sempre auxiliadas por organizações como a Legião Portuguesa ou o Rádio Clube Português ou mesmo a Comissão de Senhoras Portuguesas Pró-Feridos Nacionalistas<sup>307</sup>. A imprensa portuguesa apelava, inúmeras vezes a favor dos feridos nacionalistas, demonstrado um apoio inequívoco à causa nacional. Em Agosto de 1936, no jornal *Novidades*, surgiu a referência à contribuição da população de Montemor-o-Novo na compra de medicamentos, tendo-se conseguido 1.600\$00, fruto da boa vontade da população<sup>308</sup>.

Formaram-se subscrições públicas de apoio às forças franquistas e aos feridos. Os estudantes de Portugal criaram um comboio de ajuda para os estudantes nacionalistas de Espanha, com os donativos recebidos em Lisboa na Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho<sup>309</sup>. O gerente da agência do Banco de Portugal em Beja abriu uma subscrição a “favor dos feridos das tropas revoltosas do exército espanhol”, tendo reunido onze mil escudos<sup>310</sup>.

A partir de Novembro de 1936, o Rádio Clube Português organizou uma caravana de ajuda aos nacionalistas espanhóis<sup>311</sup>. Esta caravana incentivou todo o Alentejo, absorvendo-se os donativos da região no chamado Comboio do Sul que seguiria pelo Caia. Neste comboio houve o contributo das populações de Elvas, Estremoz e Évora, e também as contribuições pontuais de alguns particulares que no dia 9 de Dezembro se deslocaram até ao Caia, onde se realizou a concentração geral<sup>312</sup>. O comandante do Comboio do Sul era o capitão Ruy Pereira da Cunha. De acordo com o jornal *Novidades*, a organização da caravana era admirável em tudo, visto que havia “um serviço completo

---

<sup>306</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.148

<sup>307</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 104.

<sup>308</sup> Jornal *Novidades*, 29 de Agosto de 1936, p. 3. “Montemor-o-Novo, a favor dos Nacionalistas espanhóis”.

<sup>309</sup> Jornal *Novidades*, 24 de Dezembro de 1936, p. 6.

<sup>310</sup> Jornal *Diário do Alentejo*, 28 de Agosto de 1936, p.4.

<sup>311</sup> OLIVEIRA, César, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p.51.

<sup>312</sup> Jornal *Notícias d'Évora*, 10 de Dezembro de 1936, p.1. O Jornal “*Notícias d'Évora*” refere que na madrugada de dia 9, saiu um comboio automobilístico levando víveres e vestuário para os feridos nacionalistas espanhóis.



de abastecimento de víveres, como são completos também os serviços de saúde, cozinha de campanha, serviços de ligação estabelecidos por carros de apoio, motos e aviões”<sup>313</sup>.

O apoio também foi prestado por duas colunas constituídas por 4.000 camiões que levavam “1.500 toneladas de carga, 3 milhões de cigarros, 100 litros de aguardente, 30.000 Kg de arroz, 5.000 garrafas de vinho do Porto, 15.000 camisas e camisolas. Ao todo 3.000 contos.”<sup>314</sup>.

Em Elvas, o jornal local assumiu-se como a sede regional deste projecto, recebendo os donativos nas suas instalações. Divulgou, igualmente, esta iniciativa ao publicar um artigo com o título “Socorramos os feridos nacionalistas de Espanha”<sup>315</sup>. Solicitou-se a mobilização de todas as pessoas, pois estava em causa o auxílio aos soldados que, na perspectiva de António de Oliveira Salazar, estavam a lutar e a fazer sacrifícios para que a facção nacionalista saísse vitoriosa do conflito.

A Representação da Junta de Burgos formou um serviço de motoristas, para efectuar o transporte de produtos portugueses. Esta entidade passou cerca de 9368 salvo-condutos entre Agosto de 1936 e Agosto de 1937, permitindo desta forma que, servindo o interesse dos nacionalistas, mais de 9000 indivíduos apoiassem estas iniciativas<sup>316</sup>.

---

<sup>313</sup> Jornal *Novidades*, 9 de Dezembro de 1936, p. 1.

<sup>314</sup> Jornal *Novidades*, 9 de Dezembro de 1936, p. 1.

<sup>315</sup> *Jornal de Elvas*, 22 de Novembro de 1936, “Socorramos os feridos nacionalistas de Espanha” p. 1.

<sup>316</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.148.

## CONCLUSÃO

A década de 1930 tornou-se um período fundamental para a consolidação do Estado Novo e, como tal, a Guerra Civil Espanhola foi um marco muito importante. A nível militar, houve muitas mudanças, desde logo com António de Oliveira Salazar a assumir a pasta de Ministro da Guerra em 1936, ficando por isso as forças armadas submetidas ao poder político. Em relação à fronteira e defesa do território, foi adoptado um conjunto de medidas que visava a protecção do regime português, tendo diminuído ao mínimo as consequências da Guerra Civil em Espanha.

Um dos objectivos principais do governo português era que não existisse a propagação dos ideais contrários ao Estado Novo, como as ideias comunistas e socialistas. Devido aos esforços e ordens das autoridades policiais, esse objectivo foi cumprido visto que, apesar de algum foco de instabilidade ter existido, a manutenção do regime nunca foi posta em causa. A outra intenção do chefe do governo era que os nacionalistas triunfassem na Guerra Civil de Espanha, devido ao facto de as características políticas de Franco se assemelharem às práticas em Portugal.

Devido à gravidade dos conflitos, a fronteira com Espanha requereu uma vigilância atenta e interventiva. A entrada de refugiados, no primeiro mês de guerra, fez antever uma missão complexa para as forças policiais e de segurança. Até Julho de 1936, a entrada em Portugal era feita, na sua maioria, por nacionalistas espanhóis devido à vitória da Frente Popular nas eleições de Fevereiro do mesmo ano, levando muita população a abandonar o seu país.

Os nacionalistas espanhóis não tiveram dificuldade em permanecer em território português, não tendo sido realizada qualquer tipo de perseguição por parte das autoridades nacionais. Todavia, a partir Julho de 1936, houve uma clara transformação. Em virtude das dificuldades face ao poderio e violência dos nacionalistas, muitos dos apoiantes do governo espanhol não tiveram outra solução que não procurar refúgio em Portugal<sup>317</sup>. Contudo, a tolerância com estes indivíduos era nula por parte das autoridades portuguesas que, fruto das ordens de Salazar, fizeram com que a entrada destes refugiados espanhóis em Portugal fosse passível de detenção, de modo a que não se viesse a instalar

---

<sup>317</sup> CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Texto Policopiado, Dissertação Mestrado, 1997, p. 107.

instabilidade em Portugal. Em Julho, as autoridades ainda se comprometiam a internar os refugiados espanhóis porém, em Outubro, o governo português rejeitou a entrada de espanhóis que escapavam à Guerra Civil, sendo até vistos como criminosos políticos<sup>318</sup>.

As fontes, neste trabalho de investigação, foram muito importantes para a compreensão dos acontecimentos. A documentação presente no Arquivo Histórico-Militar é extensa e variada, o que permite identificar o número aproximado de refugiados presentes em Elvas. Neste arquivo encontram-se informações pertinentes que ajudam a responder às questões que serviram de orientação à investigação. Ao identificar o número de refugiados em Elvas assim como os locais de internamento destes espanhóis, a compreensão destes acontecimentos torna-se mais simples. Os principais investigadores das temáticas abordadas nesta dissertação são César Oliveira, Iva Delgado, Maria Dulce Simões, Maria Fernanda Sande Candeias e António Pedro Vicente. As suas obras, fruto das longas investigações, assumem um carácter relevante na historiografia portuguesa.

Os relatórios da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado que se situam entre os anos de 1932 e 1938 mostram múltiplos movimentos de estrangeiros, nos anos indicados, aumentando em 1936 e 1938. Esta contabilização tem em conta os movimentos terrestres, marítimos e aéreos. Em Elvas destaca-se a passagem de espanhóis na estação da localidade e na fronteira de Elvas-Caia. Estes dois pontos de controlo permanente contabilizavam diariamente todas as movimentações. Por estas duas zonas passaram para Portugal 6.756 indivíduos estrangeiros<sup>319</sup>, em 1936, sendo a maior parte espanhóis. Na totalidade dos anos de estudo da investigação passaram 12.101 pessoas pela fronteira.

O número total de espanhóis expulsos pela PVDE, entre 1936 e 1938, foi 581. Estes espanhóis entraram em Portugal clandestinamente, uma vez que não foram detetados nas zonas fronteiriças. Os emigrados eram capturados quando faziam trocas de correspondência com outros espanhóis e quando existiam denúncias que relatavam a presença destes ilegais, sendo depois expulsos do país. A expulsão só acontecia quando não tinham o documento comprovativo de estarem legais em Portugal<sup>320</sup>, o que revelava

---

<sup>318</sup> Idem, *Ibidem*, p.108.

<sup>319</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.45-49.

<sup>320</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 486. Esta questão é referida num ofício da PVDE dirigida ao Ministério do Interior em 4 de Outubro de 1937, na qual se recomendava que esta informação fosse transmitida em circular aos governadores civis e Administradores de Concelho.

que tinham ultrapassado a fronteira sem que as autoridades portuguesas os tivessem visto. Os refugiados que chegavam à fronteira tinham a possibilidade de escolher entre serem detidos ou voltarem a Espanha, não sendo considerado como expulsão os que voltassem ao seu país. O exemplo disso foram os 1.500 refugiados transportados para Tarragona pelo “Niassa” em Outubro de 1936, que não foram contabilizados como expulsos. Este foi o motivo do número de expulsões serem uma minoria, tendo em consideração os milhares de refugiados espanhóis que chegaram a Portugal entre 1936 e 1938. Desta forma, pode considerar-se que a política de acolhimento por parte do Estado Novo aos refugiados espanhóis era planeada através do alojamento obrigatório dos exilados em locais de internamento, quando estes não regressavam a Espanha. A circulação livre, destes espanhóis, em Portugal era proibida, principalmente pelo receio da propagação de ideais contrários ao do Estado Novo.

A fronteira da região do Alentejo foi objecto de preocupações das autoridades portuguesas. Tendo em conta que o tempo de entrada em Portugal se situa entre os anos de 1936 e 1938, é difícil afirmar, com certeza, o número exacto de refugiados espanhóis que entraram em Elvas. No entanto, a grande parte da passagem de espanhóis neste território terá ocorrido entre os meses de Agosto e Dezembro de 1936. Através das informações relatadas pela Guarda Fiscal de Elvas para o Ministério do Interior e pelos relatórios da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado entre 1932 e 1938, é possível fazer uma contabilidade aproximada de quantos refugiados espanhóis terão estado em Portugal durante o período da Guerra Civil de Espanha.

Elvas foi um território por onde muitos refugiados entraram, principalmente os que viviam na zona de Cáceres e de Badajoz, sendo a situação esclarecida pelos números referidos nos relatórios da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado<sup>321</sup>. Em 1936, o número de refugiados em Elvas foi de cerca de 1.017<sup>322</sup>, instalados na praça de touros, 806 espanhóis, e no Forte da Graça, 211 espanhóis. Nos anos 1937 e 1938, a entrada de espanhóis neste território foi substancialmente menor, ainda que seja complicado contabilizar um número exacto.

Em relação à pergunta central da investigação - Qual a distância entre o discurso do Estado Novo acerca da política de fronteira e o que se efectivamente passava nas zonas

---

<sup>321</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938). Ver anexos 1 a 7 nas páginas seguintes, pp.130-136.

<sup>322</sup> Ver anexo nº7, sobre os refugiados em Elvas, presente na página 136.

fronteiriças? - através da análise da documentação presente nos vários arquivos, em particular no Histórico-Militar, pode afirmar-se que as ordens estabelecidas por António de Oliveira Salazar prevaleciam sobre qualquer situação relacionada com a entrada de espanhóis em Portugal. As autoridades presentes na fronteira, em particular a Guarda Fiscal e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, cumpriram, na íntegra, as ordens de detenção em caso da vinda de espanhóis que pertencessem às forças governamentais, sendo exemplo tanto os relatórios da PVDE<sup>323</sup>, que identificavam o movimento de espanhóis na fronteira, como os relatórios da Guarda Fiscal<sup>324</sup> que contabilizavam as detenções de indivíduos e o material de guerra que estes traziam consigo. Os espanhóis quando chegavam à fronteira eram presos pelas forças policiais presentes nesse território e levados para locais onde já se encontravam outros refugiados, sendo divididos em refugiados militares e refugiados civis. Os primeiros ficavam a cargo das autoridades militares e os segundos sob domínio da PVDE<sup>325</sup>.

O tratamento aos emigrados era dado consoante fossem considerados refugiados civis ou refugiados militares, sendo estes pertencentes às forças republicanas. Em Agosto de 1936, os emigrados políticos que estavam em S. Julião da Barra, em Lisboa, tinham acesso a uma boa alimentação assim como a possibilidade de comunicar com o exterior, nomeadamente telefonar, escrever e receber visitas<sup>326</sup>. Todavia, essa situação foi alterada no mês seguinte<sup>327</sup>. Outros exemplos de locais de detenção foram o Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, o Forte Caxias e a Herdade da Coitadinha, em Barrancos. Porém, há relatos, no Arquivo Histórico-Militar, de que os espanhóis tinham a possibilidade de voltar a Espanha em vez de serem detidos. Um dos exemplos que mostra o regresso destes refugiados é o transporte, para Tarragona, de 1500 espanhóis que estavam detidos em Portugal, através do navio “Niassa”. Estes refugiados foram, deste modo, entregues às autoridades nacionalistas.

Contudo, apesar das rigorosas medidas tomadas pelo governo português houve quem ajudasse os refugiados espanhóis. Neste caso destaca-se o tenente António Augusto Seixas que ocultou a presença de três centenas de refugiados na Choça do Sardinheiro,

---

<sup>323</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938).

<sup>324</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

<sup>325</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.162.

<sup>326</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Despacho do general Domingos de Oliveira, no dia 1 de Agosto de 1936.

<sup>327</sup> OLIVEIRA, César, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987, p.163.

em Barrancos. Uma pequena parte da população de Elvas também auxiliou os refugiados espanhóis, embora houvesse receio de possíveis represálias. Segundo César Oliveira, existiram muitos refugiados republicanos que permaneceram em Portugal, protegidos e escondidos por portugueses e residentes espanhóis ou instalados em serranias do Norte, com o apoio e auxílio da população<sup>328</sup>. Estes exemplos mostram que, apesar da forte vigilância das autoridades portuguesas, havia casos que não eram do conhecimento das entidades policiais e do governo de Salazar.

No que respeita à questão - quais foram os cuidados e o tratamento com estes refugiados? - pode afirmar-se que foram insuficientes. O Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas, acolheu inúmeros refugiados, estando sobrelotado. A comida e a roupa não eram abundantes nem as melhores, eram condições mínimas. Em Barrancos, as Herdades da Coitadinha e das Russianas acolheram centenas de refugiados e o tratamento desses refugiados espanhóis terá sido pior do que em Elvas, em virtude do maior número de espanhóis em Barrancos. Internar estes indivíduos nestes polos justificava-se pelo facto de as autoridades não quererem que entrassem em contacto com as populações locais, não divulgando os seus ideais republicanos. O internamento de espanhóis, tanto em Elvas como Barrancos, excedeu em muito o previsto pelo governo e autoridades nacionais, o que levou à falta de condições das estruturas e à consequente precariedade entre os refugiados.

A questão - como a população de Elvas recebeu os refugiados espanhóis? – tem duas respostas. Alguma população local não deixou de ajudar pessoas e famílias que vinham de Espanha para se refugiar em Portugal clandestinamente. Outra parte da população, por medo de represálias por parte do Estado ou até receio dos refugiados espanhóis, que ao pertencerem às forças militares governamentais podiam possuir armas, tentavam ficar distantes dos perigos relacionados com presença de espanhóis.

Na premissa introdutória - quais as ordens dadas por Salazar às autoridades portuguesas? – constata-se que a vigilância na fronteira baseou-se, principalmente, no auxílio entre as diferentes forças presentes no território. A colaboração entre as autoridades policiais foi uma das principais indicações dadas por António de Oliveira Salazar. Outra das ordens do governo prendeu-se pelo rigoroso controlo fronteiriço<sup>329</sup>. A

---

<sup>328</sup> Idem, *Ibidem*, p.167.

<sup>329</sup> ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão, (dir.), *Dicionário de história do Estado Novo: 1926-1974*, Volume II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, p.824.

Guarda Fiscal, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, foram as principais forças de actuação e informação nos conflitos. Contudo, estas forças foram insuficientes durante o período da Guerra Civil de Espanha. As próprias autoridades locais relatavam a falta de policiamento nas zonas rurais. A PVDE também sublinhou a falta de meios humanos e monetários<sup>330</sup>. A falta de forças policiais não impediu, todavia, ter havido uma forte fiscalização nas zonas fronteiriças, de modo a que os refugiados republicanos não se infiltrassem em território nacional.

Apesar de toda a forte vigilância levada a cabo pelas autoridades portuguesas, havia exceções. O caso mais relevante é o do tenente António Augusto Seixas, em Barrancos, que apesar da sua posição profissional não deixou de tentar ajudar os indivíduos espanhóis conseguindo a autorização para manter mais de 600 refugiados na Herdade da Coitadinha, ocultando ainda cerca de 300 refugiados presentes na Choça do Sardinheiro e evitando a incursões das autoridades nestes locais<sup>331</sup>. A acção deste tenente foi relevante, uma vez que mesmo sabendo das possíveis consequências negativas, não deixou de auxiliar os espanhóis que necessitavam de refúgio. Todavia, a sua intervenção levou a que fosse posteriormente castigado por 60 dias no Forte de Elvas por ter ocultado a presença de refugiados na Choça do Sardinheiro<sup>332</sup>. No caso de Elvas, não houve uma autoridade ou indivíduo que se tenha destacado no auxílio aos refugiados espanhóis.

Uma das diferenças entre Elvas e Barrancos é a localização. Elvas é uma localidade que se encontra no eixo Lisboa-Madrid, relativamente perto de Badajoz, e por isso encontra-se numa posição central. A zona de Barrancos localiza-se numa área periférica, quando comparada com a localização de Elvas, estando afastada dos grandes centros populacionais. Outras das diferenças entre os dois concelhos era a população residente. Segundo o censo de 1930, residiam em Barrancos 3.210 pessoas, enquanto que em Elvas moravam 24.711<sup>333</sup>. Os números apresentados revelam uma clara diferença da dimensão dos dois concelhos. Devido à sua maior dimensão, Elvas possuía um maior número de habitantes face a Barrancos, o que se traduziu em mais forças policiais no território. No entanto, por ter um maior número de habitantes e mais terreno para vigiar

---

<sup>330</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.178.

<sup>331</sup> SIMÕES, Maria Dulce, *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos 1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p.124.

<sup>332</sup> Idem, *Ibidem*, p.125.

<sup>333</sup> Direcção Geral de Estatística, *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, pp.6-14.

tornou-se mais complicado a fiscalização em Elvas. Apesar das especificidades dos dois territórios, o número de refugiados presentes em cada um deles foi idêntico.

Na recepção e no tratamento de refugiados também existiram diferenças entre Elvas e Barrancos. Nesta última zona existiu um campo de refugiados sem o conhecimento do governo, devido à ocultação do tenente Seixas. Este acto permitiu a protecção de cerca de três centenas de espanhóis. No que diz respeito aos cuidados aos refugiados, os que se encontravam em Elvas, apesar da sobrelotação do forte da Graça, tinham alguns cuidados básicos. Em Barrancos as condições eram muito precárias e piores quando comparadas com as recebidas em Elvas.

O tema contrabando é estudado ao longo dos anos por inúmeros investigadores portugueses e espanhóis. Apesar desta actividade ilícita ter sempre existido, esta aumentou significativamente durante os anos da Guerra Civil de Espanha. A falta de produtos alimentares foi a razão primordial pela qual inúmeras pessoas se dedicaram a este negócio clandestino, apesar de haver outras necessidades tal como roupa ou outros bens.

Os refugiados espanhóis em Elvas mereceram as maiores atenções por parte do Estado Novo que fiscalizou toda esta região ao longo dos anos da Guerra Civil de Espanha. Apesar da forte vigilância das autoridades portuguesas e das rigorosas ordens do governo chefiado por António Oliveira Salazar, não deixou de haver casos de apoio aos espanhóis que atravessavam a fronteira, indiciando que nem todas as diretrizes do governo foram cumpridas pela comunidade fronteiriça.

Pode, portanto, afirmar-se que a Guerra Civil de Espanha é um marco para todas as populações raianas. Este período de afirmação do Estado Novo levou a que a fronteira portuguesa tenha sido vista como uma fortaleza que procurava ser inultrapassável. A população de Elvas teve por isso profundas dificuldades e receios, por toda a complexidade da guerra em Espanha.



## Anexo 1

### Movimento de estrangeiros nas fronteiras (movimento em todo o país)<sup>334</sup>

	1936	1937	1938
Fronteira Terrestre	70.254	32.457	21.190
Fronteira Marítima	31.402	35.521	30.946
Fronteira Aérea	1.012	1.774	2.923
Total	102.668	69.752	55.059

---

<sup>334</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.120.

## Anexo 2

### Entrada e saída de estrangeiros de Portugal (soma da fronteira terrestre, marítima e aérea)<sup>335</sup>

	1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Estrangeiros em Portugal	51.126	51.542	33.166	36.556	27.200	27.859

---

<sup>335</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.119.

### Anexo 3

#### Movimento de espanhóis nas fronteiras<sup>336</sup>

	1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Fronteira Terrestre	27.433	27.909	13.447	11.404	7.256	6.420
Fronteira Marítima	2.737	2.189	2.486	6.295	2.507	4.141
Fronteira Aérea	186	179	227	213	454	318
Total	30.356	30.277	16.160	17.912	10.217	10.879

<sup>336</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.131-135.

## Anexo 4

### Espanhóis expulsos pela PVDE<sup>337</sup>

	1936	1937	1938	Total
Espanhóis expulsos pela PVDE	129	246	206	581

---

<sup>337</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), p.23.

## Anexo 5

### Movimento da Fronteira Terrestre em toda a zona de Elvas (Elvas-Estação e Elvas-Caia)<sup>338</sup>

	1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Elvas (Estação- C. de ferro)	2.204	2.264	411	634	333	397
Elvas- Caia	4.552	5.169	3.239	3.714	1.362	1.497
Total	6.756	7.433	3.650	4.348	1.695	1.894

<sup>338</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.45-49.

## Anexo 6

### Movimento de automóveis em Elvas-Caia<sup>339</sup>

	1936		1937		1938	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Movimento automóveis Elvas-Caia	1.894	1.862	1.093	1.203	529	595

### Movimento de automóveis em Elvas-Caia: Matrículas nacionais e estrangeiras<sup>340</sup>

	1936		1937		1938	
	Matrículas nacionais	Matrículas estrangeiras	Matrículas nacionais	Matrículas estrangeiras	Matrículas nacionais	Matrículas estrangeiras
Fluxo Elvas-Caia	1.070	2.686	1.204	1.092	684	440

<sup>339</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.65-67.

<sup>340</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo. Ministério do Interior. Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938), pp.65-67.

## Anexo 7

### Refugiados espanhóis em Elvas em 1936

	1936			
Locais de internamento	Número de entradas			
Praça de Touros <sup>341</sup>	806	(800 soldados republicanos)	(2 majores)	(4 capitães)
Forte de Nossa Senhora da Graça	211	(75 republicanos) <sup>342</sup>	(136 refugiados) <sup>343</sup>	
Total	1.017			

<sup>341</sup> Jornal *Novidades*, 16 de Agosto de 1936.

<sup>342</sup> Jornal *Novidades*, 16 de Agosto de 1936.

<sup>343</sup> Arquivo Histórico-Militar, 1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10. Governo Militar de Elvas ao Chefe do Estado Maior da 4ª região militar em Évora, 28 de Setembro de 1936.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes

#### 1.1 Manuscritas

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE),

Carta do embaixador português em Amesterdão para o ministro do MNE, José Caeiro da Mata, de 12-5-1933, 2.º P, A. 43, M. 38 B, pasta “Passaporte de indivíduos sem nacionalidade”.

Circular do Governo Civil de Évora dirigida às Câmaras Municipais do distrito a 3 de Janeiro de 1938.

Informação de F. Calheiro de Meneses, MNE, de 28-08-1937, 2º P, A. 43, M. 38 B, Pasta “Instruções sobre passaportes”.

Ofício do Ministério do Interior para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 05-1-1935, 2.º P, A. 43, M. 38 B, pasta “Passaporte de indivíduos sem nacionalidade”.

Ofício do Ministério Negócios Estrangeiros para Carlos de Barros, côsul-adjunto de Portugal em Hamburgo, datado de 14-12-1931, 2.º P, A. 43, M. 38 B, pasta “Passaportes de indivíduos sem nacionalidade”.

Arquivo Histórico-Militar (AHM),

1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº8.

1ª Divisão, 38ª Secção, Caixa 38, nº10.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT),

AOS/CO/NE-2B, P.12.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de correspondência, L. 72.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registo de correspondência, L.102.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Registos de correspondência, L. 104.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço. 481, Caixa. 34.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 486.



Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M.488.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M.492.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, M. 496.

Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Secretaria-geral, Maço. 469, Pt. 1/3.

Ministério do Interior, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado Novo, Relatório (1932-1938).

## **1.2 Impressas**

### **1.2.1 Jornais**

*Diário do Alentejo*, Beja (1936)

*Jornal Defesa*, Évora (1936)

*Jornal de Elvas*, Elvas (1936-1939)

*Notícias d'Évora*, Évora (1936)

*Novidades*, Lisboa (1936-1938)

### **1.2.2 Censo**

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo da população de Portugal. Dezembro de 1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933, pp.6-14.

### **1.2.3 Legislação**

Decreto-lei n.º 2.313, de 4.04.1916, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1916, 1º. Semestre, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 206-207.

Decreto-Lei n.º 4.146 e 4.147 de 24.04.1918, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1918, 1º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 336-337.

Decreto-Lei n.º 20.125, de 28.07.1931, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1927, 2º semestre, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 337-338.

### 1.2.3 Dicionários

BASTOS, J. T. da Silva, *O Dicionário Etymológico, Prosódico e Orthográphico da Lingua Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Editora, 1928, p.529 e p.1169.

### 1.2.3 Obras

ALBORNOZ, Nicolás Sánchez, *Cárceles y exilios*, Barcelona, Anagrama, 2012.

COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar. Vol. I (1931-1939)*, Mem Martins, GráficaEuropam, 1987.

NEVES, Mário, *A Chacina de Badajoz. Relato de uma testemunha de um dos episódios mais trágicos da Guerra Civil de Espanha*, 1ª edição, Lisboa, Edições «O Jornal», 1985.

SALAZAR, António Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, volume II, Coimbra editora, 2ª edição, 1946.

## 2. Bibliografia

### 2.1 Obras de referência

#### Dicionários e Enciclopédias

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volumes XX, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, [s.d.], p.732.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volumes XXIV, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, 1978, p.754.

ROSAS, Fernando, BRITO, J. M. Brandão, (dir.) *Dicionário de história do Estado Novo: 1926-1974*, Volume I, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp.323-325.

Id., *Dicionário de história do Estado Novo: 1926-1974*, Volume II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp.823-824.

## **2.2 Obras de estudo geral**

### **História de Portugal**

MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal. Desde os tempos mais antigos á presidência do Sr. Ramalho Eanes*, volume III, 2ª edição, Lisboa, Palas Editores, 1981, pp.363-389.

MATTOSO, José, *História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*, volume VII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp.243-300.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, *Nova História de Portugal*, volume XII, 1ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp.21-41.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal. Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, volume XIII, 2ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 2000, pp.399-425.

Id., *História de Portugal. Da 1ª Legislatura à visita Presidencial aos Açores (1935-1941)*, volume XIV, 1ª edição, Lisboa, Editorial Verbo, 2000, pp.13-196.

### **História de Espanha**

VILAR, Pierre, *História de Espanha*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizontes, 1992, pp.93-136.

## **3. Estudos**

### **3.1 Estado Novo**

CHALANTE, Susana, “O discurso do Estado Salazarista perante o “indesejável” (1933-1939)”, in *Análise Social*, volume XLVI, [s.l.], 2011.

Id., *Estado, Estrangeiros e Fronteiras nos Inícios do Estado Novo (1927-1939)*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, 2008.

CRUZ, Manuel Braga da Cruz, *Pedro Teutónio Pereira, Embaixador Português em Espanha durante as Guerras, Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

HENRIQUES, Raquel Pereira, *Viver e resistir no tempo de Salazar. Histórias de vida contadas na 1ª pessoa*, Lisboa, Edição de Livros, 2014.

MADROÑERO, Manuel Burgos, *Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura*, Estudios Regionales nº 15 e 16, 1986.

NEVES, José Manuel Viegas, *O corpo do estado-maior nos anos 30*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, [s.l.], [s.d.].

NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo [1933-1974]*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2000.

OLIVEIRA, César, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.

Id., *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1987.

Id., “Oliveira Salazar e a Política Externa Portuguesa: 1932/1968”, in *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

Id., “A sobrevivência das Ditaduras e a neutralidade Peninsular na Segunda Guerra Mundial”, in *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, volume I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1986.

OLIVEIRA, Pedro Aires, “O Corpo Diplomático e o Regime Autoritário (1926-1974)”, in *Análise Social*, 178, 2006.

PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, 2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1995.

PAULO, Heloísa, *Memória das Oposições (1927-1969)*, 1ª ed., Coimbra, Minerva, 2010.

RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira, *A Polícia Política No Estado Novo (1926-1945). Génese, funções e actuações da P.V.D.E.*, Tese de Mestrado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992.

RODRIGUEZ, Alberto Pena, *El Estado Novo de Oliveira Salazar y la Guerra Civil española: información, prensa y propaganda (1936-1939)*, Lisboa, Tese Doutoramento, 1997.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo: 1928-1938*. Lisboa: Estampa, 1986.

Id., *O Estado Novo nos Anos 30: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986.

SÀNCHEZ, M. J. Torquemada, *La Inmigración en E España durante las Primeras Etapas del Franquismo*, Madrid, Editorial Dykinson, 2009.

SEREM, Ruben, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939): Uma introdução*, [s.l.], 2014.

### **3.2 Guerra Civil Espanhola**

BEEVOR, Antony, *A Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1982.

BEIGUELMAN-MESSINA, Giselle, *A Guerra Civil Espanhola – 1936/1939*, São Paulo, Scipione, 1994.

BROME, Vincent, *Brigadas Internacionais. Espanha 1936-1939*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1965.

CASALÁ, José Luis Gutiérrez, *La Guerra civil en la provincia de Badajoz. Represión Republicano-Franquista*, Badajoz, Universitas editorial, 2003.

DELGADO, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1979.

FRESCO, Manuel Gozález, *Memoria dum fuxido: 1936-1939*, 2ª edição, Vigo, Xerais, 1981.

GUILHERME, Henrique Guilherme, *A Influência da Política Internacional na Guerra Civil Espanhola: Uma análise da presença nazi-fascista e soviética (1936-1939)*, Santo André, Centro Universitário Fundação Santo André, 2011.

JACKSON, Gabriel, *A República Espanhola e a Guerra Civil (1931-1939)*, volume I, Publicações Europa-América, 1965.

LOFF, Manuel, *A Memória da Guerra de Espanha em Portugal através da Historiografia Portuguesa*, Ler História, 2006.

MADROÑERO, Manuel Burgos, “A Fiscalização da Fronteiras Portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha”, *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, volume I, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1986.

NIN, Andrés, *Guerra Civil de Espanha*, Porto, Textos Marginais, 1972.

ORWELL, George, *Homenagem à Catalunha*, [s.l.], Antígona, 2007.

PRESTON, Paul, *La Guerra Civil española*, Barcelona, Debate, 2008.

REGO, Miguel, *A Guerra Civil de Espanha na Raia Portuguesa*, Actas do Congresso, Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, 1999.

SALVADÓ, Francisco J. Romero, *A Guerra Civil Espanhola*, Lisboa, Publicações Europa-América, 2008.

TAMAMES, Ramon, *A Guerra Civil de Espanha. 50 anos depois*, Lisboa, Edições Salamandra, 1986.

TAPADA PÉREZ, Manuel, *Guerra Y Posguerra en Encinasola*, Sevilla, ed. del autor, 1999.

THOMAS, Hugh, *A Guerra Civil de Espanha*, volume II, Lisboa, Editor Pensamento, 1961.

VÁSQUEZ, Gonzalo Cebrián, *Los Sucesos de Badajoz: 77 años de historiografía*, Extremadura, Revista de História, Tomo I, Número I, 2014.

VICENTE, António Pedro, *Cerco à embaixada da república de Espanha em Lisboa (Maio a Outubro de 1936)*, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

### **3.3 Refugiados Espanhóis**

BARICHELLO, Stefania Eugenia, ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de, *Aspectos históricos da evolução e do reconhecimento internacional do status de refugiado*, Brasília, Universitas Relações Internacionais, 2014.

BULLETIN DE L'INSTITUT PIERRE RENOUVIN, *Exil set mouvements clandestins*, número 38, Université Paris I Panthéon-Sorbonne 2013.

CANDEIAS, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e Fiscalização das Povoações Fronteiriças*, Lisboa, Tese de Mestrado, 1997.

CLÍMACO, Cristina, *Republicanos, Anarquistas e Comunistas no exílio. 1927-1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2017.

NAHARRO, José María, *El exilio de las Españas de 1939 en las Américas: adónde fue la canción*, Barcelona, Anthropos, 1991.

PAULO, Heloísa, “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política” in GOMES, Alda Mourão Angela de Castro (Coord.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, pp.455-470.

PEREIRA, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2012.

RONIGER, Luis, YANKELEVICH, Pablo, *Exilio y política en América Latina: nuevos estudios y avances teóricos*, [s.l.], Guest Editors, 2009.

RUBIO, Javier, *Asilos y Canjes durante la Guerra Civil Española*, Madrid, Editorial Planeta, 1979.

SEIXAS, Xosé Manoel Nuñez, VILA, Pilar Cagiao, *O exílio galego de 1936: Política, Sociedade e Itinerários*, Corunha, Edicions de Castro, 2006.

SIMÕES, Maria Dulce, *Memórias da Guerra Civil espanhola em Barrancos: Solidariedades e Resistência*, Cap V Memória. Os registos do passado industrial, [s.l.], [s.d.].

Id., *Os Refugiados da Guerra Civil de Espanha em Barrancos. A acção e o tempo do acontecimento*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

SOGUK, Nevzat, *States and Strangers. Refugees and Displacements of Statecraft*, London, 1997.

ZAMBRANO, María, *La outra cara del exilio: La diaspora de 39*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1990.

### 3.4 Fronteira e Raia

AMANTE, Maria de Fátima, *Fronteira e Identidade: Construção e Representação identitárias na raia luso-espanhola*, Lisboa, UTL- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007.

BHABHA, H., *Nation and Narration*, London and New York, Routledge, 1990.

CABANAS, António, *Carregos: Contrabando na Raia Central*, Lisboa, Arte Mágica, 2006.

CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

CASTRO, Miguel, *O comércio retalhista como instrumento para a criação de uma identidade transfronteiriça*, Portalegre, 2012.

CAVACO, Carminda, *Os campos da Raia central na perspectiva do desenvolvimento rural*, Lisboa, Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, 1990.

DIAS, Maria Helena, *Finis Portugalliae. Nos confins de Portugal. Cartografia militar e identidade territorial*, Lisboa, Instituto Geográfico do Exército, 2009.

FREIRE, Dulce, ROVISCO, Eduarda e FONSECA, Inês (Coords), *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memória e patrimónios*, Lisboa, Nelson de Matos, 2009.

GARCÍA, Eusebio Medina, “Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura com Portugal”, in FONSECA, Inês, FREIRE, Dulce e ROVISCO, Eduarda (Coords), *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memória e patrimónios*, Lisboa, Nelson de Matos, 2009, pp.131-164.

GODINHO, Paula, “Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista”, in FONSECA, Inês, FREIRE, Dulce, e ROVISCO, Eduarda (Coords), *Contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memória e patrimónios*, Lisboa, Nelson de Matos, 2009, p.29-56.

JIMÉNEZ, Miguel Ángel Melón, *Fronteras e historia : balance y perspectivas de futuro*, Jornadas Internacionales Fronteras e Historia, Cáceres, 2013.

MARTINS, Humberto, “Nótulas sobre a vida dos indivíduos em zonas fronteiriças e sobre o conceito de fronteira [e outras margens]”, in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula



e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp.133-154.

Id., *Las fronteras de España en el siglo XVIII*, [s.l.], 2010.

MARCHUETA, Maria Regina, *O Conceito de Fronteira na época da Mundialização*, Lisboa, Instituto de Defesa: Cosmos, 2002.

MARRUS, Michael, *The Unwanted. European Refugees from the First World War Through the Cold War*, Philadelphia, Temple University Press, 2002.

MARTINS, Rui Cunha, *O Método da Fronteira - Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)*, Edições Almedina, 2008.

PEREIRO, Xerardo e outros, *As fronteiras e identidades raianas entre Portugal e España*, Vila Real, UTAD, 2008.

RINA SIMÓN, César, *La demarcación de la frontera ibérica. Procesos de nacionalización y prácticas de frontera en la segunda mitad del siglo XIX*, [s.l.], [s.d.]. Texto inédito.

SIMÕES, Maria Dulce, “Ambiguidades e ambivalências na fronteira luso-espanhola” in CAROU, Cairo, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (Coords), *Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, pp. 215-236.

SOUSA, Maria Gil de, *Terras Raianas: Os casos especiais de Barrancos e Olivença*, [s.l.], 2008.

TORRE, José Ramón Alonso De La, *La frontera que nunca existió*, Mérida, Editora Regional da Extremadura, 2007.